

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA

ALTINO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA

**A CARTOGRAFIA COMO REPRESENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA
CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI**

ALFENAS/MG
2018

ALTINO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA

**A CARTOGRAFIA COMO REPRESENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA
CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: História.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Eugênio

**ALFENAS/MG
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

O48c Oliveira, Altino Sérgio Dias de.
A cartografia como representação e legitimação da conquista da América Portuguesa no século XVI. / Altino Sérgio Dias de Oliveira – Alfenas/MG, 2018.
124 f.: il. –

Orientador: Alisson Eugênio.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2018.
Bibliografia.

1. Cartografia. 2. História da Cartografia. 3. Conquista da América Portuguesa. 4. Objeto de Aprendizagem. I. Eugênio, Alisson. II. Título.
CDD-946.902

ALTINO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA

**“A CARTOGRAFIA COMO REPRESENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA
CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI”.**

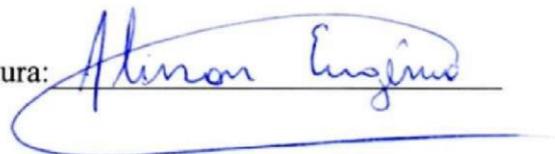
A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
História Ibérica pela Universidade Federal de
Alfnas. Área de concentração: Ensino e
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 27/09/18

Prof. Dr. Alisson Eugênio

Instituição: Universidade Federal de Alfnas
UNIFAL-MG

Assinatura:



Prof. Dr. Eliazar João da Silva

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia UFRB-BA

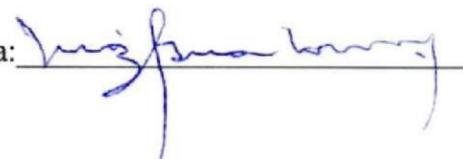
Assinatura:



Prof. Dr. Luis Eduardo da Silva

Instituição: Universidade Federal de Alfnas
UNIFAL-MG

Assinatura:



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Universidade Federal de Alfenas, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, pela oportunidade oferecida.

Ao meu orientador Dr.º Alisson Eugênio pelo auxílio e confiança depositados.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em História Ibérica na pessoa do Prof. Dr.º Adailson José Rui e aos professores do PPGHI pelo incentivo à produção acadêmica.

Ao apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

Às equipes diretoras das escolas em que trabalho, (Escola Estadual Gabriel Odorico e Colégio Imaculada Conceição), que não mediram esforços para organização dos meus horários e pela liberação para participar de congressos entre outros eventos.

Ao amigo Ademir pelo companheirismo, auxílio e incentivo durante a realização desse trabalho.

À amiga Regina, que fiz ao longo dessa trajetória acadêmica, pela prazerosa companhia e aos colegas do mestrado pelos momentos descontraídos e pelas trocas de experiências.

À minha querida esposa Paula, pela paciência e pelo apoio incondicional durante essa empreitada e aos meus filhos, Gabriel e Henrique, que apesar da pouca idade conseguiram compreender os momentos em que tive que me ausentar para a elaboração desse trabalho.

Por fim, agradeço a todos os que colaboraram direta ou indiretamente para a realização desta conquista.

Dê-me um mapa; depois mostre-me Tudo o que me resta para conquistar o mundo ...

(MARLOWE, 1590)

RESUMO

Os mapas ainda são vistos comumente como meros objetos de representação espacial. Porém, nos últimos anos, a cartografia foi atingida por um intenso processo de renovação teórica e metodológica. A partir desse movimento, a neutralidade e objetividade das representações cartográficas foram questionadas, constituindo, assim, as bases para uma nova História da Cartografia, que trata os mapas como construções sociais e culturais e, também, como meios de comunicação possuidores de uma linguagem visual própria. Desse modo, considerando essa perspectiva renovada, a presente pesquisa tem como objetivo compreender o papel desempenhado pelos mapas no processo de conquista da América Portuguesa durante os primeiros anos do século XVI. Para tal intento, as práticas cartográficas elaboradas pelos portugueses serão analisadas, buscando explicitar a dimensão político-ideológica contida nos mapas. Assim, os aparatos cartográficos, as distorções geográficas, os mitos geográficos e o contexto histórico dos mapas que representavam os domínios territoriais de Portugal na América foram interpretados e discutidos, buscando evidenciar que as produções cartográficas se tornaram um importante instrumento de poder; uma arma de inteligência especializada em promover e legitimar a posse. Faz-se pertinente destacar que este trabalho vem acompanhado do desenvolvimento de um Objeto de Aprendizagem (OA) que visa, de forma simples, questionar a “natureza dos mapas”, possibilitando aos usuários perceber que os mapas não representam apenas uma imagem física do espaço, mas são produtos que detêm um discurso tendencioso, sobretudo os que foram confeccionados pelos cartógrafos portugueses. Em suma, o projeto é um recurso facilitador que consegue traduzir os abstratos da história referente à colonização portuguesa na América, proporcionando uma nova maneira de ensinar e aprender.

Palavras-Chave: Cartografia. História da Cartografia. Conquista da América Portuguesa. Objeto de Aprendizagem(OA).

ABSTRACT

The maps are still usually seen as simple objects of spacial representation. In the past years, though, the cartography was hit by a huge process of theoretical e methodological. From that moviment, the neutrality and objectivity of the cartographic representation were questioned, forming, this way, the bases for a new History of Cartography, that have the maps as social and cultural constructions and also as means of communication owners of na own visual language. Considering this renewed perspective, the present research has as its goal to comprehend the role played by the maps in the process of the conquer of the Portuguese America during the first years of the XVI century. For all that, the cartographic practices elaborated by the portugueses will be analysed looking fooward to make explicit the politic-ideological dimension contained in the maps. This way, the cartographic appliances, the geographic distortions, the geographic miths and the historical contexto of the maps that represented the territorial domains in America were interpretated and discussioned, lookink forward to put in evidence the fact tha the cartographic productions became na importante tool of power; a na inteligence weapon specialized in promote and legitimize the ownership. It's relevant to highlight that the work is accompanied by the development of an Learning objects (LO) that looks forward, in a simple way, to question the "nature of the maps" possibiliting the users to realize that the maps do not represent only a physical image of the space, but the are products that hold a tendentious a speech, mainly those which were made by the portuguese cartographers. To sumarize, the project is a facilitator resource that gets to translate the abstracts of history regard the portuguese colonization in America, providing a new way to teach and learn.

Keywords: Cartography. History of Cartography. Conquest of Portuguese America. Learning Objects (LO)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Mapa nativo das ilhas Marshall	39
Figura 2-	Fotografia da planta urbana de Çatal Höyük	40
Figura 3-	Reprodução gráfica da planta de Çatal Höyük	40
Figura 4-	O mapa de Bedolina.....	41
Figura 5-	Peça arqueológica original, placa de Ga-Sur	42
Figura 6-	Reprodução do mapa de Ga-Sur a partir da interpretação do traçado da peça arqueológica.....	42
Figura 7-	O mapa-múndi produzido pelos babilônios	42
Figura 8-	Mapa T em O que aparece numa edição das <i>Etymologiae</i> de Isidoro de Sevilha.....	46
Figura 9-	Mapa-múndi de Ptolomeu – reprodução do final do século XV (1486).....	54
Figura 10-	Mapa-múndi de Henricus Martellus (1489).....	58
Figura 11-	Mapa de Juan de La Cosa (1500).....	90
Figura 12-	Mapa de Cantino (1502)	91
Figura 13-	A representação da América no mapa de Juan de La Cosa	93
Figura 14-	A representação da América do Sul através do mapa de Cantino (1502) ...	95
Figura 15-	Mapa Terra Brasilis (1519).....	98
Figura 16-	Mapa de Diogo Homem (1558)	101
Figura 16 A-	Detalhe do mapa de Diogo Homem (1558)	101
Figura 17-	Carta náutica Pizzigiano (1424).....	103
Figura 18-	Detalhe da carta náutica de Pizzigiano	104
Figura 19-	Detalhe do mapa de Bartolomeu Velho (1561), representando o mito da Ilha Brasil.....	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	UMA NOVA CARTOGRAFIA: CONCEITOS E MÉTODOS	14
2.1	A Nova História da Cartografia: os mapas antigos reconstruindo o passado	15
2.2	Novas abordagens: um redimensionamento do conceito de representação aplicado a História da Cartografia	21
2.3	Definições e conceitos de Cartografia	29
3	REDESENHANDO O MUNDO: A CARTOGRAFIA DURANTE A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	35
3.1	Alguns recortes sobre a história da Cartografia	37
3.2	A imagem do mundo durante a passagem do século XV para o XVI: da redescoberta de Ptolomeu aos Descobrimentos	49
3.3	A expansão marítima portuguesa: o nascimento de uma nova imagem do mundo	64
4	A CARTOGRAFIA DA CONQUISTA: OS MAPAS COMO INSTRUMENTO DE PODER E LEGITIMAÇÃO DO NOVO MUNDO	72
4.1	Mapas: e as diferentes expressões do poder no contexto das conquistas ibéricas	74
4.2	A divisão do mundo entre os ibéricos	80
4.2.1	Os antecedentes de uma disputa: Do Tratado de Alcáçovas-Toledo ao Tratado de Tordesilhas	81
4.3	Entre mitos e símbolos: a legitimação da conquista do Brasil analisada através do mapa Terra Brasilis	96
5	VELHOS MAPAS; NOVAS ABORDAGENS: A CARTOGRAFIA E O ENSINO DE HISTÓRIA	107
5.1	Os mapas e o Ensino de História	108
5.2	O uso dos objetos de aprendizagem como recursos pedagógicos e a sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem	111
5.3	A estruturação do Objeto de Aprendizagem (OA)	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, os mapas desempenharam múltiplas funções, sendo utilizados desde as atividades mais funcionais de forte componente espacial até para questões mais complexas de ordem econômica e política. Entretanto, comumente, os mapas são percebidos a partir de uma estrutura unívoca, marcada pelo objetivismo e neutralidade. Como aponta Harley (2009, p. 2), raramente eles “são lidos como textos profundos ou como formas de saber socialmente construídas”. A interpretação dos mapas ainda ocorre em torno de suas “características geográficas sem indicar como, enquanto forma manipulada do saber, eles contribuíram para moldar estas características” (HARLEY, 2009, p. 2). Partindo desta perspectiva, os mapas devem ser compreendidos como imagens ligadas a contextos históricos e culturais precisos.

John Brian Harley (2009, p.3) ressalta que os mapas devem deixar de ser essencialmente percebidos “como levantamentos inertes de paisagens morfológicas ou como reflexos passivos do mundo dos objetos. Eles são considerados imagens que contribuem para o diálogo num mundo socialmente construído”. Portanto, os mapas são construções sociais expressadas através de uma linguagem cartográfica, uma linguagem gráfica que necessita, assim como uma pintura, ser decodificada. Esta é a nova natureza dos mapas; objetos intencionados que devem ser lidos como textos. Assim sendo, “somente a partir de uma antropologia da imagem poderemos descobrir na representação cartográfica qualidades narrativas que antes passavam despercebidas” (SÁNCHEZ, 2013, p. 40).

Segundo Harley (2009), os mapas devem ser desconstruídos, desfeitos, desmantelados e decodificados para voltar a contruir, rescrever e ressituar o seu significado. Para o autor, é preciso ler nas entrelinhas do mapa, “nas margens do texto” e através de suas figurações somos levados a descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. Dessa forma, “começamos a entender como os mapas, assim como a arte, longe de serem ‘uma abertura transparente para o mundo’, são, no entanto uma maneira particular do homem.... Olhar o mundo” (HARLEY, 1989 apud SANTOS, 2013 p. 68). Neste processo, “os mapas antigos passam a ser concebidos como metáforas de domínio, controle e poder sobre o mundo, como alegorias imperiais e não somente como imagens físicas de um lugar” (SÁNCHEZ, 2013, p.40). Assim, como afirma Sánchez, onde outros historiadores da

Cartografia viam meridianos e paralelos, Harley viu representações retóricas e metafóricas como formas de discurso de poder político.

Portanto, podemos considerar que ao longo da história, os mapas foram utilizados como instrumentos discursivos exercendo o poder de um lugar sobre o outro. A cartografia, naturalmente, evoca o sentido de apropriação. Como declara Raffestin (1993), produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, essa característica orgânica dos mapas de controlar o espaço, torna-se extremamente atrativa para determinados contextos e sistemas políticos; a exemplo disso, podemos citar o período colonial. Dessa forma, os mapas se convertem em portadores da autoridade, sendo uma das armas mais poderosas para legitimar uma conquista. Assim, como declara Harley (2009), “possuir um mapa era possuir a terra”, construir um mapa constitui-se então em um ato de fabricar o poder, “de gerar um panóptico espacial, de apropriar-se do mundo, disciplina-lo e normaliza-lo” (SÁNCHEZ, 2013, p. 41).

A partir dessas considerações, desenvolve-se o presente estudo, que tem por objetivo compreender como os mapas produzidos durante o início do século XVI foram utilizados por Portugal no processo de apropriação dos espaços descobertos na América. Assim, tendo como principal aporte teórico as pesquisas desenvolvidas por Harley, ao longo dessas páginas, através de uma leitura desconstrucionista dos mapas, analisaremos desde os atributos cartográficos até as circunstâncias nas quais eles foram elaborados.

Considerando a concepção de Harley de que os mapas são textos subjetivos, as formas metodológicas de análise cartográfica defendidas pelo autor, vão ao encontro dos estudos elaborados por Chartier, em que ele mostra que as condições de produção podem interferir na apropriação de sentido por parte de quem o produz e de quem o lê. Para o historiador francês, “as percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros”. Nesse sentido, nos atemos ao fato de que os mapas são um produto social e são capazes de produzir “estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade” (CHARTIER, 2002, p.17). Seguindo este raciocínio, o uso simbólico dos mapas mantém uma certa sintonia com o conceito de representação. Segundo Chartier, o significado de representação pode ser definido através de dois sentidos opostos; como uma imagem que nos remete à ideia e como memória de objetos ausentes. Assim, no caso da conquista da América Portuguesa, por exemplo, a figura ausente era a soberania. Desse modo, as imagens, as figuras alegóricas e os emblemas representam a autoridade do rei sobre o território pretendido. Ademais, a representação também está vinculada a “exibição de algo”. Isto é apresentar, mostrar publicamente uma presença, oferecer uma imagem de algo que está presente na própria representação. Para tanto, os mapas, muitas vezes,

eram apresentados para confirmar, demonstrar o domínio sobre um determinado espaço. As representações cartográficas legitimavam a conquista.

À luz dos trabalhos de Harley e Chartier, o presente estudo busca evidenciar, também, que os mapas são importantes fontes documentais. Através deles podemos reconstruir além da dimensão espacial, a dimensão temporal. Os mapas são escalados para cumprir o papel de reinventores do passado. Esses objetos nos levam a compreender e resgatar as especificidades de outras épocas, “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2004, p.42).

Posto isto, as transformações políticas, sociais, econômicas e religiosas que se sucederam após os grandes descobrimentos iniciados pelos portugueses a partir do século XV, transformam os mapas em peças poderosas. À medida em que os contornos do mundo iam sendo redefinidos, as disputas em torno das terras recém descobertas se acirravam cada vez mais. Em um cenário altamente competitivo, as grandes potências ultramarinas, passaram a utilizar as produções cartográficas como documentos jurídicos. Os mapas foram fundamentais para a definição de acordos e tratados. Como afirma Harley (2009), os mapas serviram para promover a política colonial. Os territórios pretendidos foram reivindicados no papel antes de ser efetivamente ocupados; os mapas anteciparam os impérios.

Desse modo, os mapas são inseridos em jogo político. As coroas ibéricas, cada vez mais conscientes do poder refletido pelas representações cartográficas, passam a desenvolver estratégias para legitimar a conquista. Os elementos constituidores dos mapas eram forjados e manipulados. A geometria era alterada, os meridianos eram constantemente desviados e mitos eram produzidos. Os elementos estéticos, logísticos, cartográficos e matemáticos eram combinados, criando imagens ideologicamente distorcidas. Ilustrando tal situação, os portugueses deslocavam a linha divisória estabelecida pelo acordo de Tordesilhas. Corriqueiramente a América Portuguesa era representada projetada para o leste, emitindo a ideia de um território maior. Os cartógrafos portugueses foram exímios manipuladores. Em relação ao mito geográfico da Ilha Brasil, do século XVI ao XVII, por exemplo, eles insistentemente defenderam a insularidade do Brasil, tentando afirmar uma unidade geográfica, cujos limites seriam inquestionáveis.

Em termos estruturais, esta pesquisa está dividida em duas partes. Na primeira o trabalho foi subdividido em três capítulos abordando as perspectivas teóricas seguidas, o contexto

histórico e por fim as discussões em torno do objetivo específico desse estudo. Na segunda parte, apresentamos o Objeto de Aprendizagem (OA), requerido pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL- MG).

No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão em torno dos pilares teóricos conceituais, assentados nos estudos da Cartografia Crítica, especialmente nas reflexões advindas do historiador e geógrafo John Brian Harley, que foram essenciais para o processo de renovação teórico-metodológico da História da Cartografia. A partir disso, buscamos analisar essa corrente numa perspectiva de compreender as novas tendências de análise cartográfica. Destacamos, também, a evolução metodológica dessa área de conhecimento, procurando evidenciar que as diversas definições permitem compreender os fundamentos que norteiam a Cartografia. Ainda no primeiro capítulo, o conceito de representação foi discutido, com o intuito de enfatizar o caráter subjetivo dos mapas.

Iniciamos o segundo capítulo, traçando, brevemente, alguns recortes da história da cartografia, perpassando da Antiguidade até os dias atuais. Tal parte se faz pertinente pelo fato de elucidar alguns conceitos que necessitam ser esclarecidos para que haja uma melhor compreensão do processo de produção cartográfica. Em seguida, analisamos os reflexos dos Grandes Descobrimentos que atingiram a Cartografia, destacando três acontecimentos importantes que abalaram a concepção de mundo existente na época: a redescoberta da *Geographia* de Ptolomeu, as primeiras viagens de exploração marítima e a invenção da imprensa, eventos estes que foram decisivos para a construção de uma nova imagem do mundo. A partir das informações levantadas nos dois primeiros tópicos deste capítulo, abordamos a expansão marítima empreendida pelo reino de Portugal, estabelecendo, assim, uma conexão entre o desenvolvimento cartográfico português e as questões políticas, ideológicas e religiosas.

Já no terceiro capítulo, analisamos o estabelecimento de algumas práticas cartográficas desenvolvidas por Portugal para manter e legitimar a posse sobre os territórios conquistados. Para tal efeito, destacamos os mapas como instrumentos de poder, refletindo sobre as diversas funções que estes objetos exerceram durante o processo colonial. Seguidamente, trouxemos à tona as questões políticas ligadas à disputa pelo Novo Mundo, dando enfoque ao Tratado de Tordesilhas. Por fim, três mapas foram analisados para ilustrar todos os demais processos discutidos: o mapa de Juan de La Cosa (1500) (FIGURA 11), o de Cantino (1502) (FIGURA 12) e o mapa Terra Brasilis (FIGURA 15) pertencente ao atlas Miller (1519). Através desses exemplares, interpretamos os símbolos, as iluminuras, as distorções geométricas e os mitos,

buscando revelar que a atividade cartográfica foi, sem dúvida alguma, uma ferramenta importante para Portugal efetivar o domínio sobre as terras conquistadas.

Evidenciando os mapas como importantes instrumentos políticos que expressam o poder, estruturamos o Objeto de Aprendizagem (OA), cuja apresentação é realizada no quarto capítulo. Para a elaboração deste projeto foi utilizado o *eXeLearning*; um software de código aberto que permite a publicação de conteúdos em suportes digitais. As informações que abrangem o referido Objeto de Aprendizagem (OA), dão enfoque aos mapas produzidos durante a Era dos Descobrimentos. É importante ressaltar que todo o conteúdo encontrado neste Objeto de Aprendizagem (OA) contempla as recentes prática metodológicas propostas pelas discussões que geraram um movimento de renovação teórica da História da Cartografia.

Contudo, ao analisar os mapas de forma subjetiva, desfazemos a sua neutralidade e revelamos as suas diferentes facetas “tanto por meio de seu conteúdo como de seus modos de representação” (HARLEY, 2009, p.20). Assim, ao analisarmos os mapas produzidos durante os primeiros anos da colonização portuguesa, percebemos que a confecção e a utilização desses exemplares foi invadida pela ideologia. Desse modo, este trabalho quer demonstrar o lugar que a cartografia ocupou na construção do império português, sobretudo no processo de conquista das terras descobertas na América.

2 UMA NOVA CARTOGRAFIA: CONCEITOS E MÉTODOS

A Cartografia é um dos estudos mais antigos do mundo, porém, a sua institucionalização como um corpo científico independente é relativamente recente. Durante séculos, o conhecimento cartográfico foi apropriado e modelado por diferentes ciências. Para muitos autores, esse fato é visto como uma das principais dificuldades neste campo. Somente no século XIX, a Cartografia começa adquirir uma maior autonomia. No entanto, o que se percebe é que, apesar de vários estudos reafirmando e delimitando essa área do conhecimento, ainda não existe um consenso no que se refere à categorização da cartografia. Para alguns, ela é tratada como uma ferramenta auxiliar a outras ciências, enquanto para a maioria dos teóricos, ela transita, ainda, em uma linha tênue entre os conceitos de disciplina e ciência. Portanto, independentemente da maneira como esse saber é definido, o intuito, aqui, é demonstrar que as discussões conceituais e metodológicas que serão resenhadas ao longo desse capítulo evidenciam novas perspectivas.

No decorrer do século XX, vários estudos teóricos referentes à cartografia foram consolidados. A exemplo disso, podemos citar o desenvolvimento da Cartografia Crítica, cujos princípios refletiram, especialmente, nas áreas que se dedicam ao conhecimento histórico dos mapas. Segundo Adonias e Furrer, existem dois campos estabelecidos de estudo referentes aos mapas antigos; uma delas é a História da Cartografia “que se ocupa da origem das técnicas de feitura das cartas geográficas, e sua enumeração e estudo sistemático ao longo dos séculos” (ADONIAS; FURRER, 1993, p.14); a outra é a Cartografia Histórica que “[...] consiste na utilização metódica da documentação cartográfica, por vezes de importância capital para a interpretação ou esclarecimento de certos fatos ou momentos da história da humanidade” (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 14).

Assim, enquanto a Cartografia Histórica examina o contexto histórico em que os mapas foram produzidos, a História da Cartografia estuda o mapa em si, analisando todos os eventos inerentes às suas condições de produção, revelando, então, todo o processo de comunicação que separa o cartógrafo do leitor. Dessa maneira, as influências da Cartografia sobre esta área redimensionou a importância dos mapas como fontes documentais, gerando, também, uma mudança epistemológica de pensamento. Posto isto, os estudos defendidos por essa “Nova História da Cartografia” serão discutidos e utilizados como um dos principais aportes teóricos desta pesquisa. Para tal efeito, segue a transcrição:

Teoria na história da cartografia não é uma opção esotérica desconectada da prática diária e dos pensamentos de “historiadores empíricos”, mas sim uma ajuda essencial para a compreensão da história de mapas, globos e atlas. Trata-se de um modo de acessar algumas das complexas questões relacionadas a esses artefatos, seus criadores e seus usuários, assim como se trata de uma ferramenta de autoconhecimento que amplia o escopo de questões de pesquisa (JACOB, 2016, p.221).

Dessa forma, a estrutura teórica criada pela Cartografia Crítica foi determinante para elaboração de novos métodos de análise em História da Cartografia. Partindo do reconhecimento de que este campo do saber era fortemente influenciado pelo positivismo, os precursores dessa linha de pesquisa promoveram uma mudança radical na forma de analisar os mapas. Para operar tal mudança, vários campos científicos foram acionados, conferindo aos mapas uma nova natureza. A partir do enfoque social, os mapas deixaram de refletir apenas uma imagem física do espaço, refletindo também as práticas e as relações socioculturais. Seguindo esse raciocínio, as discussões apresentadas no decorrer deste capítulo serão expostas a fim de elucidar o papel que os mapas desempenharam no processo de dominação e legitimação das terras descobertas pelas coroas ibéricas a partir do final do século XV.

2.1 A Nova História da Cartografia: os mapas antigos reconstruindo o passado

A Nova História da Cartografia¹, um dos ramos gerados pela Cartografia Crítica, define-se como um movimento de renovação teórica que ganhou força a partir dos anos 80, defendendo a ideia de que os mapas não são meros objetos de representação espacial e sim documentos sociais e culturais, possuidores de um discurso político e ideológico, cujo principal referencial teórico são as obras do geógrafo e historiador John Brian Harley.

A partir dos estudos de autores como Erwin Panofsky, Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida, Harley formulou um novo programa para a Cartografia Histórica (GOMES,

¹ Atualmente, das inúmeras divisões da Cartografia que são discutidas através da literatura especializada, a mais utilizada estabelece quatro campos de estudos distintos: Cartografia teórica, Cartografia sistemática, Cartografia temática e Cartografia Analítica. A partir dessas divisões a Cartografia teórica se subdivide em diversas áreas de estudo, sendo uma delas a História da Cartografia. Já a Nova História da Cartografia, faz parte de um ambicioso projeto encabeçado pelos geógrafos e historiadores da cartografia, John Brian Harley (1932 -1991) e David Woodward (1942-2004). Iniciado no final da década de 80, o trabalho foi considerado um marco para o processo de renovação teórica e metodológica da Cartografia histórica e História da Cartografia. Através de cinco tomos publicados pela Universidade de Chicago, os autores dessa nova corrente de pesquisa defendem a noção de que os mapas são artefatos culturais, desmontando concepções naturalizadas e rebatendo a linearidade em que história dos mapas era contada. Para mais informações ver: CASTRO, José Flávio Morais. **História da Cartografia e Cartografia Sistemática**. Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, 2012.

2004). Tendo como um dos seus principais aportes teóricos o conceito de desconstrucionismo proposto por Jacques Derrida², o teórico passou a defender a ideia de que os mapas são imagens que carregam uma construção textual³. Para Harley, a constituição de um texto não é definida apenas por elementos linguísticos; deve-se levar em consideração as condições de produção. Desse modo, os mapas como construções que empregam um sistema de signos convencional, tornam-se um texto. “Texto é certamente uma melhor metáfora para os mapas do que o ‘espelho da natureza’. Mapas são textos culturais. Em aceitando sua textualidade estamos aptos para admitir ou abraçar inúmeras e diferentes possibilidades interpretativas” (HARLEY, 1989 apud SANTOS; GRANHA, 2014 p. 48). Segundo Girardi (2011), a partir desses princípios, Harley propõe que a desconstrução do mapa é uma forma de leitura “que nos leva a ler nas entrelinhas do mapa – nas margens do texto – e, através de suas figurações, a descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem” (HARLEY, 1991, p. 3).

Nesse contexto, a Cartografia é conceituada pelo autor como “um discurso – um sistema que dispõe de um conjunto de regras para a representação do conhecimento intrínseco às imagens que definimos como mapas e atlas”. (HARLEY, 1989, p.12 apud SANTOS, 2013, p.69).

Ao considerar os aspectos retóricos e subjetivos dos mapas, Harley nos atenta para o fato de que as representações cartográficas são passíveis de questionamentos e que não são somente produtos das “regras da geometria e da razão, mas também são produtos de normas e valores da tradição social” (HARLEY, 1991, p. 3). O autor, ao defender uma releitura da cartografia, também salienta que é extremamente necessário pesquisar de forma mais aprofundada o contexto histórico⁴ específico em que os mapas foram elaborados, a fim de perceber as operações de poder inerentes ao discurso cartográfico e, conseqüentemente, os efeitos desse poder sobre a sociedade. “As circunstâncias em que as condições históricas são

² Luiz Costa Lima identificou, através das obras de Derrida, a seguinte definição para o termo desconstrucionismo: “Desconstruir significa examinar a estrutura genealógica de cada termo que constitui um texto para, daí, verificar o que esse texto interditou ou dissimulou e questionar a relação entre o verdadeiro e o falso de suas declarações. A tematização das relações entre o verdadeiro e o falso, inevitavelmente, levará à desconstrução dos conceitos privilegiados de causa e origem” (PIRES, 1994, p.104 apud LIMA, 1988, p. 307-355).

³ Harley, ao defender a ideia de que os mapas são textos, baseou-se nos estudos de Gramatologia propostos por Derrida e também nos estudos de Panofsk referentes à iconografia. Em ambos, busca-se a textualidade, a metáfora e a dimensão retórica do mapa. Desse modo, Harley afirma que os mapas atuam como uma metáfora visual dos valores mais importantes dos lugares que representam. Para o autor os mapas antigos expressam, na verdade, um discurso metafórico das utopias que se vislumbram, da ordem e da prosperidade da paisagem.

⁴ Harley considera que para analisar um mapa histórico é necessário levar em consideração três aspectos do contexto que influenciam o significado dos mapas: O contexto do cartógrafo, O contexto dos outros mapas e o contexto da sociedade. Para mais informações ver, HARLEY, J.B. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la Cartografía. México, Fondo de Cultura, 2005 e FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. Cartografia. Coleção: Como eu ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

definidas produzem um mapa que é, indiscutivelmente, um documento social e cultural”, afirma Harley (2005, p.72).

Dos estudos de Foucault⁵, Harley utilizou a ideia da “onipresença do poder no conhecimento”. O mapa passa a ser considerado um objeto de saber-poder. Através desse embasamento, o autor discute sobre as peças que estão envolvidas no processo de elaboração dos mapas, nos atentado para a fato de que, muitas vezes, esses materiais estão condicionados à política, atendendo às exigências do Estado.

Assim, Harley destaca que o poder se manifesta através da Cartografia de forma externa e interna. O poder externo é aquele que age através da relação entre o produtor e o contratante de uma mapa. Já o poder interno, é algo intrínseco aos mapas, sendo exercido através do elementos cartografados. Portanto, “esses dois poderes são indissociáveis, pois só a partir do poder interno é que o poder externo pode existir, já que é o tratamento das técnicas e dos elementos representados que possibilita diversas expressões de um mesmo espaço” (GIRARDI, 2011, p.59).

Harley aponta, ainda, que o processo de desconstrução do mapas contribui para uma análise mais completa da história da Cartografia pautada em três princípios: Os mapas deixam de ser refletores de uma visão exata da realidade; promove uma revisão quanto à importância histórica do mapa e por último permite uma leitura mais contextualizada e interdisciplinar das representações cartográficas. Conforme as palavras do autor:

Longe de servirem como uma imagem simples da natureza que pode ser verdadeira ou falsa, os mapas redescrevem o mundo, igual a qualquer outro documento, em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais. O que vemos em um mapa está tão relacionado com um mundo social invisível e com a ideologia como com os fenômenos vistos e medidos na paisagem”. (HARLEY, 2005, p.61)

Seguindo essa corrente crítica desenvolvida por Harley, outros autores contribuíram para o processo de renovação da cartografia histórica, sob o enfoque discursivo, retórico e subjetivo dos mapas, “começaram a questionar a objetividade da ciência cartográfica ao introduzir elementos culturais e relativistas nas discussões teórico-metodológicas da disciplina” (SEEMANN, 2010, p.118) objetivando “situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso” (EDNEY, 2007, p.49).Vários estudiosos durante a década de 90,

⁵ Para mais informações ver, FOUCAULT, **Michel. Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

instigaram esse debate, dentre os quais podemos destacar: WOOD (1992), JACOB (1992), MONMONIER (1996), COSGROVE (1999), BLACK (2000) entre outros.

Segundo Gomes (2004), dois importantes programas comemorativos de eventos históricos impulsionaram novas produções e reflexões sobre a história da Cartografia: o bicentenário da revolução francesa em 1989 e principalmente os 500 anos da descoberta da América, em 1992.

Esses eventos evidenciaram as discussões teórico-metodológicas referentes à história da Cartografia que estavam em curso. Das diferentes atividades organizadas para as duas comemorações, muitas estavam ligadas à produção cartográfica, em especial as que marcaram as comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo à América. Diversos trabalhos responderam a essas atividades de forma crítica; publicações foram lançadas questionando as relações entre mapeamento, colonialismo e imperialismo. Gomes (2004, p.71) afirma que, “Harley esteve à frente desse movimento crítico, como exemplifica sua participação na exposição itinerante denominada *Maps and the Columbian Encounter* (HARLEY, 1991), cuja concepção e texto exploraram o significado dos mapas então produzidos para ambos os lados do Atlântico”. Para Harley, esse movimento foi mais do que oportuno, pois as suas teorias puderam ser aplicadas, revelando as relações de poder que se construíram a partir da descoberta da América. Harley, juntamente com David Woodward, conseguiu transformar as suas análises cartográficas do colonialismo em um manifesto político, fato que teve grande relevância nas obras publicadas nos próximos anos.

Para Gomes (2004), além do marco comemorativo dos 500 anos da descoberta do continente americano, as obras de (JACOB, 1992) *L’empire des cartes* e (WOOD, 1992) *The power of maps*, foram essenciais para as reflexões de ordem epistemológicas relacionadas à Cartografia Histórica.

Cristian Jacob, através de seu livro, procurou reforçar as discussões sobre a necessidade de inserir um novo programa voltado à História da Cartografia, unindo os interesses tradicionais dessa linha de pesquisa (descobertas progressivas das partes do globo, fontes de informação e dos modelos, datação e atribuição de documentos) a interesses relacionados ao contexto social (meio dos cartógrafos, dos gravadores, dos impressores, das livrarias, dos encomendantes e dos usuários).

O pesquisador francês, em posição análoga a Harley defende também a subjetividade dos mapas, considerando-os artefatos culturais resultantes de várias operações técnicas e

sociais. Jacob, ressalta que os mapas podem ser vistos como objetos transparentes ou opacos. Eles são transparentes quando apenas a sua exterioridade é considerada. As relações que permeiam a sua produção não são interpretadas, ou seja, as produções cartográficas são vistas como neutras, tornam-se dispositivos de arquivamento de uma realidade representada. Já os mapas opacos são aqueles em que o leitor consegue enxergar o objeto em si e o modo pelo qual as informações são apresentadas. “Uma perspectiva como essa abre um amplo leque de oportunidades de pesquisa. É possível considerar os mapas como artefatos visuais e estudá-los a partir de pontos de vista estruturais, estéticos e gráficos, assim como é possível enxergar neles uma complexa arquitetura de signos” (JACOB, 2016, p.223).

Em seu livro *The power of maps*, Denis Wood, assim como Jacob, discute as bases epistemológicas da Cartografia. Porém, o autor estadunidense direciona os seus estudos afim de evidenciar que os mapas antigos foram utilizados como instrumento de poder. Através desse panorama, Wood questiona alguns paradigmas vigentes na cartografia, como a neutralidade das representações cartográficas e algumas naturalizações, como por exemplo, a anuência dos mapas como uma perfeita representação do espaço.

Mark Monmonier, em seu livro *How to Lie with Maps*, afirma que a mentira⁶ é algo inerente aos mapas. O autor nos alerta que os elementos cartográficos essenciais como escala, projeção e símbolos podem ser utilizados para produzir visões equivocadas, enganando e iludindo o leitor. Através dessa abordagem, Monmonier ressalta que os “mapas, assim como discursos e pinturas, são coleções de informações criadas por um autor e são sujeitos a distorções provocadas por ignorância, ganância, ideologia ou malícia.” (MONMONIER, 1996, p.2 apud GIRARDI, 2011, p.60).

No final dos anos 90, os estudos referentes à Nova História da Cartografia se ampliam, novas abordagens começam a ser discutidas. Segundo Gomes (2004), nesse período ocorreu um alargamento dos objetivos da Cartografia Histórica, fato que impulsionou um processo de trocas e empréstimos com outros campos disciplinares correlatos. Para a autora, essa situação promoveu a expansão das fronteiras da Nova História da Cartografia para além da clássica relação com a Geografia.

Decorrente dessa nova fase da Cartografia histórica, diversos trabalhos aliados a outros corpos científicos são publicados, dentre os quais se destacam as pesquisas do geógrafo Gilles Palski, que relacionou a cartografia do século XIX à estatística. Destacam-se, também, as obras

⁶ Segundo Girardi, o autor utiliza o termo *mentira* para se referir a limitações técnicas, intencionalidades e erros.

de Jeremy Black, Denis Cosgrove, entre outros. Segundo Gomes (2004, p. 73), “parte significativa da nova História da Cartografia é também um desdobramento das novas abordagens da história do imperialismo e do nacionalismo inscritas nos chamados estudos pós-coloniais”. A partir dessa revisão, as produções cartográficas são analisadas como ferramentas de construção e organização de territórios e controle dos seus recursos naturais e populacionais pelos Estados Nacionais. Partindo desta perspectiva, Black (2000-2005) discute sobre o caráter político dos mapas aplicado ao contexto do imperialismo. O autor, assim como os outros analisados, também contesta a objetividade dos mapas, considerando-os produtos históricos, sociais e culturais capazes de criar novas realidades, já que as representações cartográficas são elaboradas a partir de escolhas; Segundo Girardi (2011), em conformidade com Black, é o criador que decide “o que mostrar, como mostrar e também o que omitir”.

O geógrafo Denis Cosgrove através dos seus estudos referentes à paisagem, associa os princípios defendidos pela Nova Geografia Cultural⁷ à Nova História da Cartografia. Para o pesquisador, as paisagens, enquanto objetos, refletem aspectos sociais e culturais da mesma forma que os mapas são vistos pela Nova História da Cartografia.

Referente ao Brasil, a Cartografia Crítica, em especial a vertente que estuda os mapas históricos, é um campo pouco explorado e debatido. Gomes (2004) afirma que a Nova História da Cartografia e os recursos práticos e metodológicos defendidos pelos autores analisados no percurso deste texto são quase intocados pelos pesquisadores brasileiros. Entre os estudos produzidos aqui, Eduardo Girardi aponta a obra do geógrafo Douglas Santos - A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria, (2002). Procurando definir a construção do conceito moderno de espaço, ele analisa uma seleção de mapas de diferentes momentos históricos associando-os ao poder. Santos, em consonância com as teorias defendidas pela Nova História da Cartografia, defende a ideia de que as representações cartográficas são construções sociais que contribuem para uma leitura do passado.

Podemos citar também as obras de Paulo Micelli e Júnia Furtado; os dois autores desenvolveram importantes trabalhos investigando o papel desempenhado pela Cartografia no processo de formação territorial do Brasil. Voltadas para uma discussão mais teórica,

⁷ A Nova Geografia Cultural ou Geografia Cultural Renovada surgiu a partir das décadas de 1970 e 1980, apoiada na teoria social. Os estudos dessa nova corrente de pesquisa buscaram inserir e ampliar novos recursos teóricos e metodológicos a temas já discutidos pela Geografia como a vida cotidiana, a religião, a linguagem e as lutas entre grupos sociais. Segundo Cosgrove, a Nova Geografia Cultural não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída.

metodológica e historiográfica, as pesquisas de Maria Elena Ramos Simielli, Ângela Massumi Katuta, Eduardo Girardi, Marcelo Martinelli, entre outros, tornam-se referências, como dito anteriormente, em um campo ainda pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros.

A partir dessa breve discussão, podemos identificar os suportes que serão empregados no decorrer da pesquisa, a fim de compreender a significância que os mapas tiveram para o empreendimento colonial ibérico. Portanto, os recursos teóricos desenvolvidos pelos autores componentes desse processo de renovação da Cartografia Histórica Crítica, intitulada de Nova História da Cartografia serão utilizados para ler os mapas, investigando, não só os mapas em si, mas todo o seu processo de elaboração. Estes elementos serão entrecruzados com as discussões acerca do conceito de representação, assunto que será abordado no tópico a seguir.

2.2 Novas abordagens: um redimensionamento do conceito de representação aplicado a História da Cartografia

Mesmo com a formalização da Cartografia como um corpo científico autônomo, processo que contribuiu para a fomentação de estudos mais aprofundados em relação aos elementos que constituem essa ciência, os mapas, por muito tempo, continuaram a ser considerados de forma tradicional, analisados sobre a perspectiva do positivismo. Obscurecidos por essa visão, a ideia de que os mapas não são simplesmente meros instrumentos de representação espacial e, sim, são meios de comunicação definidos por um conjunto de símbolos expressando uma linguagem não é uma concepção recente. Como afirma Gomes (2004), tal ideia demorou para se firmar devido à falta de uma base teórica e também pela não interlocução com outras disciplinas como a história da arte, a literatura ou a Antropologia Social.

A partir dos anos 60, com o processo de renovação teórico e metodológico da Cartografia, novas abordagens começaram a ser apontadas. Segundo Gomes (2004, p. 69), baseando-se nos estudos de Harley, três mudanças marcaram esse período de renovação: “o interesse no significado das palavras mapa e cartografia, ou seja uma discussão conceitual; a abordagem dos mapas como artefatos e a ênfase nos processos técnicos de sua produção e; a abordagem dos mapas antigos como meios de comunicação”. Desse modo, antes da década de

1960, os mapas eram vistos como dados de localização, ou seja, como um fim. “Não se discutia o processo de produção e a relação entre quem produz o mapa e quem irá lê-lo”. (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Para Gomes:

Essas teorias levaram a Cartografia a ser examinada como uma ciência cognitiva, que envolvia comunicação entre o cartógrafo e o usuário. Nos anos setentas, esse caminho já estava sedimentado, com maior ênfase na cartografia como um processo, do que nos mapas como produtos acabados. Os cartógrafos teóricos passaram a refinar seus conceitos através da semiologia, construindo paralelos entre cartografia e linguagem, e explorando as dimensões cognitivas da comunicação cartográfica (GOMES, 2004, p. 69).

No decorrer dos anos 70, várias teorias referentes à comunicação cartográfica passaram a ser debatidas; todas expressando uma preocupação em comum: a relação entre o produtor e o usuário do mapa. Tentando discutir essa questão, três modalidades de estudos se destacaram: A comunicação, a semiologia e a cognição. Elucidando essas informações é válida a seguinte transcrição:

Muitos estudiosos buscaram o estabelecimento de um sistema teórico da Cartografia como ciência. A Teoria da Comunicação Cartográfica foi desenvolvida nesta época, como também foi introduzida a Teoria da Modelização, a Semiologia e a Teoria da Cognição, nas quais, todas as correntes, independente das diferenças terminológicas, mantinham a mesma combinação: realidade, criador de mapas, usuário de mapas e imagem da realidade, com variação apenas no veículo da informação através da modelização, da semiologia ou da cognição (ARCHELA; ARCHELA, 2002, p. 162).

As pesquisas em torno da comunicação cartográfica trouxeram os mapas para o campo das linguagens. Conforme Fonseca e Oliva afirmam, tal condição cria uma relação intercambiável entre linguagem e representação, conduzindo as discussões:

Das representações cartográficas nos campos profícuos da filosofia, das ciências e das discussões sobre as linguagens. E o dominante nesse campo é a constatação de que as linguagens são representações sistemáticas de grande complexidade, que constituem as relações intersubjetivas (FONSECA; OLIVA, 2013, p.18).

Os debates em torno dessas correntes teóricas foram elementares para o processo de renovação das práticas metodológicas voltadas para a Cartografia Histórica. Nos anos 80, com o alvorecer da Nova História da Cartografia (assunto discutido no tópico anterior) várias pesquisas foram desenvolvidas, impulsionadas principalmente pelos os estudos de John Brian Harley. A partir desse período, os mapas históricos passaram a ser examinados como representações culturais que carregam mensagens políticas e ideológicas. Assim sendo, as representações cartográficas além da dimensão espacial, revelam também uma dimensão temporal que, conseqüentemente, evoca as práticas sociais e culturais de períodos históricos e

civilizações distintas. Conforme Palski relata, essa significação cultural atribuída aos mapas revela que:

O cultural, tal qual expresso na cartografia refere-se, em primeiro lugar, a uma busca do significado global da representação: os objetivos e propósitos da cartografia em uma determinada sociedade, os valores simbólicos que os indivíduos ou grupos conferem aos mapas e práticas cartográficas. Refere-se, também, ao estudo das categorias desta cultura através do mapa. O mapa é um objeto cultural pela própria forma como ele classifica, como hierarquiza, recorta e organiza o espaço, pela forma como ele contribui ‘para a invenção de’, ‘a construção de’ tal ou qual objeto geográfico. Trata-se de decifrar as figuras do mapa como os sinais de traços culturais, de valores e de crenças (PALSKI, 2003, p.171 apud KUVASNEY)

A ideia de representação reflete diferentes discursos sociais. Dias (2011, p. 6) afirma que o “espaço cartográfico, portanto, é a representação discursiva do poder, expressada sobre suportes diversos, contendo desenhos, figuras e linhas simbolizando posses e demarcações imaginárias”. Para o autor, “os espaços mapeados refletem parte da capacidade técnica humana de representar territórios e nações imaginárias como uma amostragem de poder, revestidos de intencionalidades e interesses bem definidos” (DIAS, 2011, p. 6). Por conseguinte, é extremamente relevante analisar as formas de representação, pois a partir desse elemento, é possível perceber todo o caminho percorrido pelo cartógrafo na elaboração de um mapa. Posto isso, discursos sociais e determinadas estruturas de poder são evidenciadas, possibilitando uma melhor compreensão dos fatos históricos e geográficos inerentes às produções cartográficas. Para Raffestin⁸, o ato em si de se representar o espaço já revela interesses e intenções. Segundo o autor, “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN 1993, p. 144). Partindo desta compreensão, Harvey (1992, p.213) declara que “se uma imagem ou um mapa vale mil palavras, o poder nos reinos da representação pode terminar tendo tanta relevância quanto o poder sobre a materialidade da própria organização espacial”.

Considerando as palavras de Raffestin e Harvey, é possível defender a ideia de as representações adquirem força para legitimar a posse de um espaço. Através dos mapas, as grandes nações colonizadoras do século XVI reafirmavam as suas conquistas, criavam

⁸ Para melhor compreensão do texto, faz-se necessário algumas definições conceituais, é importante destacar que as palavras espaço e território não são termos equivalentes, apesar de apresentarem um certa correlação. Desse modo Raffestin (1993, p. 143) declara que “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

territórios, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ato "territorializa" o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Assim, o conceito de representação será associado aos recursos teóricos propostos pela Nova História da Cartografia, objetivando compreender como as representações cartográficas foram arquitetadas e manipuladas afim de consolidar a colonização do novo mundo pelos espanhóis e portugueses. Desse modo, percorrendo a literatura existente a respeito do conceito de representação⁹, o suporte mais adequado para esta pesquisa, são os estudos organizados pelo historiador francês Roger Chartier. Para tal efeito, uma breve discussão desse tema será desenvolvida com o intuito de reforçar a delimitação teórica pretendida por este trabalho.

O ato de se representar o espaço não envolve somente questões técnicas. A ideia de representação como uma cópia do objeto representado, como expressão da verdade ainda imperante na Cartografia se quebra quando algumas questões referentes às relações sociais envolvidas às produções cartográficas são problematizadas. Assim:

Representar é tornar presente, mas não por simples cópia (mímesis). [...] Quem representa não está diante de um conjunto neutro de formas que só devem ser copiadas, mas diante de um universo estruturado com linhas de força adaptadas às necessidades humanas de quem as produz” (FRANCO, 2004, p. 39 apud SANTOS, 2013, p.32).

Comprendemos, dessa forma, que a representação não configura a realidade em si, mas na verdade ela se torna um produto que expressa as escolhas e intensões do autor. Reforçando tais ideias Gomes afirma:

Esse artefato é um meio de comunicação que permite a transmissão visual de informações que se prestam também a manipulações retóricas (persuasão, engano, sedução, decisão). Tanto por sua complexidade semiótica como pelas instâncias sociais que o produzem, utilizam ou controlam, o mapa é um instrumento de duplo poder, no qual a eficácia não se reduz a representação objetiva de um fragmento da superfície. (GOMES, 2004, p. 72).

De acordo com Gomes (2004), podemos identificar os elementos que configuram um mapa e perceber como eles interferem no processo de elaboração de uma representação espacial. Todo o processo de produção do mapa passa pelo recorte do cartógrafo e ele privilegia,

⁹ É importante destacar que o conceito de representação é bastante constante nas obras de autores ligados à História Cultural. No Brasil, grande parte dos trabalhos que utilizam esse termo se baseiam nos estudos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier, e, ultimamente, as reflexões de Serge Moscovici e Denise Jodelet começaram a ser abordadas de forma tímida.

dependendo dos seus objetivos, das suas cosmovisões ou da sua formação humana, os elementos a serem representados no mapa (OLIVEIRA, 2010, p.34). Nesse sentido, Raffestin declara que as representações podem ser um:

Conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Para Harley (2005), a Cartografia não deve ser analisada de acordo com as regras epistemológicas do positivismo, mas deve se fundamentar através da teoria social. Assim, a ligação entre realidade e representação é rompida. Portanto, as representações cartográficas precisam ser condicionadas no seu contexto social, “o qual por definição, é culturalmente específico e muda no tempo e no espaço” (TAYLOR, 1991, p.3 apud SANTOS, 2015, p.5).

A partir desta perspectiva teórica defendida por Harley, caminhando em uma linha semelhante, podemos apontar as reflexões de Chartier referentes ao conceito de representação. Ambos os cientistas questionam a realidade, cada qual no seu campo de pesquisa. Harley contesta o fato de que os mapas são representações verdadeiras e objetivas do espaço. Já Chartier desmonta a ideia de que as representações sociais traduz a realidade; segundo ele, nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade. O autor demonstra uma grande preocupação sobre a construção da realidade social, procurando compreender as práticas que constroem o mundo como representação. Complementando as ideias de Chartier, Fonseca e Oliva afirmam:

Que as próprias ciências são representações da realidade, e não a realidade, como ingenuamente muitos pensam. A construção de novos objetos, que são as representações, por meio da subjetividade humana, é um dos elementos da formação do conhecimento humano e de formação das visões de realidade (FONSECA; OLIVA, 2013, p.18).

Portanto, é impossível enxergar os mapas como um objeto que expressa racionalmente a realidade. É importante compreendê-los como um produto que foi elaborado a partir das impressões que o cartógrafo teve em relação ao espaço, transportando o que foi imaginado para as representações gráficas.

Assim, os mapas transmitem uma ideia do espaço que foi representado, pois essa é a função deles. Contudo, essa ideia, muitas vezes, está contaminada por ideologias, interesses e

manipulações políticas. Aludindo as palavras de Chartier (2002) quando ele destaca que as representações são determinadas “pelos interesses de grupo que as forjam”, podemos enquadrar os mapas nessa situação. Em diferentes momentos da história, esses objetos serviram como instrumentos de expressão do poder, projetando “realidades” e representando mundos sociais, físicos e imaginários. Os signos cartográficos foram manipulados para cumprir os desígnios dos grupos sociais dominantes. “O que importa reter é que as representações nos fazem ver, imaginar, significar por meio delas. As representações, os signos e as imagens podem ser inconscientes, espontâneas, mas podem ser controladas e realizadas de modo consciente” (FONSECA; OLIVA, 2013, p.16).

De forma geral, o conceito de representação pode ser definido da seguinte forma: ato de imaginar uma situação ou objeto que está fora da realidade, criando uma ideia ou imagem que substitua o que não está presente. Segundo Sandra Pesavento, “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença” (PESAVENTO, 2004, p. 40).

Chartier¹⁰, ao conceituar representação, sugere que se leve em consideração a definição proposta pelo Dicionário francês *Furetière* do século XVI, que aponta para dois sentidos: O primeiro está relacionado a ideia de representação suprimindo algo ausente, distinguindo aquilo que representa e aquilo que é representado. Nesse caso, uma imagem adquire a capacidade de reconstituir o objeto tal como ele é. Para tal situação, podemos utilizar como exemplo as estátuas e imagens de santos. Já no segundo sentido, a representação é tida como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém, exercendo uma relação simbólica metafórica – “O leão é o símbolo do valor; a esfera, o da inconstância; o pelicano, o do amor paternal” (CHARTIER, 2002, p. 20). Do ponto de vista teórico, isso significa que, ao representarmos algo, tendemos a agir em relação a esse algo e a tudo que a ele está relacionado como o imaginamos. Nesse sentido, as imagens e os discursos que criamos a fim de definir uma realidade não são expressões fiéis dessa realidade. Chartier considera que:

A relação de representação é, assim, confundida pela ação da imaginação; essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade, que faz tomar o logro da verdade que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão (CHARTIER, 2002, p.22).

¹⁰Para mais informações ver, CHARTIER, Roger. **A História cultural – entre as Práticas e Representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Exemplificando tal situação, analisa-se o caso dos cartógrafos dos descobrimentos, que confeccionaram mapas do mundo e de suas conquistas de acordo com o que imaginaram que fosse o território e a paisagem a partir de viagens e leituras de autores antigos e alguns instrumentos novos. Desse modo, o ausente (as terras distantes e desconhecidas) foi materializado através das representações cartográficas, ou seja, o mapa enquanto imagem construída para representar algo se torna uma realidade falsa; “o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é” (CHARTIER, 2002, p.63). As pessoas que veem aquela imagem representada passam a acreditar que ela é mais real do que aquilo que está sendo representado, “a aparência vale pelo real” (CHARTIER, 2002, p.21). Reforçando as palavras de Chartier, Brotton ressalta que os mapas funcionam por meio da analogia. Para o autor, “no mapa, uma estrada é representada por um determinado símbolo que tem pouca semelhança com a estrada em si, mas quem o vê passa a aceitar que o símbolo é *como* uma estrada” (BROTTON, 2012, p.14). Com base nos mapas que esses cartógrafos utilizaram para representar os territórios recém descobertos, eles criaram mitos, desestruturaram a política, a sociedade e até mesmo a religião e, por fim, tomaram decisões diplomáticas que decidiram os rumos da história mundial; como o famoso Tratado de Tordesilhas.

Seguindo Chartier, podemos considerar, então, que durante a expansão marítima europeia, as representações cartográficas se converteram em artefatos visuais e materiais que contribuíram no processo de construção da figura da majestade real. Conseqüentemente, estes artefatos projetaram um imagem de obediência e respeito a um poder onipresente. Distante da corte, os mapas se tornaram portadores da soberania ibérica e, desse modo, os atributos cartográficos pelos quais o poder era representado substituíram os testemunhos materiais. Essa situação se configura, como bem nos alerta Chartier (2002, p.80), “em um exercício de dominação política que se baseia na ostentação das formas simbólicas, na representação do poder monárquico que é feito para ver e acreditar na própria ausência do rei graças aos sinais que indicam sua soberania”. Nesse sentido, os mapas serviram para representar o ausente, e, ao mesmo tempo, eles estiveram vinculados à ideia de exibição de algo, representando e oferecendo uma imagem de algo que está presente na própria representação.

Portanto, as representações devem ser analisadas de forma relativista; como afirma Chartier (2002), elas não produzem discursos neutros, contudo expressam estratégias e práticas que consolidam o poder. Para o historiador, tal conceito está fortemente associado a lutas simbólicas e ideológicas.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, é necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados. Tendem a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 2002, p.17).

Para Chartier (2002), as representações são determinadas pelas práticas, que são configuradas a partir de relações conflituosas. Desse modo, os mapas, enquanto representações, são produtos de uma prática simbólica, que conseqüentemente geram outras representações. O antropólogo inglês Gregory Bateson declara que “o que está no mapa de papel é uma representação do que estava na representação da retina do homem que fez o mapa; e se levarmos a questão para trás, o que encontramos é uma regressão infinita, uma série infinita de mapas” (1972, 460 apud BROTTON, 2012, p. 14). Essa afirmação vem ao encontro da perspectiva defendida por vários estudiosos da Nova História da Cartografia que sustentam a ideia de que os mapas são produzidos a partir do reflexo de outros mapas, carregando, dessa forma, diferentes visões ao longo do tempo.

Portanto, no decorrer da história, as práticas cartográficas realizadas por diferentes grupos sociais criaram diferentes visões de mundo, visões estas, muitas vezes tendenciosas. Os mapas que representaram o novo mundo, por exemplo, projetaram a realidade que os europeus achavam conveniente, buscando legitimar e justificar as suas ações. Nesse sentido, Teixeira Neto (2006) compara os mapas a uma faca de dois gumes: serve como instrumento de dominação para quem o realizou e desinforma e desorienta quem o utiliza.

Através desse diálogo entre o conceito de representação e a Cartografia, os mapas são escalados para cumprir o papel de reinventores do passado. Os textos, o discurso e o poder imagético destes objetos nos levam a compreender e resgatar as especificidades de outras épocas. Eles dão ênfase à “cultura cartográfica” que engloba “a compreensão das práticas de cartografia que uma sociedade possui, as formas de representação usadas para experimentar e descobrir o mundo e os meios através dos quais a ordem social está permeando essas representações para se refundir e restaurar” (EDNEY, 1990, p.36 apud SEEMANN,2010, p.4). Nesse contexto, as representações cartográficas se tornam um registro de um determinado

momento histórico, evidenciando as relações que os diferentes grupos sociais mantiveram com espaço, possibilitando uma melhor compreensão do mundo.

2.3 Definições e conceitos de Cartografia

Sendo uma das práticas mais antigas da humanidade, “os mapas e a ciência de sua criação são invenções relativamente recentes” (BROTTON, 2012, p. 11). Durante séculos, o que hoje diferentes culturas chamam de mapas¹¹ não se manifestavam de maneira consciente entre os homens; todo o material cartográfico produzido era entendido como uma pintura, desenhos ou diagramas. Embora a história dos mapas seja antiga, a sistematização e a formalização científica da Cartografia demorou para acontecer.

A etimologia da palavra cartografia vem do grego *graphein*, que tem como significado escrita ou descrita e também do latim *charta*, que significa papel. Este vocábulo foi criado pelo historiador português Visconde de Santarém, no ano de 1839¹². Anterior a criação da palavra cartografia, o termo utilizado era cosmografia, termo também entendido como descrição geral do Universo.

De acordo com Simielli (1986, p.19), “a Cartografia, ao longo de sua existência, sofreu várias transformações em nível de concepção, área de abrangência e competência”. Esse fato nos leva a constatar que, independentemente das mais variadas definições, os estudos aplicados a esta ciência estão condicionados à evolução e utilizações específicas de técnicas, procedimentos artísticos e normas científicas. Dessa maneira, através de uma breve reflexão sobre as inúmeras definições de Cartografia, é possível perceber o processo de estruturação e sistematização dessa como ciência.

¹¹ A palavra mapa é oriunda do termo latino *mappa*, que tem como significado toalha de mesa ou guardanapo. Segundo Brotton (2012, p.11) a definição mais aceita foi apresentada em *History of Cartography*, de autoria de J.B. Harley e David Woodward, em que os autores definem a palavra da seguinte maneira: “Mapas são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou eventos no mundo humano.” Já a ACI (Associação Cartográfica Internacional) define o mapa da seguinte maneira: “Representação simbolizada da realidade geográfica, apresentando aspectos e características selecionados, resultante do esforço criativo do autor, que é concebida para ser utilizada quando as relações espaciais têm importância essencial.”

¹² O vocábulo cartografia foi criado pelo historiador português Visconde de Santarém, em carta de 8 de dezembro de 1839, escrita em Paris, e dirigida ao historiador brasileiro Adolfo Varnhagem.

No decorrer do século XIX, a institucionalização da Cartografia como um corpo científico independente, ocorreu de forma lenta. Por um período considerável, ela foi utilizada como instrumento técnico, principalmente pela Geografia e também por outras ciências que possuem o espaço como campo de estudo. Max Eckert, durante as primeiras décadas do século XX, foi um dos primeiros cientistas a promover uma discussão teórica a respeito da Cartografia como ciência, contribuindo para a sua desvinculação da Geografia. Para o pesquisador alemão, a Cartografia se configura a partir de uma mistura entre ciência e arte: ciência pela preocupação com a precisão, segundo as leis da Matemática e da Geometria; e arte pelo aspecto visual.

Os estudos de Eckert, serviram também para modificar os padrões científicos em que a Cartografia era analisada. Até então, como discutido nos tópicos anteriores, esta ciência era marcada por visão positivista, tradicional. As operações técnicas eram os aspectos mais considerados; os mapas eram tidos como verdades incontestáveis. Além de Eckert, outros cientistas também contribuíram para o processo de revisão teórica da Cartografia. As pesquisas, nesse sentido, ganharam força na Alemanha, através dos escritos de Hettner, Penk e Koppen e também nos Estados Unidos da América, tendo como principal representante, Erwin Raisz. Esses estudiosos podem ser considerados como os precursores da Cartografia Moderna¹³.

A partir dos anos 60, os teóricos da Cartografia começam a discutir essa ciência a partir de estruturas ligadas à comunicação¹⁴, inaugurando uma nova fase de pesquisas em que a principal preocupação não era mais as questões técnicas e sim a relação entre o usuário e o fazedor de mapas. Seguindo essa corrente, autores como Bertin, Ratajski, Board, Kolacny, Salichtchev entre outros, criaram vários modelos de comunicação cartográfica¹⁵.

Adequando-se a essa nova abordagem, a mais importante associação científica cartográfica, a Associação Cartográfica Internacional (ACI)¹⁶ em 1966 elaborou a seguinte definição:

¹³ Anterior a década de 60, algumas publicações da Cartografia já traziam novas discussões, revisando a tendência vigente. Através dos trabalhos de Eckert, Wright e Imhof, originalmente escritos em 1908, 1942 e 1956, respectivamente, esses autores foram fundamentais para o desenvolvimento da Cartografia Moderna.

¹⁴ Segundo Vasconcellos (1993), o advento dos satélites e dos computadores influenciaram os estudos sobre comunicação cartográfica.

¹⁵ Para Gomes et al. (2012), a comunicação cartográfica pode ser definida como uma produção teórica e metodológica que apresenta-se estritamente ligada à Teoria da Informação e, por isso, a produção de mapas é explicada a partir da dimensão sintática, ou seja, o fenômeno da comunicação pelo mapa compreende em saber como construir mensagens que apresentem condições ótimas para, quando veiculadas pelo canal, atinjam da forma mais eficiente possível o receptor. Nessa perspectiva, o mapa, resultado do processo de comunicação cartográfica, apenas exprime o conteúdo da realidade observada e processada na mente do cartógrafo.

¹⁶ Criada no ano de 1959, como uma organização que reunia diversas associações científicas ligadas à Cartografia, da qual grande parte dos autores mencionados eram membros.

A Cartografia apresenta-se como um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que tendo por base os resultados de observações diretas ou análise de documentação, voltam-se para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

A definição proposta pela ACI em 1966, uma das mais importantes já elaboradas, não identifica a Cartografia como ciência, conceituando-a como conjunto de estudos de operações científicas técnicas e artísticas, para representar o espaço terrestre. No ano de 1973, a mesma associação declara que a Cartografia é “a arte, ciência e tecnologia de mapeamento, juntamente com seus estudos como documentos científicos e trabalhos de arte”. Nas definições posteriores o termo ciência passa a não ser mais empregado¹⁷. “É interessante notar que a maior associação científica dessa área não defina a Cartografia como ciência. Muitos, porém, a consideram como tal” (SANTOS, 2013, p.58).

Seguindo as palavras de Santos (2013), a grande maioria dos pesquisadores que tentaram definir o conceito de Cartografia a enquadraram como uma ciência que busca representar a realidade, transmitindo informações sobre o espaço, sendo assim, um instrumento de comunicação. Ressalta-se que, após a definição de 1966 pela ACI, praticamente todas as outras que foram formuladas, tanto por cientistas ou associações de pesquisa, atentaram-se em destacar os processos de interlocução entre o usuário e o construtor do mapa. Simielli (1986, p. 20), refletindo sobre as principais mudanças que atingiram essa área de conhecimento, afirma que a “Cartografia se preocupa, atualmente, com o usuário do mapa, com a mensagem transmitida e com a eficiência do mapa como elemento transmissor de informação.”

Kolacny (1969 apud SIMIELLE, 1986) definiu a Cartografia como teoria, técnica e prática de duas esferas de interesses: a criação e o uso de mapas. O autor foi um dos primeiros pesquisadores a desenvolver estudos referentes à comunicação cartográfica. Para Kolacny, a criação e a utilização dos mapas fazem parte de um processo indivisível, que produzem efeitos à realidade.

Já Ratajski, em 1970, estabeleceu o seguinte conceito: “Cartografia é uma parte da atividade humana que abrange a criação e a utilização dos mapas, bem como de outros trabalhos cartográficos. É, e sempre foi, ligada à comunicação interpessoal”. O pesquisador polonês delimitou parte de seu estudos visando compreender o processo de transmissão das informações

¹⁷ Após a definição de 1973, em que a ACI, declara que a Cartografia é ao mesmo tempo arte, ciência e técnica, nos anos de 1991, 1995 e 2003 a associação referida passa a conceituar a Cartografia como uma disciplina.

cartográficas, procurando elucidar que parte dessas informações são perdidas no trajeto comunicativo entre emissor e receptor.

Não se atendo tanto aos princípios da comunicação cartográfica, Arnberger, no ano de 1970, propôs uma definição mais tradicional, destacando as operações técnicas. Para o autor, a Cartografia se configura como “a ciência da lógica, metodologia e técnica do design, confecção e interpretação dos mapas e outras formas cartográficas de expressão, as quais são capazes de reproduzir uma imagem espacialmente correta da realidade”. Conforme Vieira, “essa definição dá relevância à preocupação existente no interior da Cartografia que seria a de ser fidedigna à realidade representada. Esse seria o legado da Cartografia ocidental, racional e científica (2015, p.49).

Karl-Heinz Meine, no ano de 1979, conceitua a Cartografia como “a ciência e a técnica para discutir, desenvolver e ensinar métodos para representações cartográficas”. “O autor defendia a expansão dos estudos referentes à comunicação cartográfica expondo a necessidade de se criar um alfabeto para uma linguagem básica dos mapas e da aplicação semiológica”. (KANAKUBO, 1995, p.12 apud VIEIRA, 2015, p.50). Para Salichtechev:

A Cartografia é a ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas – modelos icônicos – que reproduzem este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada (SALICHTECHEV, 1973, p.8 apud SANTOS, 2013, p. 58).

“Nota-se que a atenção, nessa definição, parece estar mais direcionada ao objeto da representação do que à forma de representar em si” (VIEIRA, 2015, p.49), fato que influenciou diretamente na conceituação de Cartografia apresentada pela ACI no ano de 1973, na qual a referida associação propõe os estudos dos documentos científicos gerados pela Cartografia.

Santos afirma que, a definição de Salichtechev:

Além de referir-se à reprodução da realidade de forma gráfica e generalizada, inclui também as distribuições espaciais dos fenômenos naturais e sociais. Nesse sentido, leva a Cartografia a aproximar-se muito da Geografia. Temos presente um elemento fundamental para essa ciência: a relação Natureza-sociedade (SANTOS, 2013, p.58).

Portanto, diferentemente das definições estabelecidas por Kolacny, Ratajski, Arnberger e Meine a definição de Salichtechev não leva em conta somente as estruturas de comunicação e a técnica, o autor propõe também que os fenômenos cartografados devam ser analisados buscando apoio em outras ciências. Nesse sentido Martilnelli afirma que:

A cartografia não é simplesmente uma técnica indiferente ao conteúdo que está sendo veiculado. Se ela pretende representar e investigar conteúdos espaciais por meio dos citados modelos não poderá fazê-lo sem o conhecimento da essência dos fenômenos que estão sendo representados nem sem o suporte das ciências que o estudam (MARTILNELLI, 1991, p.35).

Considerando os avanços técnicos, no ano de 1989, na cidade de Budapeste, a ACI revisa, novamente, o conceito de Cartografia definindo-a como:

[...] a organização, apresentação, comunicação e utilização da geo-informação nas formas visual, digital ou tátil, que inclui todos os processo de preparação de dados no emprego e estudo de todo e qualquer tipo de mapa. Em síntese a Cartografia se preocupa atualmente com o usuário do mapa, com a mensagem transmitida e com a eficiência do mapa como elemento transmissor de informação.

Ressalta-se que nessa nova definição proposta pela ACI, além da inserção dos novos recursos tecnológicos, a abordagem da comunicação cartográfica se destaca, enfatizando três elementos básicos: o usuário, a mensagem e a transmissão. Nas definições posteriores, como apontado anteriormente, a ACI passa a definir Cartografia como disciplina, procurando resolver um dos principais embates acerca desse conhecimento: afinal, a Cartografia é arte, técnica ou ciência?

Independentemente da denominação utilizada, arte, técnica ou ciência, a Cartografia conseguiu se firmar como um campo definido, cujos principais objetos estão associados aos estudos das diferentes operações envolvidas no processo de representação da informação geográfica. “A Cartografia engloba, portanto, todas as atividades que vão do levantamento de campo ou da pesquisa bibliográfica até a impressão definitiva e a publicação do mapa elaborado” (MENEZES; FERNANDES, 2013).

Entre os pesquisadores brasileiros, temos duas importantes contribuições: os estudos de Barbosa (1967), que propõem que a Cartografia deva ser analisada como área auxiliar para as outras ciências e Sanchez (1981), que declara a Cartografia como uma ciência e, ao mesmo tempo, como um instrumento utilizado pelas outras ciências que estudam o espaço.

Como resultado da modernização das técnicas e do processo de renovação teórica da Cartografia, novas perspectivas e concepções surgem, ampliando ainda mais os horizontes dessa ciência. Com a chegada da década de 90, a noção de Cartografia como instrumento de comunicação se consolida. A partir de então, tal fato reflete diretamente no fortalecimento de alguns campos de estudos, como por exemplo a Cartografia Histórica e a História da Cartografia. Estudos estes, que colaboraram amplamente “para que a Cartografia também possa

ser vista para além de uma técnica, mas também como parte das nossas próprias práticas sociais” (SEEMANN, 2009, p.4 apud VIEIRA, 2015, p.53).

É importante salientar que os avanços tecnológicos e as discussões teóricas, redimensionaram o conceito de Cartografia. Essas transformações foram essenciais para a sistematização do conhecimento cartográfico. Hoje, podemos dizer que temos uma Cartografia muito mais reflexiva, que busca trabalhar o social. Observa-se que, apesar de todas as definições analisadas estarem ligadas a um mesmo período de discussões, as concepções apresentadas à Cartografia foram bastante diversificadas, evidenciando as diferentes linhas de pesquisa que começaram a surgir frente a esse momento de renovação teórica e metodológica.

3 REDESENHANDO O MUNDO: A CARTOGRAFIA DURANTE A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

No limiar do século XV, as navegações para além das místicas colunas de Hércules se tornavam cada vez mais corriqueiras. O estreito de Gibraltar já não era mais visto como a última fronteira do ecúmeno; os europeus, especialmente os portugueses, gradualmente, foram desbravando o mar oceano. O processo de expansão marítima se configurava, as primeiras ilhas eram conquistadas, o contorno geográfico da Terra eram redesenhados e, neste interim, uma nova imagem do mundo começa a ser apresentada.

Ao perpassar pela vasta história da Cartografia, verifica-se que entre o primeiro quartel do século XV até a primeira metade do século XVI, os mapas começaram a sofrer transformações agudas, neste período o espírito medieval começava a se confrontar com o moderno. A religião não mais ditava todas as regras; a ciência e a razão se tornavam importantes meios para explicar a natureza de diferentes fenômenos.

Os mapas do início do Renascimento, ainda bastante influenciados pela mentalidade medieval, comumente, produziam visões de mundo bastante contraditórias. As representações cartográficas deste período eram elaboradas a partir de um hibridismo marcado pelo redescobrimto dos autores clássicos, em especial, as obras de Ptolomeu, juntamente com os descobrimentos realizados pelos ibéricos que, por fim, eram associados à concepção de mundo medieval. Sob o enfoque dessa tríade, os mitos medievais e as tradições ptolomaicas contrapostas aos descobrimentos geográficos da época eram representados em um mesma produção cartográfica, provocando profundas discussões cosmográficas, fato que pode ser averiguado a partir do grande número de teorias, cosmografias e estudos que começaram a despontar desde então. Oswald Dreyer-Eimbcke (1992) salienta que entre o final do século XV e início do XVI, as explorações ibéricas contribuíram ainda mais para ampliar as contradições sobre as teses científicas a respeito dos principais aspectos geográficos da Terra. O autor destaca que a viagem de Colombo para o oeste e posteriormente a circunavegação realizada por Magalhães, confirmaram a ideia de que o planeta era esférico e não discoidal, mas, mesmo assim:

Houve ainda, forte resistência contra uma revisão geral de todos os conceitos cosmográficos e geográficos ultrapassados. Ao contrário, os relatos dos descobridores eram interpretados antes como uma confirmação da existência daquelas ilhas lendárias a oeste ou dos monstros e seres fantásticos que povoavam os escritos dos antigos (DREYER-EIMBCKE 1992, p.152).

Para Frank Lestringant (2009) a transição do Medievo para o Renascimento foi marcada por uma bricolagem cartográfica resultante de dois fatores: primeiramente em decorrência de uma síntese entre a teoria e a prática e também através:

Do efeito de uma determinação geral que pesa sobre a geografia da aurora dos tempos modernos – a saber, que um dado mapa jamais é estabelecido sobre novidades, mas que herda sempre de mapas anteriores uma parte negligenciável, e até preponderante, de sua informação. No melhor dos casos, integra os novos dados a uma forma ou a um contorno recebido (LESTRINGANT 2009, p.197).

O autor ainda destaca que os anacronismos cartográficos foram uma constante durante essa época; Marco Polo coexiste, frequentemente, com Magalhães e Jacques Cartier. Contudo, o pioneirismo português no processo da expansão marítima europeia, contribuiu para uma Cartografia mais precisa, “aliando o rigor científico, a representação de novas terras a beleza artística” (MARQUES, 1994, p. 10).

À medida em que os limites do mundo iam sendo ampliados, as produções cartográficas se transformavam em armas eficazes para a conquista de novos territórios. Os mapas se tornavam objetos cada vez mais cobiçados, pois, além de facilitarem a projeção de uma imagem mais nítida das terras recém descobertas, eles despertavam sonhos e interesses. Os mapas são inseridos em uma política de sigilo e quem os revelasse poderia ser condenado à pena capital. Nesse contexto, é inegável o protagonismo português. Grande parte dos descobrimentos geográficos do início do Renascimento cabem a eles. Os lusitanos modificaram a geopolítica da época, ampliaram o comércio promovendo a exploração planetária, dando início a um processo globalizante que se estende até os dias atuais.

O pioneirismo português no processo da expansão ultramarina contribuiu para que Portugal acumulasse, no século XV, o conhecimento geográfico e cartográfico mais rico da época. Lisboa, rapidamente, transformou-se em uma cidade cosmopolita, atraindo pessoas das mais diversas partes do mundo conhecido, “a cidade era a vanguarda das novas ideias a respeito de cosmografia e navegação” (CROWLEY, 2016, p.59).

De acordo com Thomaz (1994), durante o século XI, a Europa passou por uma revolução comercial. Para o autor, foi nesse período em que os portugueses começaram a desenvolver as suas primeiras redes marítimas. No decorrer dos próximos séculos, com a reorganização espacial e política europeia, a estrutura feudal do continente começa a se desarticular. A burguesia ganha força e, conseqüentemente, a economia cresce. Nesse cenário de mudanças radicais, Portugal estabelece uma política centralizada. O pródigo político português,

juntamente com a vasta experiência comercial adquirida ao longo dos séculos XIII e XIV, prenunciam a expansão marítima comercial portuguesa.

Entre todas as questões políticas que marcam o processo de expansão marítima europeia, o sucesso português -em partes- pode ser explicado pelo fato de que durante o século XV, Portugal já havia consolidado a sua unificação. França, Inglaterra, Espanha e Itália ainda enfrentavam convulsões políticas, disputas dinásticas, entre outras implicações. A Revolução de Avis de 1383-85 garantiu a manutenção da soberania e dava início a uma nova dinastia que, por sua vez, promoveria as condições políticas necessárias à expansão dos negócios náuticos.

O marco inicial da expansão marítima portuguesa se dá a partir da tomada de Ceuta em 1415, que representava, naquele momento para Portugal, o domínio do estreito de Gibraltar, já que os portugueses poderiam reflorescer as rotas comerciais que ligavam o Mediterrâneo à região de Flandres, além de poderem controlar um possível avanço dos Castelhanos em direção ao Ocidente.

Como afirma Marques (1994), os portugueses, tendo sido os pioneiros da abertura do mundo durante o século XV, foram, naturalmente, também, os responsáveis por uma verdadeira revolução no campo da ciência e arte cartográfica. Pois de imediato, eles perceberam que os mapas seriam indispensáveis para os seus empreendimentos coloniais. Como já dito no decorrer deste trabalho, os mapas passaram a ser utilizados como documentos que representavam a posse, efetivava a demarcação de um território e legitimava a conquista.

Portanto, o século XV foi importantíssimo para a consolidação da cartografia como uma ferramenta que serviu aos portugueses para legitimar e justificar as suas conquistas. Desse modo, faz se pertinente analisar as articulações políticas e ideológicas que contribuíram para o protagonismo lusitano durante o período das grandes navegações entrecruzadas com as diferentes concepções cosmográficas da época, a fim de compreender e evidenciar como um pequeno reino, localizado em uma das extremidades do continente europeu, conseguiu administrar e emergir através do poder operante dos mapas um verdadeiro Império.

3.1 Alguns recortes sobre a história da Cartografia

Os mapas acompanharam o desenvolvimento da humanidade; os registros cartográficos aparecem em diferentes épocas e lugares. Desde os tempos mais remotos, o homem, movido

pela necessidade de se localizar, reconhecer e, por fim, dominar o espaço, buscou desenvolver diversas técnicas para representá-lo. Independentemente da maneira em que foram representados, seja através das paredes de caverna, placas de barro ou pergaminho, os mapas revelam as especificidades das mais variadas culturas, pois como afirma Oliveira (1993, p. 17), “todo povo, sem exceção, nos legou mapas”.

Segundo Raisz (1969, p. 7), “a história dos mapas é mais antiga que a própria história, isto se pensarmos na história como a documentação escrita sobre fatos passados. A confecção de mapas precede a escrita”. Portanto, o homem, há cerca de 40 mil anos, com o surgimento dos primeiros sistemas gráficos de comunicação, conseguiu traduzir as informações espaciais em forma de mapas permanentes que poderiam ser reproduzidos. Desse modo, como declara Duarte (2002), as representações cartográficas se constituem como importantes meios de armazenamento de conhecimentos referentes à superfície terrestre. Para Santos (2002, p.25), os mapas “representam de uma maneira ou de outra, a leitura de mundo da sociedade que os construiu (e ainda constrói) e são, portanto, potencialmente capazes de nos oferecer elementos de leitura da cosmologia subjacente a seus autores”.

Portanto, através dessas “leituras de mundo” refletidas pelos mapas, alguns recortes da longa história da Cartografia serão apresentados, objetivando compreender o significado que essas representações cartográficas tiveram dentro do seu contexto de produção. Esses recortes sobre a história da Cartografia evidenciam a trajetória da humanidade e também o desenvolvimento técnico sofrido por essa área de estudo. Contudo, Vieira (2015) nos atenta para o fato de que a interpretação do percurso da Cartografia não pode ser analisada através da linearidade, pois, como a autora afirma a sua evolução é bastante complexa. Para Girardi (2012), a história da Cartografia, na perspectiva da linearidade e da evolução técnica, é contada como uma sucessão de substituições, como é contada, de um modo geral, a história da evolução dos objetos técnicos. Posto isso, os mapas se enquadram nessa situação. Girardi (2012), afirma que os mapas vão se substituindo nesta linha de abordagem, porque sempre se supera tecnologicamente o anterior ao passo que a tecnologia se transforma em um ponto de valorização dos mapas:

Trazendo um exemplo desta abordagem para o contemporâneo, um croqui feito à mão e um mapa do tipo Google podem cumprir a mesma função e terem sido construídos simultaneamente, mas, se olhados com a lente do incremento tecnológico, ocupam lugares muito distintos na “hierarquia” de mapas que esta leitura promove. Assim, toda produção cartográfica da humanidade que não seja constituída nos mesmos rigores técnicos que caracterizam um mapa convencional (a escala, a legenda, a orientação, a projeção, a visão vertical ortogonal) é alternativa a este último, neste caso alternativo no sentido de oposição: não é mapa (GIRARDI, 2012, p. 43).

Procurando de forma breve traçar as informações necessárias para compreender como a cartografia foi utilizada e representada ao longo da sua história, seguiremos por uma linha evolutiva, porém de acordo com Girardi (2012), esse caminho deve ser analisado a partir dos seus contextos, das práticas que são reveladas através das diversas estruturas que configuram uma representação do espaço. Dreyer-Eimbcke (1992) ressalta que como tantos outros documentos antigos, também os mapas fazem parte da memória histórica. Reflete-se neles de um modo fascinante a evolução da imagem do mundo. Para o historiador e geógrafo alemão, “o aperfeiçoamento dessa imagem nunca foi um processo retilíneo, nem o desenvolvimento da cartografia deu-se sem recuos e desvios. Seus rumos sempre foram determinados, também, pelas variações de objetos geográficos e cósmicos” (DREYER-EIMBCKE, 1992, p. 14). Por fim, Lestringant afirma que:

O mapa não possibilita ver um estado do mundo num momento preciso, mas um mosaico de traçados cuja cronologia pode se estender por vários séculos, tudo reunido num espaço flutuante. Essas derivas ao mesmo tempo espaciais e temporais conferem ao mapa dinamismo e valor prospectivo (LESTRINGANT, 2009, p.198).

Erwin Raisz (1969, p. 7), ao analisar a história da cartografia, considera que “fazer mapas é uma aptidão inata da humanidade”. O autor, ao retratar as experiências cartográficas dos povos primitivos, ressalta que esses rudimentos ou esboços cartográficos eram representados de forma muito mais complexa em relação aos mapas atuais, como por exemplo, o material cartográfico produzido pelos habitantes das ilhas Marshall (FIGURA 1). Feito através de armações de fibras de vegetal e conchas, o instrumento era utilizado pelos habitantes do lugar como uma carta náutica. Também podemos citar os mapas produzidos pelos esquimós, que confeccionaram mapas referentes às redes hidrográficas de forma bastante precisa e detalhada e os astecas, que exibiam os seus feitos históricos através dos mapas.

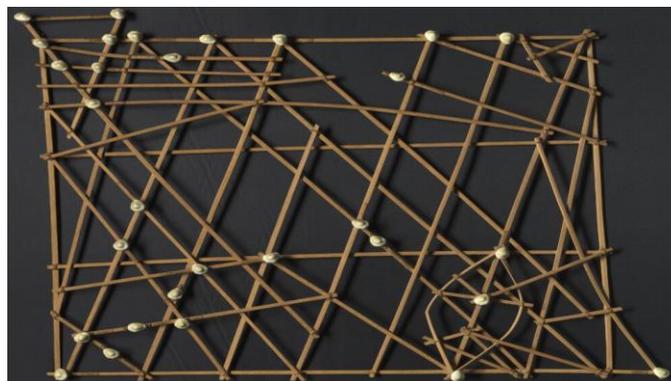


Figura 1- Mapa nativo das ilhas Marshall.

Fonte: <<https://www.pacific-studies.net/geodetail.php?id=12>>.

Acesso em: 16 jul. 2016.

Atualmente, o registro cartográfico mais antigo é um artefato encontrado na capital turca, Ancara, em 1963 pelo arqueólogo James Mellaart, durante uma escavação realizada na localidade de Çatal Höyük. Segundo estudos mais aprofundados, o mapa representa uma planta urbana, produzida a 6.200 a.C. (FIGURA 2).

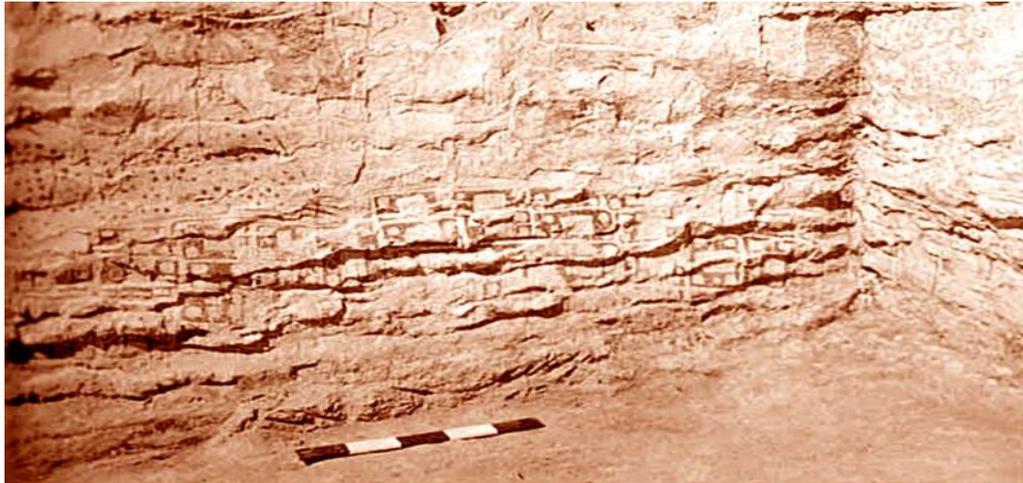


Figura 2- Fotografia da planta urbana de Çatal Höyük.

Fonte: <<http://arkeokur.tumblr.com/post/76720542852/tarihin-en-eski-haritas%C4%B1>>.

Acesso em: 22 abr.2017.

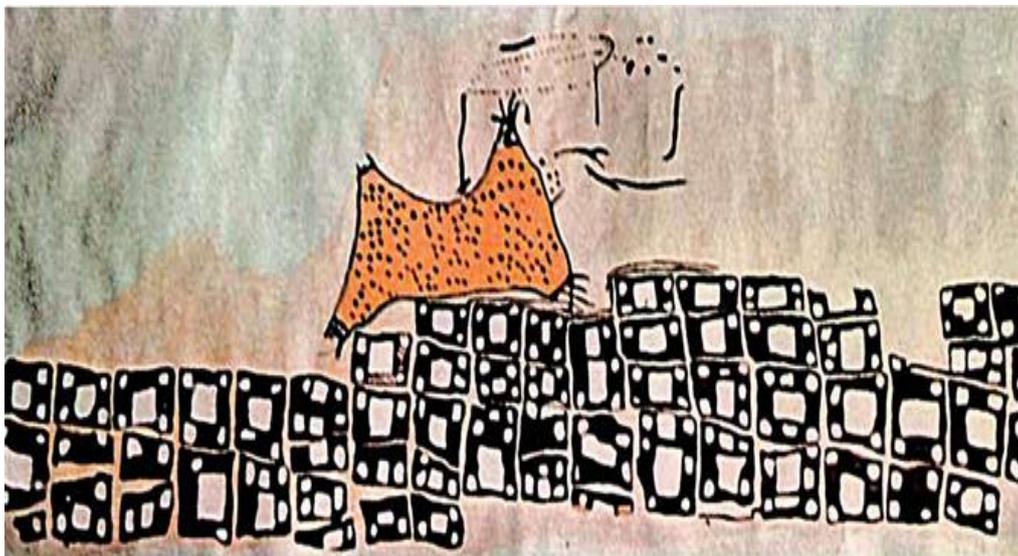


Figura 3 - Reprodução gráfica da planta de Çatal Höyük.

Fonte: <<https://www.biblicalarchaeology.org/daily/ancient-cultures/ancient-near-eastern-world/catalhoyuk-mural-the-earliest-representation-of-a-volcanic-eruption/>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

Além dos testemunhos citados anteriormente, outros exemplares que protagonizam a história antiga da cartografia são os registros rupestres de Bedolina (FIGURA 4) e o tablete de

barro de Ga-Sur (FIGURA 5). Localizado no norte da Itália, no vale do rio Pó, o petroglifo de Bedolina, é considerado como uma das gravações rupestres mais importantes, datado do final do Neolítico (2800 a.C.). O mapa desenhado na pedra em escala grande, representa, de maneira detalhada, elementos associados a uma paisagem agropastoril.



Figura 4 - O mapa de Bedolina.

Fonte: <<https://howlingpixel.com/wiki/Cartography>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Feito pelos babilônios há aproximadamente 2500 a.C., a pequena placa de barro cozido encontrada em 1930, durante escavações realizadas na antiga localidade de Ga-Sur (atual Yorghhan Tepe, Iraque), corresponde a uma representação da antiga Mesopotâmia, mostrando o rio Eufrates e as suas áreas vizinhas cercadas por montanhas. Segundo Gurgel (2015, p.30), as direções norte, leste e oeste estão indicadas no mapa através de círculos inscritos, implicando que os mapas eram, como hoje, alinhados nas direções cardeais.

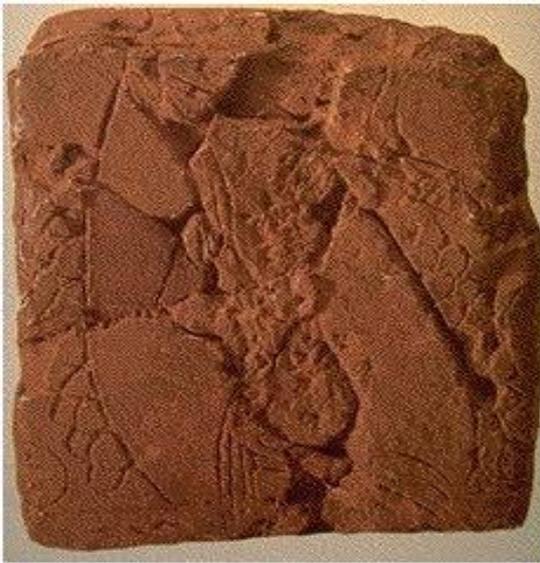


Figura 5 - Peça arqueológica original, placa de Ga-Sur.

Fonte: <<https://www.xatakaciencia.com/tag/especial-cartografia>>. Acesso em: 14 set. 2016.

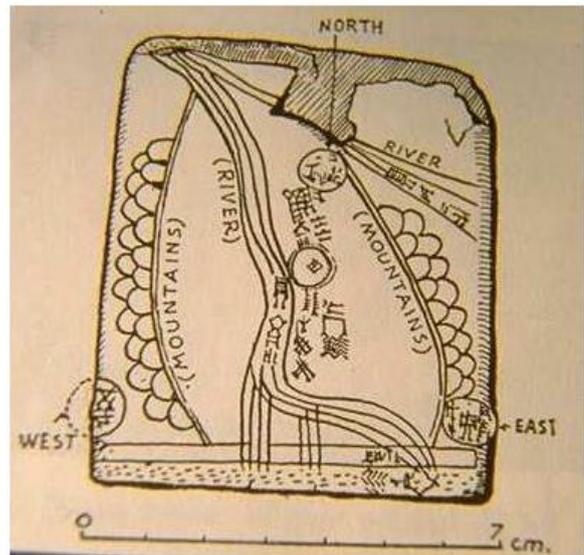


Figura 6 - Reprodução do mapa de Ga-Sur a partir da interpretação do traçado da peça arqueológica.

Fonte: <https://www.bibliotecapleyades.net/mapas_antigos/ancient_webpage/100D.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

Os babilônios também foram os responsáveis pela construção do primeiro mapa-múndi da história (FIGURA 7). Encontrado pelo arqueólogo iraquiano Hormuzd Rassam, na década de 30, o mapa foi desenhado em um pequeno tablete de argila, apresentando cuneiformes que, segundo vários estudiosos, datam de aproximadamente 2500 a.C.



Figura 5- O mapa-múndi produzido pelos babilônios.

Fonte:

<http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details/collection_image_gallery.aspx?assetId=404485&objectId=362000&partId=1>. Acesso em: 12 fev. 2016.

Considerados como os criadores da geometria prática, os egípcios foram responsáveis pelo desenvolvimento da agrimensura e do primeiro mapa topográfico. A necessidade de demarcar os limites do campo arrasado pelas cheias do rio Nilo e também para fins tributários, levou o povo do Egito antigo, assim como os babilônios, a se especializarem na confecção de cartas cadastrais¹⁸. “A medição era quase vital para os faraós e sacerdotes, já que suas riquezas eram garantidas, basicamente, pelos impostos cobrados sobre a terra, pagos em cereais, ouro, lã e outras especiarias” (LUCÍRIO; HEYMANN, 1992 p,35).

No extremo oriente, sem receber qualquer influência do mundo ocidental, os chineses já haviam mapeado todo o seu território além das terras que iam do Japão a Pérsia. Cabe, também, a este povo um dos principais instrumentos cartográficos: a bússola. Segundo Raisz, os registros cartográficos chineses mais antigos são datados do ano de 227 a.C. Para o autor, a invenção do papel impulsionou a produção cartográfica na China, fato que contribuiu para o mapeamento de todo o território imperial chinês.

As questões filosóficas e a visão dos gregos em relação ao nosso planeta foi fundamental para a produção do mais rico material cartográfico e geográfico da história antiga. Segundo Raisz:

A base do sistema cartográfico atual é atribuída por todos os gregos que atingiram uma cultura na Antiguidade, não igualada até o princípio do século XVI. Os gregos admitiram a forma esférica da Terra, com seus polos, Equador e Trópicos, desenvolveram o nosso sistema de latitude e longitude, desenharam as primeiras projeções e calcularam o tamanho de nosso Planeta (RAISZ, 1969, p.11).

Entre os grandes estudiosos da Grécia antiga que marcaram a história da Cartografia podemos citar Anaximandro de Mileto (610 - 546 a.C.), considerado o criador do primeiro mapa geográfico. Sua obra foi capaz de impactar a Geografia da época, servindo de base para vários teóricos posteriores. Para Brotton, os estudos de Anaximandro foram os responsáveis pelo abandono das antigas crenças babilônicas e gregas de que a Terra flutuava sobre água ou ar, substituindo essa concepção pelo mais antigo conceito conhecido de geocentrismo.

Tendo como modelo as obras de Anaximandro (um dos grandes escritores da Geografia antiga), Hecateu de Mileto (546 - 480 a.C.) - autor de “Descrição da Terra”, considerado o tratado geográfico mais antigo do período clássico - foi o responsável pela produção de um dos

¹⁸As cartas ou registros cadastrais egípcios eram mapas que representavam pequenas áreas, principalmente as áreas destinadas a cultivo de alimentos e à exploração mineral.

mapas mais importantes da época. O mapa de Hecateu foi produzido em um disco plano e suspenso no ar onde o mundo conhecido aparece dividido em duas partes: Europa e Ásia juntas e na parte inferior, a Líbia (África); ambas partes circundadas pelo oceano.

Os estudos de Pitágoras e seus discípulos sobre a esfericidade da Terra levaram os pensadores gregos do período clássico a investigarem as possíveis relações entre as esferas celeste e terrestre. Tais estudos contribuíram para o desenvolvimento dos primeiros modelos de Universo. Eudoxo de Cnido (408 - 355 a.C.), pupilo e contemporâneo de Platão, foi um importante astrônomo e matemático, cuja principal obra foi o “Modelo das Esferas Concêntricas” em que o estudioso elaborou um globo celeste invertendo a perspectiva do observador em relação ao céu e a Terra. Através deste trabalho, foi possível a elaboração de vários cálculos inimagináveis para a época, como, por exemplo; o da circunferência da Terra.

Os trabalhos de Anaximandro, Platão e o modelo de Universo de Eudoxo influenciaram um dos maiores filósofos do mundo antigo: Aristóteles, que, ao admitir a esfericidade da Terra, conseqüentemente, admitia também a inclinação da superfície terrestre em relação aos raios solares. Desta forma, o grande teórico e tutor de Alexandre o Grande foi o responsável pela divisão da Terra em zonas climáticas, ou *Klimata* (que significa inclinação): uma zona muito quente no Equador (zona tórrida), inabitável devido ao excesso de calor, duas zonas temperadas e habitáveis- uma ao norte e outra ao sul do Equador- e, por fim, duas zonas polares e também inabitáveis (zonas frígidas).

Os estudos de Aristóteles, associados às grandes conquistas militares de Alexandre o Grande, foram fundamentais para o desenvolvimento de uma cartografia mais científica. Os mapas produzidos, desde então, não se dedicaram exclusivamente aos aspectos cosmogônicos e geométricos; passaram a considerar, também, as observações sociais e naturais das áreas mapeadas contribuindo para a expansão das fronteiras do mundo conhecido.

Acompanhando o grande desenvolvimento cultural do período helenístico, surgiram as primeiras bibliotecas, sendo a mais importante a de Alexandria devido à grande quantidade de documentos arquivados. Foi nesse templo do conhecimento que as figuras de Eratóstenes e Ptolomeu, através de suas obras, deixaram para posterioridade o maior legado cartográfico da história. Eratóstenes de Cirene (275-194 a.C.) realizou a grande façanha de medir cientificamente a circunferência da Terra.

Ptolomeu, o mais notável nome da história da cartografia, construiu a sua vida científica alicerçando os seus estudos aos de Marino de Tiro. Além de estudar as obras de Eratóstenes e

Hiparco, o sábio “organizou grande parte do conhecimento geográfico gerado na Mesopotâmia e no Egito” (GURGEL, 2015, p.57).

Dentre todos os escritos de Ptolomeu, os que mais repercutiram foram: o *Almagesto*, um tomo sobre astronomia matemática e *Geographia*, a sua obra mais importante e influente. Dividido em oito volumes, este livro foi o resultado da análise de mil anos de conhecimento geográfico grego; um trabalho que se destaca pelo elevado nível de erudição científica. Ao escrever a sua obra mais genial, o autor revisou e rejeitou várias teorias sobre o planeta Terra, tentando, assim, encontrar uma resposta definitiva para todos os problemas relacionados à geografia matemática formulada pelos seus antecessores.

Ao descrever o mundo conhecido de forma científica, Ptolomeu conseguiu produzir um rico material topográfico, definindo as latitudes e longitudes de aproximadamente 8 mil localidades espalhadas pela Europa, Ásia e África. *Geographia* pode ser considerada uma espécie de manual para a elaboração de mapas. Segundo Lester (2012, p.154), “Ptolomeu escreveu *Geographia* para ensinar seus leitores a mapearem o mundo. Daí o título, raramente citado em grego: *Geographike hyphegesis*, ou *Guia para confeccionar um mapa-múndi*”.

Depois de um período de grandes avanços promovidos pelos gregos, a cartografia desenvolvida pelos romanos é marcada pelo seu aspecto pragmático. Indiferentes às questões científicas relativas às coordenadas geográficas, projeções e medições astronômicas, os cartógrafos de Roma adotaram um padrão cartográfico direcionado para fins militares e administrativos.

A cientificidade e a praticidade definiram respectivamente a cartografia dos gregos e dos romanos. Com o colapso do grande Império de Roma, a cultura ocidental passa a ser comandada pela Igreja. Desse modo, a ciência é esquecida e o utilitarismo cartográfico empreendido no poderoso Império é modificado; a essencialidade administrativa e militar dos itinerários romanos é substituída pelos itinerários cristãos, marcando o início da tradição cartográfica medieval.

Buscando compreender o significado que as representações cartográficas possuíam durante a Idade Média é necessário colocar em questão os paradigmas de uma época marcada por grandes embates entre o mito, religião, arte e ciência. Segundo Randles (1994, p.121), “a representação da Terra, durante esse período, foi sintetizada entre a crença cosmogônica bíblica de uma Terra plana e pela concepção grega de uma Terra esférica”.

A cartografia medieval foi inspirada pelas tradições greco-romanas e moldada de acordo com os princípios religiosos da época. Imputando ao romanos parte da decadência cartográfica desse período, Raisz (1969, p.16) afirma que a Cartografia medieval foi, “praticamente, obrigada a depender de uma geografia inferior e estagnada produzida por Roma; fato que se deve ao desaparecimento de grande parte dos estudos gregos da Europa ocidental”.

Uma das principais marcas da Cartografia medieval, foram os mapas T em O. Esses materiais expressam a forte influência que a Igreja Católica exercia nos mais diversos campos de atuação. Os mapas T em O eram divididos em três partes: a letra T dentro da letra O, separando, esquematicamente, os continentes conhecidos: a Ásia ocupando a porção superior enquanto a Europa e África dividiam a porção inferior. Jerusalém estava rotineiramente no centro do círculo, segundo o texto bíblico: “Esta é Jerusalém; no meio das nações eu a coloquei, e as suas terras ao redor dela”¹⁹. “Nada poderia ter satisfeito mais o espírito religioso da época, do que esta harmonia divina apresentada no mapa de roda” (RAISZ, 1969, p.19).



Figura 6- Mapa T em O que aparece numa edição das *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha (Augsburgo, 1472). Este mapa, feito por volta do ano de 630 d.C., ilustra sua Geografia.

Fonte: FONSECA; OLIVA, 2013, p.47.

¹⁹ A citação bíblica corresponde ao livro de Ezequiel 5:5. A cidade de Jerusalém, durante a idade média, era conhecida como *omphalos*, ou “umbigo” - o centro era considerado pelos gregos como o ponto geográfico da Terra onde os deuses mantinham contato com o mundo para oferecer alimento espiritual à humanidade. Esta ideia foi modificada pelos medievais a partir da tradução da bíblia latina Vulgata, onde aparece a descrição no livro de Ezequiel do centro do mundo como o *umbilicus terrae*: o umbigo da Terra.

Durante o século XIII, as cruzadas, o contato com os árabes, as viagens ao Oriente e o desenvolvimento do comércio marítimo promoveram diversas transformações políticas, sociais, econômicas e científicas na Europa, sobretudo nas regiões banhadas pelo litoral mediterrâneo. Todos esses processos, aliados aos novos conhecimentos geográficos, foram fundamentais para o surgimento das cartas marítimas ou portulanos.

Baseadas nos relatos de marinheiros que navegavam desde o Mediterrâneo até o Mar Negro, essas cartas eram produzidas através da interação entre as técnicas cartográficas e náuticas utilizando, exclusivamente, a bússola e nenhum outro instrumento astronômico para a determinação das coordenadas geográficas. Os pilotos navegavam pelos mares através das linhas de rumo²⁰, levando em consideração as indicações litorâneas e desprezando a curvatura da Terra.

Durante a sua primeira fase de produção, as cartas portulanos representavam o mundo mediterrânico, desde o Mar Negro à península Ibérica. À medida que os europeus se aventuravam para além das lendárias colunas de Hércules e as fronteiras do ecúmeno se ampliavam, conseqüentemente, a cartografia da época evoluía de forma considerável. O expoente mais reputado dessa nova modalidade cartográfica, é atribuído ao Atlas Catalão feito no final do século XIV (1375) em Maiorca por um judeu de nome Cresques Abraão. Dentre as suas principais características estão uma rede de linhas de rumo e a centralidade do Mar Mediterrâneo. Este foi o primeiro atlas conhecido a incorporar a rosa dos ventos entre os diversos detalhes dispostos nesta importante peça cartográfica que, hoje, encontra-se sob os cuidados da Biblioteca Nacional de Paris.

Na extremidade ocidental da Europa medieval, os portugueses, inspirados na escola cartográfica catalã, fundam a sua própria escola, iniciando a era das Grandes Navegações. Impulsionados pelo espírito aventureiro e empreendedor do infante Henrique, o Navegador, o Mar Oceano começa a ser desbravado e os mapas, sutilmente, transformam-se em objetos cobiçados. Astutos e obstinados exploradores, os lusitanos percebem que o seu grande projeto de conquistar novos horizontes dependiam do desenvolvimento de novas técnicas cartográficas e náuticas e de uma política de sigilo. Concomitante a esses avanços, o reavivamento dos estudos clássicos se alastra pela Europa. Inicia-se uma nova fase, na qual a névoa que ofuscava o brilho da ciência é dissipada com o Renascimento.

²⁰ Loxodromia ou Linha de Rumo é a linha que intercepta os vários meridianos seguindo um ângulo constante, e que nas cartas marítimas, é representada por uma linha reta.

Na segunda metade do século XV, a redescoberta da célebre obra de Ptolomeu, *Geographia* associada à invenção da imprensa e aos grandes descobrimentos foram fatores decisivos para a inauguração de uma nova fase da Cartografia.

Os sucessivos eventos inerentes às grandes viagens de exploração que agitaram a Europa no final do século XV, dentre os quais podemos citar a viagem de Bartolomeu Dias pelo extremo sul do continente africano (1488) e a chegada de Cristóvão Colombo em 1492 nas Américas, despertaram grandes interesses por parte de portugueses e espanhóis. À medida que novas rotas comerciais eram traçadas e novos horizontes descobertos, a cobiça, o poder e a ambição desmedida de conquistar o mundo fizeram dos mapas importantes instrumentos de conquista; os novos territórios eram definidos por cartógrafos que manipulavam a geografia conforme os desígnios dos poderosos reinos ibéricos.

Com a descoberta do novo mundo, a Cartografia fica condicionada a um contexto expansionista, alterando expressivamente a geopolítica europeia. O velho continente é, então, remetido a uma série de discussões políticas, militares, religiosas e demográficas. O eixo mediterrânico desloca-se para o Atlântico. Há muito em disputa. Os conflitos entre as diversas potências começam a ser acirrados. A famosa frase do Rei Francisco I da França - “*O sol brilha para todos e desconheço a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre portugueses e espanhóis*” - resume bem a situação delicada que se instaurava na Europa renascentista.

No decorrer do século XVI, à medida em que novas terras eram descobertas, a Cartografia se tornava cada vez mais importante. Os mapas serviam como um documento de posse; eram a certidão de nascimento dos novos territórios que aos poucos iam sendo incorporados pelas coroas ultramarinas da época. Nesse período, com o surgimento e o aprimoramento das técnicas cartográficas, os mapas produzidos se tornaram mais precisos e racionais. Gradualmente, a ciência voltava a superar os mitos.

A segunda metade do século XVI foi marcada por uma grande produtividade de mapas. Os trabalhos de Gerard Mercator, considerado um marco para a Cartografia Moderna, destacaram-se. Proveniente desse período, outro trabalho de grande prestígio foi a publicação do primeiro atlas em 1570, o *Theatrum Orbis Terrarum*, de Abraham Ortelius. No decorrer do século XVII, vários outros atlas foram publicados, em especial pelos holandeses.

Já no século XVIII, sobre a influência do iluminismo, várias instituições acadêmicas científicas surgiram. Em especial, as que discutiam a Matemática e a Geodésia contribuíram

para uma maior solidez das pesquisas voltadas à Cartografia. O aperfeiçoamento dos sistemas de projeção e representação possibilitaram a produção de mapas cada vez mais precisos e científicos. Com a chegada do século XIX, verifica-se a consolidação do capitalismo. Com a Revolução Industrial, as disputas por matérias-primas, mercado consumidor e mão de obra levam os países industriais a investirem, pesadamente, em pesquisas topográficas, visando ao reconhecimento dos territórios conquistados. Consequentemente, a evolução tecnológica crescente desse período atinge a Cartografia.

No século XX, o desenvolvimento da aerofotometria, e, posteriormente, o incremento dos satélites artificiais, possibilitaram o desenvolvimento de novos campos de pesquisa, dinamizando a representação do espaço. Atualmente, a utilização dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG`s) e sistemas de posicionamento por satélite - o GPS (*Global Positioning System*), contribuem para a popularização da Cartografia. Hoje, com a disponibilidade de vários softwares, os mapas, cada vez mais, tornam-se presentes em nossas atividades cotidianas.

3.2 A imagem do mundo durante a passagem do século XV para o XVI: da redescoberta de Ptolomeu aos Descobrimentos

No decorrer da Idade Média, grande parte dos mapas produzidos neste período eram representados através do estilo T em O, mas, a partir do século XIII, com o desenvolvimento das primeiras cartas portulanos²¹, a Cartografia, gradualmente, começa a se desvincular das amarras eclesiásticas. As representações simbólicas se tornaram cada vez mais descritivas. Com a passagem do século XV para o XVI, três acontecimentos, de grande repercussão, vão abalar a concepção de mundo existente na época. Como já mencionado ao longo desta pesquisa, a redescoberta da *Geographia* de Ptolomeu associada ao início das primeiras viagens de exploração marítima e a invenção da imprensa foram decisivas para a construção de uma nova imagem de um mundo em constante mutação.

Maria Fernanda Alegria (1998) ressalta que, no final do século XV, coexistiam ideias muito diversas sobre o Planeta Terra. Entretanto, a partir da divulgação da *Geographia* de

²¹ Segundo Douglas Santos (2002, p.56), as cartas portulanos foram essenciais para o desenvolvimento econômico e científico durante a passagem do Medieval para o Renascimento. Para o autor, essa modalidade cartográfica se destaca por dois aspectos mais gerais: “1 Apesar do fato de ser do conhecimento dos navegadores que os dados relativos às terras desconhecidas não passavam de fantasia dos cartógrafos, foram os portulanos (cartas e crônicas)

Ptolomeu, a mais inovadora obra da época, a imagem do mundo passou por um processo de afirmação; as representações esquemáticas T em O perderam força e os escritos ptolomaicos serão, nos próximos anos, a base da nova figuração do Planeta. Randles consegue, resumidamente, apontar as inquietações que atingiram os europeus durante a passagem da Idade Média para o Renascimento afirmando que:

Plana ou redonda, círculo com duas dimensões ou esfera com três dimensões, nossa Terra nunca conheceu, salvo algumas exceções aberrantes e efêmeras, outra representação desde os tempos mais remotos. Durante toda a Idade Média, do século XII ao século XV, espíritos engenhosos puseram-se através das sutilezas, a elaborar duas sínteses tiradas em parte da cultura antiga, em parte da Bíblia. Ao escamotear as contradições, eles conseguiram conciliar o mito bíblico da Terra plana com a ideia grega de uma Terra redonda: plana no nível do ecúmeno habitável, esférica apenas no nível da astronomia. No fim do século XV, este frágil alicerce, aparentemente coerente, é abalado. A experiência trazida pelas navegações ibéricas no Atlântico, para além do equador, faz estremecer uma imagem tranquila, à qual já estávamos habituados havia três séculos. Durante os quarenta anos que se passaram entre 1480 e 1520, toda uma plêiade de espíritos espalhados pela Europa, de Roma a Cracóvia, de Viena a Salamanca, desconcertados pelo desmoronamento dos habituais esquemas, ou seduzidos por outros que a Idade Média havia negligenciado e que o Renascimento redescobria nos Antigos, defrontam-se com teorias dados contraditórios; eles partem então à procura de uma verdade menos inquietante, de uma teoria simples e também simétrica da física do globo e das novas massas continentais (RANDLES, 1994, p. 11).

Esse cenário, marcado por profundas transformações, começa a se estruturar a partir do século XIV, na Itália. Nesse período, uma onda de interesse pelas obras dos antigos gregos e romanos culminam em um processo de renovação cultural, baseando-se na literatura clássica antes esquecida ou proibida pela Igreja. Com isso, nasce o Humanismo - movimento caracterizado, principalmente pelo antropocentrismo, ou seja o homem se torna o maior de todos os valores. Tais perspectivas foram sendo elaboradas em contraposição à mentalidade medieval, substituindo a ideia de “Deus no centro do pensamento filosófico” pelo homem. “Foi esse movimento que veio a estabelecer as bases da cultura renascentista, centrado no homem e no interesse pelo conhecimento da natureza” (VARGAS, 1995, p. 82). Os mais renomados intelectuais desse movimento, durante a sua fase inicial, foram os italianos Francesco Petrarca (1304-1374), Giovanni Boccaccio (1313-1375) e Coluccio Salutati (1331-1406), sendo este escolhido pelos florentinos como o chanceler da cidade. Lester (2012, p. 171) considera que Salutati manteve viva a tradição humanista após a morte de Petrarca e Boccaccio, promovendo

as bases cartográficas fundamentais para que viagens como as de Colombo, Vespúcio, Vasco da Gama e de outros tivessem, ao menos no início, um mínimo de confiabilidade. 2 (...) O nascimento da burguesia não se faz sem que se construam novas imagens do mundo e, portanto, do próprio significado de conhecimento científico. Nesse âmbito, é a retomada da matemática como linguagem científica universal, no redimensionamento dos conceitos de espaço e tempo, que vai se expressar numa nova maneira de desenhar o mundo – a geometrização das formas -, materializando, nos cartogramas, as novas necessidades impostas pelo capitalismo mercantil nascente”.

também um intenso movimento literário, artístico e científico que, hoje, conhecemos como Renascimento italiano.

As epopeias ganharam grande importância entre os humanistas. Através dessas obras, os pensadores desse movimento desenvolveram um grande interesse pela Geografia antiga, buscando correlacionar os lugares descritos pelos textos clássicos com a realidade local. Petrarca, por exemplo, fez inúmeras observações geográficas a respeito do poema épico Eneida, de Virgílio. Para Lester (2012, p. 144), a Geografia foi utilizada a serviço da crítica literária, “um elemento definidor do humanismo inicial”. O autor destaca, ainda, que Petrarca foi o responsável pelo reavivamento da Geografia dando a ela um status novo e independente, tornando-a não mais um simples elemento subordinado a outras disciplinas intelectuais.

Os estudos referentes à Geografia antiga conduziram os humanistas a se interessarem vigorosamente pelos relatos de viagens, utilizando-os como base, um dos mais importantes discípulos de Petrarca, o florentino Giovanni Boccaccio, escreveu um dicionário de referência, de ampla circulação e consulta em seu tempo, intitulado *Sobre montanhas, florestas, nascentes, lagos, rios, pântanos ou charcos, sobre os nomes do mar*. Além das informações obtidas através das viagens realizadas aos lugares mais remotos da Terra, o escritor também procurou estudar, de forma acurada, os antigos textos geográficos, *mappaemundi* medievais²² e as cartas náuticas, que eram também bastante utilizadas por Petrarca. Lester (2012) salienta que os dois mais célebres componentes do humanismo antigo ficaram aturdidos perante os erros encontrados no decorrer de suas pesquisas, pois as regiões do mundo conhecido dos antigos e dos modernos não batiam. “Os autores antigos contradiziam-se uns aos outros numa quantidade vertiginosa de detalhes” (LESTER, 2012, p. 147). Procurando resolver essas questões, as informações provenientes das viagens, aos poucos, iam sendo incorporadas aos estudos e aos mapas que eram confeccionados no decorrer do século XIV. Para Vargas (1995), os relatos dos viajantes, entre eles, os documentados através da obra *Viagens de Marco Polo*, foram essenciais para ampliação dos limites do ecúmeno. Aos poucos, outros autores, motivados pela vontade de conhecer a verdadeira imagem da Terra, conseguem ampliar ainda mais as discussões. Nesse sentido, Pierre d’Ailly (1350-1420) passa a defender, de maneira convicta, a esfericidade

²² Os *Mappaemundis* constituem um conjunto de mapas típicos da Idade Média ocidental. Eles foram produzidos e baseados de acordo as tradições cartográficas greco-romanas, sendo adaptados conforme os princípios da Cristandade medieval. Antes de se preocuparem com a ciência – medições astronômicas, distâncias, projeções e coordenadas – retratavam os eventos mais marcantes da História Cristã, objetivando a instrução e evangelização dos fiéis.

terrestre, propondo que seria totalmente possível chegar à China descrita por Marco Polo, navegando para o oeste.

Em 1410, ano em que D'Ailly publicou a *Imago Mundi*, a sua obra de maior difusão continuamente reeditada e enriquecida durante todo o século XV, começava, também, a circular pela Europa Ocidental a primeira versão traduzida em latim da *Geographia* de Ptolomeu. O importante livro ficou desaparecido por séculos, até que um monge da antiga Bizâncio, chamado Maximos Planudes, no final do século XIII conseguiu recuperá-lo. Planudes reconheceu, de imediato, a importância do que tinha encontrado. Por volta de 1300, ele celebrou a sua descoberta num poema intitulado *Versos heroicos do mui sábio monge Maximos Planudes sobre a Geographia de Ptolomeu, que estava desaparecida havia muitos anos e então foi descoberta por ele por meio de muitas labutas* (BERGGREN; JONES, 2000, p.49 apud LESTER, 2012, p.168). Posterior à descoberta, várias cópias da *Geographia* apareceram em Constantinopla. Porém, devido às relações conturbadas entre gregos e latinos, a insigne obra só chegaria ao mundo de fala latina mais de um século depois. Lester (2012, p. 168), ao destacar a importância que a *Geographia* teve durante os primeiros anos da expansão marítima europeia, aponta que “se uma dessas cópias tivesse chegado ao Ocidente no início de 1300, a história da Cartografia e, de fato, da Era dos Descobrimentos europeia teria se desdobrado de modo muito diferente”.

Em 1397, chegava em Florença, Emanuel Chrysoloras, um importante diplomata e escritor bizantino responsável pela reintrodução da língua e literatura grega na Europa Ocidental. Chrysoloras trouxe consigo uma grande coleção de manuscritos gregos. Entre eles estava uma cópia do *Geographiké hyphegesis (Geographia)* de Ptolomeu, possivelmente em conjunto com mapas. Durante os primeiros anos do século XV, a obra foi pouco apreciada; fato que mudaria com a iniciação da tradução do livro do grego para o latim, trabalho finalizado por Jacopo Angeli entre os anos de 1406 e 1409, “ao qual ele dera o título de *Cosmographia*²³ por ela reunir as ciências celestiais e terrestre” (LESTER, 2012, p.179). A redescoberta do guia

²³ Segundo Alfredo Pinheiro Marques (1994, p.24), “o título da obra foi, a princípio, traduzido como *Cosmographia*, pois a palavra <<geografia>> não existia em latim (ou, pelo menos, era pouco utilizada, e por isso os primeiros códices quatrocentistas latinos, e mesmo as primeiras edições impressas no Ocidente, são chamadas *Cosmographia*, e só a partir de certa altura passam a ser chamadas *Geographia*)”. Já Brotton afirma que a tradução do título de *Geographia* por *Cosmographia* foi uma decisão que acabou influenciando os cartógrafos e os seus mapas pelos próximos séculos. Segundo o autor, a *Cosmografia* é voltada para a descrição das características do universo analisando, conjuntamente, o céu e a terra. “Para o Renascimento, com sua crença em um universo geocêntrico criado por Deus, isso implicava fazer uma descrição matemática das relações entre o cosmo e a Terra. Portanto, a cosmografia incluía uma descrição abrangente das atividades que, hoje, atribuímos a um geógrafo, tudo recoberto como um verniz de autoridade clássica através de sua evocação de Ptolomeu e sua metodologia celeste-terrestre (2012, p. 180).

geográfico de Ptolomeu representou, para os humanistas, uma grande inovação, pois o texto continha, como já dito no tópico anterior desse capítulo, uma lista com as coordenadas geográficas de mais de oito mil localidades, além de possuir informações referentes à resolução de problemas ligados à representação gráfica do mundo conhecido, fornecendo técnicas para representar graficamente toda a Terra numa superfície plana sem alterar as proporções e formas dos continentes, ao contrário dos *mappaemundi* medievais e dos primeiros mapas renascentistas confeccionados anteriormente a redescoberta dos textos ptolomaicos. Para Denis Cosgrove, a *Geographia* foi a responsável por matematizar a Cartografia renascentista convertendo o globo terrestre em uma imensa rede imaginária de coordenadas, gerando uma nova imagem e também uma nova maneira de se representar a Terra. Jerry Brotton analisa o redescobrimento do manuscrito de Ptolomeu diminuindo a importância que este fato teve para a estruturação e sistematização científica da época, segundo o autor:

A tradução de Angeli produziu uma versão deturpada e truncada das complexas projeções matemáticas de Ptolomeu e, em consequência, teve uma leitura muito mais prosaica no século XV do que muitos estudiosos desde então acreditaram. Ela não deu início à revolução na cartografia renascentista, como se costuma afirmar, pois seus métodos inovadores foram mal compreendidos e ignorados pela maioria de seus leitores. Mesmo com a publicação do texto de Ptolomeu pelo novo meio de impressão, a maioria dos mapas recém-projetados e atualizados que acompanhavam eram impressos sem uma rede de coordenadas matemática, mostrando que havia uma compreensão limitada dos métodos científicos usados por Ptolomeu para projetar a Terra em um mapa. O desafio de, simplesmente, imprimir mapas era o bastante para ocupar a maioria dos tipógrafos e eruditos (BROTTON, 2012, p. 180-181).

Independente da maneira em que a obra de Ptolomeu foi assimilada pelos centros eruditos da época, é inegável que esta conduziu os humanistas a revisarem e renovarem os estudos de Geografia. Outro fato que também não pode ser desconsiderado é que à medida em que os ibéricos redesenhavam o ecúmeno a partir das suas descrições geográficas e cartográficas, essas informações entravam em choque com as descrições obtidas através da obra do alexandrino.

O ecúmeno de Ptolomeu (FIGURA 9) estendia-se de oeste para leste em largura através de um arco de pouco mais de 177° de longitude, a partir de um meridiano que atravessa as ilhas Afortunadas (Canárias) até *Cattigara* (acredita-se que em algum lugar perto da atual Hanói, no Vietnã). “No sentido norte/sul as distâncias foram estimadas a partir de *Thule* (Islândia), situada a 63° N até a região de “*Agisymba*” (atual Chade), 16° S, uma extensão latitudinal, em suas medições, de pouco mais de 79°” (BROTTON, 2012, p.55).



Figura 7 - Mapa-múndi de Ptolomeu – reprodução do final do século XV (1486). Nota-se que o oceano Índico é representado como uma lago fechado; uma Terra incógnita liga o *Promotorium Prassum* à terra de *Cattigara*.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Claudius_Ptolemy-_The_World.jpg>. Acesso em: 22 out. 2016

A concepção ptolomaica de mundo, assim como a defendida pelo cardeal D’Ailly, era estabelecida através de uma superfície terrestre “como uma esfera e no próprio processo de representação da forma esférica num plano (o que só com Mercator, nos finais do século XVI, na projeção que ficará com o seu nome, terá solução matemática relativamente adequada)” (ALEGRIA, 1998, p.268). Além dessa “inovação” de representar a imagem da Terra esfericamente, as ideias do alexandrino contribuíram para o rompimento definitivo da forte tradição inspirada pela religiosidade da época de situar o centro do mundo em Jerusalém, transferindo-o para Siena, “um lugar mais cosmográfico do que religioso, onde, no dia do solstício de verão, o sol clareia o fundo do poço²⁴” (RANGLES, 1994, p.28). Randles ressalta que esta mudança de concepção começou a ser assimilada em decorrência de uma:

²⁴ Eratóstenes (275 - 194 a.C.), um dos sábios mais notáveis do mundo grego realizou a grande façanha de medir cientificamente a circunferência da Terra. Com o gnômon, o estudioso conseguiu definir a diferença de latitude entre as cidades de Siena (atual Assuan) e Alexandria, estimando uma distância de aproximadamente 5 mil estádios. Ele conseguiu observar que em Siena, a 800 quilômetros ao sul de Alexandria, ao meio dia do solstício de verão (o dia mais longo do ano, 21 de junho, no hemisfério norte), os raios solares não projetavam sombra,

Integração da Corografia e da Cosmografia em um sistema único. A “Geografia” é obtida, não em termos de casuística (como na Idade Média), mas em termos matemáticos. Resulta daí o desaparecimento do elemento irracional que servia de ponto de referência para a ordenação do espaço: o lugar sagrado de Jerusalém” (RANGLES, 1994, p. 28).

As principais deficiências, em face aos conhecimentos atuais, podem ser analisadas a partir da comunicação direta entre os continentes, na dimensão diminuta do ecúmeno (cerca de 25% menor do que realmente é), na excessiva extensão do Mediterrâneo (62° em vez dos 42° reais), no grosseiro perfil dos continentes e, também, por um dos princípios fundamentais da *Geographia* - os mares sem comunicação entre si, estendendo-se pela superfície terrestre como lagos.

Tais deficiências podem ser explicadas através da metodologia adotada por Ptolomeu. O astrônomo de Alexandria optou por analisar a cartografia mundial e não a regional. Segundo ele “o objetivo da Cartografia regional é a impressão de uma parte, como quando alguém faz uma imagem apenas de uma orelha ou de um olho; mas o objetivo da Cartografia mundial é uma visão geral análoga ao retrato da cabeça inteira” (BERGGREN; JONES, 2000 apud LESTER, 2012, p. 154). Para Brotton (2012) o mapeamento regional ou Corografia era uma arte e o mapeamento do mundo se transformou em ciência através dos estudos ptolomaicos.

A decisão de mapear todo o mundo conhecido foi algo desafiante. Para a realização de tal feito, Ptolomeu precisaria definir o tamanho da Terra e, conseqüentemente, as dimensões de latitude e longitude. Assim, o predestinado cientista recorreu aos estudos de Marino de Tiro e, por fim, avaliou os cálculos referentes à circunferência terrestre definidos por Eratóstenes.

De todas as estimativas sobre o tamanho do mundo produzidas pelos gregos a mais acurada cabe a Eratóstenes. Por razões desconhecidas, Ptolomeu descartou o método do astrônomo e filósofo de Cirene, preferindo os cálculos equivocados de Posidônio; fato que, futuramente, influenciaria, radicalmente, na Geografia renascentista e nos rumos dos descobrimentos. Cortesão (1974) afirma que a escolha do célebre alexandrino foi um desastre

portanto, estando a prumo. Já em Alexandria, no mesmo dia, os raios solares provocavam grandes sombras. Ao perceber que a projeção dos raios solares era bastante distinta entre Alexandria e Siena, Eratóstenes, acreditando que as duas cidades se localizavam no mesmo meridiano, definiu que a distância entre as duas cidades correspondia a um quinquagésimo da circunferência terrestre, ou seja, cerca de 250.000 estádios, o que equivale a 45 mil quilômetros considerando que o valor estimado atualmente é de 40.075 quilômetros.

na história da Geografia, considerando que a sua obra mais importante se fez lei para a maior parte dos geógrafos, cosmógrafos e cartógrafos até ainda no século XVI.

Tendo estabelecido o tamanho do planeta, as dificuldades enfrentadas por Ptolomeu não cessariam. Naquele tempo, determinar as longitudes com exatidão era algo impossível, mas, mesmo apresentado falhas, ele conseguiu desenvolver um sofisticado mecanismo de medição das coordenadas geográficas, que, a posteriori, foi elementar para as suas famosas projeções cartográficas. Lester (2012) afirma que a principal consequência do impasse em relação à medição longitudinal efetuada por Ptolomeu foi a superestimação da extensão leste - oeste do mundo conhecido em torno de 40° e, conseqüentemente, a redução do tamanho do oceano entre a Índia e a Europa.

Os cálculos errôneos adotados por Ptolomeu em relação à circunferência da Terra associada à extensão exagerada do continente asiático, contribuíram para a difusão da ideia entre os cartógrafos de que a distância entre o oeste europeu e o extremo oriente seria bem menor do que se imaginava. Por conseguinte, seria perfeitamente possível realizar uma viagem marítima navegando pelo oeste para atingir o leste. Bown (2013, p.86) escreve que “o mapa do mundo feito por Ptolomeu não descrevia as Américas, no entanto; mostrava a Ásia a um passo da Europa, através do Atlântico”. A reintrodução da Cartografia ptolomaica nas vésperas dos grandes Descobrimientos teve:

De uma forma, aparentemente, paradoxal ao mesmo tempo efeitos de estimulação e de bloqueamento sobre a ciência e a arte cartográfica que então se desenvolvia. Os arcaísmos e erros que albergava, e que difundiu e vulgarizou, são sobretudo visíveis em aspectos como: 1. O cálculo das dimensões terrestres, 2. A não comunicabilidade dos mares e a ideia do Índico como um mar interior, 3. A extensão excessiva da Ásia, implicando uma errônea noção da proximidade do Japão pelo Ocidente, ideia esta que iludiu Toscanelli e Colombo. O seu principal mérito terá sido a sua contribuição para a instalação da noção da esfericidade da Terra (MARQUES, 1994. p. 27).

Com a invenção da imprensa por Gutenberg, a difusão do texto ptolomaico se alastra rapidamente pela Europa; o que contribui para aumentar, ainda mais, as discussões geradas pelas contradições apresentadas pela *Geographia* e os descobrimientos do final do século XV. Tendo se tornado autoridade no início do Renascimento, várias edições do livro de Ptolomeu são lançadas, sendo a primeira, editada em Vicenza no ano de 1475, seguida de mais seis edições: Bolonha, 1477; Roma, 1478; Florença, 1482; Ulm, 1482; Ulm, 1486 e Roma 1490. A Itália e a Alemanha se manteriam, sempre, como os grandes centros de edição da obra. Marques (1994) aponta que essa massificação das informações obtidas através das diversas edições de *Geographia*, em muitos aspectos, eram bem mais errôneas e bem menos atualizadas do que as

informações obtidas através dos ambientes marítimos mediterrâneos ou nos ambientes marítimos portugueses.

Essas desatualizações podem ser entendidas como o principal motivo da repentina paralização das edições de *Geographia*, interrompidas por volta do ano de 1490. À medida em que novos conhecimentos geográficos chegavam à Europa, as figurações da Terra se tornavam cada vez mais contraditórias. É importante salientar que dois anos antes do ano de 1490, algumas das incorreções apresentadas por Ptolomeu ficaram evidentes. Com a ultrapassagem de Bartolomeu Dias em 1488, pelo cabo das Tormentas, posteriormente rebatizado de cabo da Boa Esperança, o reconhecimento da porção austral do continente africano fez cair por terra um dos princípios defendidos pelo sábio de Alexandria: o de que o oceano Índico era fechado e, conseqüentemente, de que a África se unia a um continente desconhecido interligado à Ásia. Os reflexos dessa descoberta logo foram representados através do mapa de Henricus Martellus (1489) (FIGURA 10), que deteve a sua produção apoiada pelas concepções cartográficas de Ptolomeu. Mas, ao mesmo tempo, o cartógrafo teria sido, talvez, o primeiro a divulgar um mapa baseado nos descobrimentos portugueses²⁵. Dois anos depois, com a chegada de Cristóvão Colombo em 1492 nas Américas, ele, influenciado pelos princípios ptolomaicos, identificou as terras recém descobertas com o extremo asiático. E depois, em 1498, Vasco da Gama realiza a circunavegação da África e o descobrimento marítimo para a Índia. Logo, as demais viagens empreendidas pelos portugueses provocaram uma enorme sensação na Europa. “Certamente, esta rápida sucessão de eventos – esta aceleração brutal da história da Geografia – fez adiar a reedição da obra” (MARQUES, 1994, p. 26). Portanto, é inegável que os ibéricos, em especial os portugueses, contribuíram para a formação exata de uma imagem da Terra.

O mapa do cartógrafo alemão (FIGURA 10) teve grande repercussão. O seu principal trabalho, impulsionado pela invenção da imprensa que contribuiu ativamente para a divulgação da obra através dos círculos especializados em Cartografia, provavelmente, deve ter chegado ao conhecimento de Cristóvão Colombo, influenciando e encorajando o genovês a seguir com suas ideias em relação à distância diminuta entre a Europa e o Extremo Oriente asiático. A obra de Martellus (FIGURA 10) também foi utilizada como base por Martin Behaim para a construção do primeiro globo terrestre no ano de 1492.

²⁵ Segundo Maria Fernanda Alegria, os mapas de Andréa Bianco, de 1448, e de Fra Mauro, de 1459, seriam os primeiros, se a figuração não levantasse tanta controvérsia, tendo em conta que a viagem de Bartolomeu Dias tardaria cerca de 30 anos a concretizar-se.

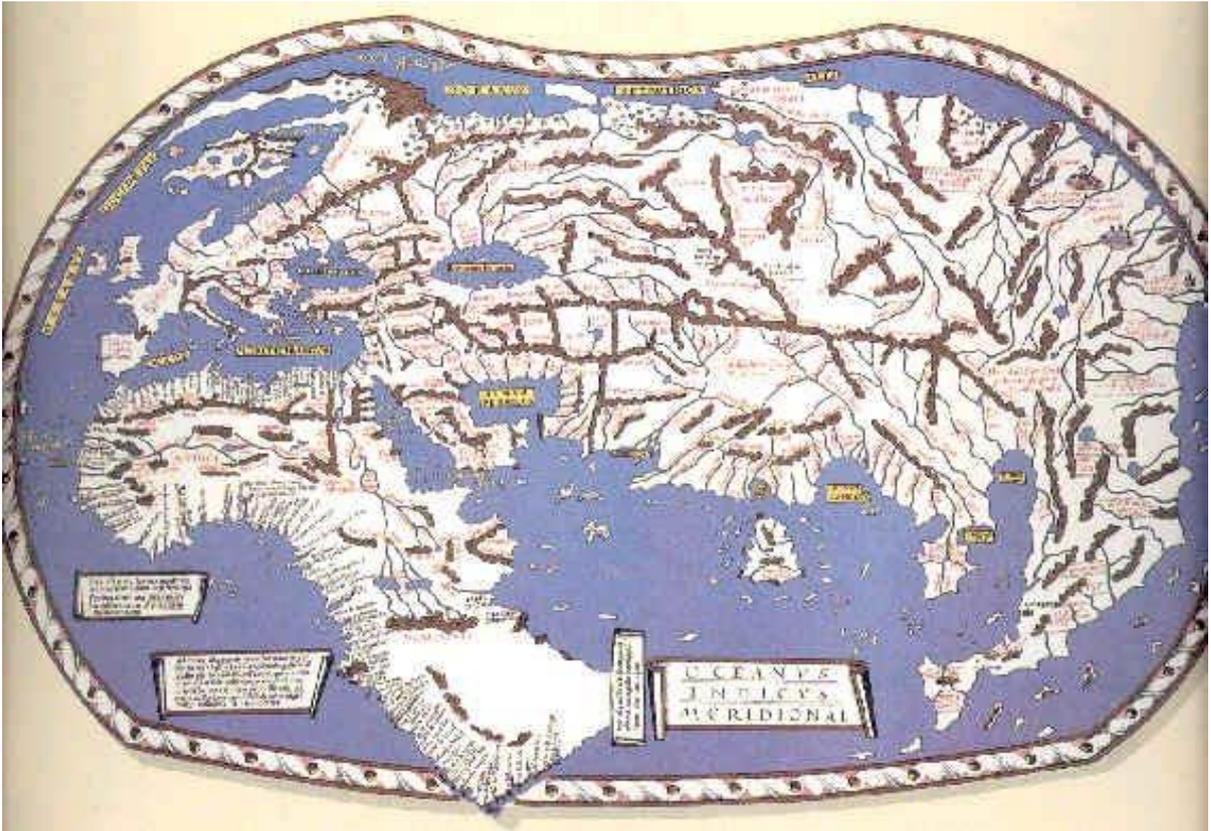


Figura 8 - Mapa-múndi de Henricus Martellus (1489), um dos primeiros mapas a representar os descobrimentos portugueses. Nota-se que o cartógrafo alemão seguiu o modelo ptolomaico, porém contestou o clássico ao representar o oceano Índico aberto e eliminar a Terra incógnita de seu mapa.

Fonte: < <https://www.bl.uk/collection-items/world-map-by-henricus-martellus> >. Acesso em: 23 out. 2016.

Martellus, além de contestar a concepção ptolomaica de mundo, construiu um mapa baseando-se nos descobrimentos portugueses. Também foi um dos primeiros cartógrafos a representar os contornos dos continentes de acordo com o que se vê, dando ênfase na experiência e não de acordo com autoridades científicas e religiosas ou com as tradições míticas; fato que pode ser observado através do contornos da nova figuração da África apresentada por ele. Em relação às regiões desconhecidas ou pouco conhecidas, a principal fonte continua sendo os relatos de autores como Marco Polo, que teve grande influência sobre o mapeamento do continente asiático. A exploração do Atlântico pelos portugueses não poderia ser ignorada mais. Mesmo sendo um dos principais interessados e copistas de *Geographia*, Henricus Martellus não foi apenas um mero reproduzidor. O cartógrafo realizou inclusões na costa ocidental africana, além de ter elaborado vários exemplares de mapas que representavam de forma aperfeiçoada algumas regiões da Europa.

Conforme os portugueses iam redesenhando a imagem da Terra através de seus descobrimentos, algumas “verdades naturalizadas” recorrentes no universo mental dos medievais começavam a ser desmistificadas. Com a expansão marítima, o empirismo passa a

ser fortemente valorizado pelos renascentistas, pois foi em decorrência desse processo que os principais postulados ditados pelos centros eruditos da época começam a ser questionados. Os marinheiros demonstraram que os mares não eram fechados. Descobriram, também, que as regiões tropicais eram habitadas, rompendo com as velhas tradições que defendiam a teoria da zona tórrida inabitável e intransponível. Por fim, foram eles que verificaram a existência de terras para além da linha do Equador. A partir das Grandes Navegações, a sociedade renascentista é conduzida a discutir e refletir sobre a sua concepção de mundo, pois como afirma Vargas (1995), o espírito aventureiro dos ibéricos acrescentaram o propósito de revelar aos homens e a Deus, pela visão direta, a imagem do mundo. “Esse fato assinalaria o começo de uma nova orientação, empirista e, não, unicamente, racionalista na Ciência: os problemas passariam a ser resolvidos por meio da experiência refletida e não mais através de discussões metafísicas” (DUTRA, 2013, p. 29). Reafirmando as palavras de Dutra, Alegria (1998) ressalta que, a partir dos anos finais dos quatrocentos, ocorre uma “especialização da Cartografia” ocasionada enfim pelo empirismo, ou seja, os mapas passaram a ser produzidos baseados no que se tinha visto e não o que alguém tinha imaginado.

Em meio a tantas mudanças e contradições, a Cartografia é subdividida em dois grupos autônomos: o primeiro é caracterizado pelo pragmatismo e empirismo das cartas náuticas e portulanos, enquanto o segundo se refere a Cartografia culta fortemente influenciada pelos códices e edições de Ptolomeu. Conforme novas terras eram descobertas, os estudiosos renascentistas desenvolveram uma abordagem acumulativa, unindo o conhecimento geográfico clássico com o moderno, fruto das experiências marítimas. A exemplo disso, Brotton aponta que:

As tabelas de Ptolomeu e as descrições feitas ao lado dos *mappaemundi* medievais eram os únicos modelos abrangentes do mundo a disposição dos estudiosos e navegadores como Colombo, cuja ideia era, portanto, tentar conciliar suas descobertas com esses paradigmas clássicos e medievais, mesmo quando os modelos pareciam contradizer o que tinham descoberto (BROTTON, 2012, p. 182).

O autor prossegue dizendo que a combinação dessas diferentes ideias geravam, muitas vezes, resultados enigmáticos e contraditórios, mas estimulavam ainda mais a exploração física e intelectual. Eles podem ser vistos nas primeiras edições de Ptolomeu, que incorporavam cada vez mais as novas descobertas, a ponto de a descrição original do autor parecer quase irreconhecível. Assim:

Os mapas do Renascimento abraçam a “descoberta” de novas terras, mas, na verdade, seus criadores estavam tentando conciliar as informações novas com modelos

clássicos do mundo produzidos por autores como Ptolomeu e Estrabão; os relatos empíricos diferiam muitas vezes da autoridade culta e os cartógrafos relutavam em desistir dos textos clássicos reverenciados a menos que tivessem motivos convincentes para fazê-lo (BROTTON, 2012, p. 175).

Como já mencionado, os primeiros planisférios produzidos a partir do século XVI, refletirão, ao mesmo tempo, mudanças técnicas influenciadas pelo modelo ptolomaico, os novos conhecimentos geográficos e, por fim, alguns exemplares apresentarão ainda resquícios do universo medieval. Oriundo dessas três correntes, o mapa do cartógrafo basco Juan de La Cosa (1500) (FIGURA 11), conhecido como o primeiro mapa a representar o continente americano, foi elaborado a partir de fortes influências simbólicas, dentre elas podemos mencionar a religião, um dos componentes mais característicos do Medievo, que aparece bastante presente na obra do espanhol. O exemplar traz figurado várias passagens bíblicas e, também, São Cristóvão, que foi associado pela cristandade, inclusive por Colombo, como o santo responsável por guiar os europeus para o novo mundo e espalhar a fé cristã pelos nativos dessas terras. Decorrente das navegações, o mapa traz o contorno da costa ocidental africana perfeitamente desenhado, enquanto a parte oriental apresenta deformações. Seguindo a noção de mundo ptolomaica, o continente asiático é desenhado de acordo com as instruções e orientações provenientes da obra mais importante do alexandrino, *Geographia*. Já as regiões ocidentais, recentemente descobertas, aparecem de forma bastante imprecisa, exceto a região das Antilhas, onde os espanhóis, desde o ano de 1492, vinham explorando.

Mas como assinala Marques (1994), a primeira expressão de um novo espírito universal surge no primeiro verdadeiro planisfério da história da Cartografia: a carta anônima portuguesa de 1502, conhecida como “carta de Cantino” (FIGURA 12). Este mapa, na abertura do século XVI, era aquele que tinha o registro mais atualizado das terras emersas do planeta, assim como uma distribuição entre terras e oceanos bem próxima da visão que se tem atualmente. Ele apresenta, também, novas características que evidenciam o protagonismo português. O pequeno reino foi capaz de inaugurar uma nova fase na história da ciência e arte cartográficas. Proveniente do empirismo dos navegadores lusitanos, a referida produção cartográfica e outras elaboradas durante os anos iniciais dos quinhentos, período que Marques se refere como o “período da maturidade”, sofreram, uma mudança significativa na figuração do mundo, que até então privilegiava os contornos do ecúmeno, relegando os oceanos aos seus entornos. Com a descoberta do Novo Mundo e a introdução da quarta parte nos planisférios, os oceanos se tornaram tão relevantes quanto as representações das terras emersas. Nesse sentido, Barreto declara que o grande desafio de inserir a imensidão dos oceanos, empiricamente e

cartograficamente, coube aos portugueses. Para o autor, “o instrumento que fez e marca o engano e o desengano histórico imperial do Portugal renascentista é o *mar(...)* vencendo assim, metódica e processualmente, o essencial das barreiras que os grandes oceanos impunham aos Europeus do outono da medievalidade” (BARRETO, 1987, p. 10).

As informações apresentadas pelo planisfério de Cantino (FIGURA 12) serviram de referência para vários cartógrafos, entre eles, Martin Waldseemüller, o responsável por uma das mais importantes produções cartográficas do século XVI. O mapa, elaborado em 1507, ganhou grande notoriedade por ser o primeiro a conter o uso do nome América; uma invenção original do próprio autor para designar o continente descoberto por Colombo em 1492. O cartógrafo alemão, motivado pela iniciativa de Vautrin Lud, editor e criador do Ginásio Vosagense, grande centro de propagação das ideias humanistas na Europa, tinha como intenção produzir uma nova edição da *Geographia* de Ptolomeu. Mas quando começou o trabalho de edição, os profissionais envolvidos neste projeto se depararam com diversos textos que descreviam um mundo novo a oeste da Europa, ideia, esta, bastante contraditória em relação às apresentadas por Ptolomeu. “Tratava-se de traduções impressas de cartas do viajante florentino Américo Vespúcio descrevendo parte de suas viagens que foram realizadas entre os anos de 1497 e 1504, nas quais ele afirmava ter descoberto um novo continente” (BROTTON, 2012, p. 183). Diante dessas informações, os membros do Ginásio, liderados por Waldseemüller, decidiram, então, partir para um projeto ainda mais ambicioso do que apenas editar a *Geographia*. Eles se voltaram para a criação de um mapa-múndi comparando as informações geográficas obtidas a partir das cartas de Vespúcio com as de Ptolomeu. Além do mapa, a equipe decidiu, também, lançar uma publicação sobre as razões que os levaram a se afastarem dos textos do alexandrino.

O resultado desse projeto proporcionou uma enorme inovação para época. A representação de uma quarta parte do mundo, até então desconhecida, contribuiu para a legitimação de uma nova imagem do mundo. Como assinala Brotton, o chamado mapa de Waldseemüller, leva-nos para muito adiante dos mapas-múndi que o precederam e dos debates em torno da “descoberta”. Ele representa, efetivamente, uma mudança na mentalidade do mapeamento e de seus criadores que pode ser considerada representativa da Cartografia do Renascimento. Reafirmando a posição de que os mapas produzidos durante o limiar dos Descobrimientos foram resultados do hibridismo entre os estudos dos clássicos e os novos conhecimentos geográficos provenientes das Grandes Navegações, Brotton aponta que o exemplar de Waldseemüller contemplou, ao mesmo tempo, a Geografia clássica e as informações oriundas de mapas e cartas da época que mostram os avanços da navegação e da

exploração de lugares desconhecidos para Ptolomeu e seus antecessores. Dando continuidade a essa análise, o autor nos atenta, ainda, para o fato de que essa abordagem do conhecimento era acumulativa: não representava uma ruptura revolucionária com as crenças geográficas anteriores. “O mapa e seus criadores propunham, cautelosamente, alterações em seu mundo de inspiração clássica, e, onde as evidências entravam em conflito, eles eram mais propensos a confiar no velho em vez de aceitar o novo” (BROTTON, 2012, p. 205).

Outra importante obra elaborada no decorrer do século XVI, e que se perpetuou até os dias de hoje definindo os rumos da Cartografia mundial, foi o trabalho do cartógrafo flamengo, Gerard Mercator (1512-1594). Ele publicou, em 1569, o seu grande planisfério dividido em dezoito folhas após trinta anos de intensa atividade. O cosmógrafo, geógrafo, filósofo e matemático criou o primeiro mapa moderno da história, ultrapassando as leis ptolomaicas. Mercator foi o responsável pelas principais inovações cartográficas da época, unindo os conhecimentos geométricos estudados pelo cosmógrafo português Pedro Nunes²⁶ (1502-1579) aos trabalhos de Ptolomeu, além de superar a cartografia em xilogravura pela arte de gravar mapas em cobre.

Após resolver algumas operações geométricas, a projeção criada por Mercator dispôs as linhas de rumo seguindo uma rede de ângulos baseada no estabelecimento de direção garantindo que todas as distâncias entre dois pontos quaisquer do globo fossem preservadas. Mas esse novo método gerou grandes distorções nos tamanhos das áreas do mapa em relação à superfície terrestre, fato que fez com que a sua projeção se tornasse um dos símbolos da dominação imperial eurocêntrica sobre o restante do mundo ao situar o continente europeu em posição central e superior e diminuir o tamanho das regiões exploradas (América África e Ásia).

A produção de planisférios entre a passagem do século XV para o XVI, evidencia, por fim, uma grande mudança nas formas de se representar o mundo. A Corografia é substituída pela Cosmografia, ou seja, a escala grande ou média, até então utilizada para representar pequenas extensões da Terra, começa a perder força em relação à escala pequena; situação gerada pelos Descobrimentos, pois à medida em que novas áreas iam sendo incorporadas ao globo terrestre, a primeira não era mais apropriada para representar a totalidade da superfície terrestre. Como já discutido anteriormente, os planisférios passam a ser cartografados sendo dado mesmo grau de importância aos continentes e aos oceanos. Lestringant aponta que a escala

²⁶ Pedro Nunes encontrou uma solução geométrica para dar precisão às linhas de rumo dos portulanos, traçando-as de modo que mantivessem sempre a mesma orientação em relação aos pontos cardeais e que fizessem um ângulo constante com os meridianos (FONSECA; OLIVA, 2013, p.51).

grande sonda a qualidade, enquanto a pequena compreende a quantidade de mundo a ser representada. Para o autor, um planisfério que reduz o globo terrestre, a suas grandes linhas, não conterà os mesmos objetos que o mapa parcial, corográfico ou topográfico, fervilhante de uma variedade colorida de lugares diferentes. “De maneira inversa, a pequena escala do mapa-múndi abre-se idealmente, em direção ao futuro, em audaciosas antecipações estratégicas” (LESTRINGANT, 2009, p. 20).

Nesse sentido, grande parte dos mapas produzidos durante os primeiros anos do Renascimento assumem uma nova faceta. A geometria, os símbolos e a decoração desses objetos se tornam mais pragmáticos. A Cartografia passa a ser a principal e mais eficiente ferramenta utilizada pelas potências emergentes da época para organizar os novos espaços pretendidos. O modelo reduzido da Cosmografia- ou Geografia universal- mostra-se propício aos sonhos do navegador, assim como as especulações dos príncipes e diplomatas. “Autoriza-os a talhar no oceano azul, a recortar com o compasso e esquadro na mão o limite das áreas de influência exclusivamente teórica” (LESTRINGANT, 2009, p.20). Complementado as ideias do autor imediatamente citado, podemos exemplificar tal situação através do Tratado de Tordesilhas, que pode ser considerado como o primeiro ato cosmográfico do Renascimento, em que os soberanos ibéricos dividiram, audaciosamente, o mundo entre eles. Para o historiador francês, essa ruptura de escala ocasionou um:

Dinamismo orientado em direção ao futuro e que se baseia no inacabamento do presente. A cosmografia situa-se em oposição à minúcia regional da Corografia, a qual registra ponto a ponto, o eventos passados, constituindo o mapa regional como uma autêntica “arte da memória”, no sentido da Antiguidade clássica. O mapa paisagem do topógrafo é o receptáculo colorido e indefinidamente fragmentado de lendas e tradições locais, enraizadas nas asperezas do relevo, dissimuladas nos recuos do terreno, legíveis na toponímia e no folclore, enquanto que o mapa reticular e geométrico do cosmógrafo antecipa as conquistas e “descobertas” da Idade Moderna. Sem dúvida o maravilhoso não está ausente aqui, mais subsiste apenas provisoriamente (LESTRINGANT, 2009, p.21).

O Renascimento foi um período de grandes rupturas, o retorno dos clássicos promovidos pelos humanistas e os Descobrimentos abalaram as principais concepções de mundo vigentes na Europa, desestabilizando as normas convencionais do viver e saber humanos. As viagens exploratórias iniciadas pelos portugueses ocasionou uma profunda revolução sociocultural, “transformando a paisagem e o horizonte habitual do mundo” (BARRETO, 1987, p. 12). Em uma época marcada por ideias contraditórias geradas pela teoria dos clássicos e pelo empirismo dos navegadores, os debates decorrentes dessas correntes foram fundamentais para a construção de uma imagem mais completa da Terra.

Em meio a tantas transformações, a Cartografia foi, para esse período, um importante banco de dados, inventariando e organizando as informações provenientes dos descobrimentos e dos conhecimentos obtidos através dos estudos dos clássicos. Além disso, como já mencionado, os mapas materializavam os territórios conquistados. Construtiva e projetiva, a Cartografia renascentista “é assim política: especular a respeito dos contornos de uma terra desconhecida é incitar os governantes a possuírem-na” (LESTRINGANT,2009, p.203). Desse modo, ao longo do Renascimento, as produções cartográficas registraram a maior expansão planetária da história, promovendo a abertura e ampliação da fronteira sociocultural do mundo, transformando-o, nos próximos séculos, como afirma Santos (2002), em uma grande Europa.

3.3 A expansão marítima portuguesa: o nascimento de uma nova imagem do mundo

A expansão marítima portuguesa, iniciada no século XV, ocorreu a partir de um conjunto de múltiplos fatores. Como Luís Filipe Barreto (1987) afirma, fatores naturais e estratégicos que um pequeno reino, soube usar e potencializar ao longo dos séculos XV e XVI. Na mesma linha de Barreto, Boxer (2012, p. 33) afirma que “os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como a ‘Era dos Descobrimientos’, sem dúvida, surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que, nem sempre, dosados nas mesmas proporções. (...)”. Os portugueses começaram a se expandir para o mundo a partir de um período marcado pela pressão política castelhana. A possibilidade de uma indesejada incorporação a Castela, devido a problemas de sucessão na casa de Borgonha, levaria à aclamação do Mestre D. João de Avis como novo rei de Portugal. Nesse cenário de fortes instabilidades e de apreensões, a recém instaurada casa de Avis, conforme Alencastro (1998) nos atenta, engendra um expansionismo preventivo, conquistando territórios além-mar, ao passo que na primeira metade do século XV, os portugueses, já haviam ocupado as ilhas atlânticas da Madeira e os Açores.

O projeto expansionista empreendido pela nova casa reinante foi instaurado como uma medida estratégica para modificar a imagem que os portugueses haviam construído frente ao seu governo: a de um rei bastardo. Thomaz (1998, p. 60) afirma que, de início, a política de expansão, essencialmente, foi concebida “como uma forma de contentar a fidalguia e aliviar a

pressão que esta exercia sobre a realeza; a possibilidade de fazer o expansionismo um meio de fortalecer o Estado e afirmar a dinastia só aos poucos se lhe deve ter desenhado.”

Aponta-se a conquista da cidade marroquina de Ceuta, tomada em 1415, por uma expedição comandada pelo próprio rei D. João I, como o marco fundador da expansão ultramarina portuguesa. As interpretações a respeito desse fato são bastante variadas. Ao percorrer a historiografia especializada, verificam-se diferentes linhas de pesquisa. Durante o século XIX, os historiadores analisavam o evento a partir de uma perspectiva nacionalista, engrandecendo os feitos realizados pelos portugueses e minimizando as consequências negativas da expansão. No decorrer do século XX, tal ideia não é abandonada. Os grandes eventos e os heróis nacionais continuam sendo exaltados, porém, novas abordagens começam a ser examinadas. Os estudiosos desse período passam a discutir os temas referentes à expansão sob uma ótica sociológica da história, procurando compreender as razões que motivaram os portugueses a atacarem a cidade marroquina e, conseqüentemente, entender as causas que levaram este povo a se aventurarem para o além-mar. Mais recente, o historiador Luís Felipe Thomaz, ao desvencilhar os componentes históricos em torno da expansão, promove uma reflexão sobre o pioneirismo português no processo que culminou na expansão marítima europeia. Para o autor, se a conquista de Ceuta “não houvesse seguido a dezenove anos de distância à passagem do Bojador, por certo, que ninguém se lembraria de ver nela mais que uma das várias manifestações do movimento de mutação do equador religioso que era o Mediterrâneo” (THOMAZ, 1998, p. 21).

Constata-se, portanto, que a literatura especializada nos assuntos referentes à expansão marítima portuguesa no século XV, independentemente da abordagem trabalhada, o ano de 1415 é consagrado como o marco do processo expansionista português. Para Serrão (1995, p.15), a conquista de Ceuta também promoveu a abertura de mais “duas vertentes da Expansão portuguesa: a primeira com a exploração da costa ocidental da África e a segunda com o descobrimento e colonização dos arquipélagos do Atlântico”. Nesse sentido, um dos principais expoentes do projeto expansionista português foi o Infante D. Henrique. Logo após a conquista territorial no Marrocos, o quarto filho varão de D. João I passa a financiar expedições, e, também, incentiva o desenvolvimento técnico de instrumentos astronômicos e embarcações. O Infante da lendária *Escola de Sagres*, popularmente conhecido como *O Navegador*, embora tenha adquirido pouca experiência marítima, durante a primeira metade do século XV, foi o principal articulador dos descobrimentos, impulsionando as duas vertentes de exploração mencionadas por Serrão. Conforme os relatos de Zurara, instigado pela “vontade de saber a

terra que ia além das ilhas Canárias, e um cabo que se chama do Bojador, porque, até aquele tempo, nem por escritura, nem por memória de nenhum homem, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia além do dito cabo²⁷”, D. Henrique ordenou diversas armadas para além das ilhas Canárias e também ao longo do litoral africano.

A partir do reinado de Afonso V, “o Africano”, alcunha dada a ele devido às investidas militares das praças marroquinas de Alcácer Ceguer (1458), Arzila (1471) e Tânger (1471), a exploração marítima é relegada. Vitorino Magalhães Godinho declara que “com D. Afonso V é o período áureo dos feitos militares além-estrito e o período morto das descobertas” (2007, p.198). Nota-se, claramente, que a figura de Afonso V é retratada pela historiografia como um rei cavaleiresco e cruzadista que se preocupava, demasiadamente, com as conquistas marroquinas ao invés de incentivar novos descobrimentos geográficos ao longo da costa africana, para além do cabo Bojador. Segundo Thomaz (1998, p.150), durante o reinado de D. João II, filho e sucessor de Afonso V, a política expansionista adotada por ele adquire traços menos medievais, sendo articulada por um projeto coerente, centralizado e planificado. Como o próprio autor afirma, tal política não significou o rompimento total da tradição medieval; “mas contem já inegáveis traços de modernidade”.

Conforme é postulado, D. João II teria articulado o seu projeto expansionista a partir das terras que poderiam ser descobertas ao sul do Atlântico, posição esta que nada tem de concreto e que, ainda, gera algumas discussões pelo fato de que durante a definição do Tratado de Tordesilhas, o Príncipe Perfeito, insistentemente, lutou pelo deslocamento do meridiano para o oeste. Portanto, os planos do rei português consistiam em assegurar toda a área correspondente a América Portuguesa à Índia, além de controlar as rotas comerciais ao longo da costa africana. Thomaz (1998, p.165), ressalta que o projeto de D. João II, “não se trata exatamente de um projeto colonial, mas antes, de um projeto imperial à maneira medieval”. Segundo o autor, as ambições territoriais de Portugal se entrecruzavam com a fixação de criar um bloco cristão para suplantiar o bloco islâmico. Para que tal tarefa se concretizasse, seria, primeiramente, necessário promover a cristianização da África desde as suas vertentes ao interior, local que, supostamente, estariam localizados os domínios de um reino cristão comandado pelo lendário Preste João.

Ao longo do reinado de D. João II, “o Príncipe Perfeito que olhava para o Sul e para o Oriente” (DIFFIE; WINIUS, 1993, p.179) adotou medidas importantes que contribuíram para a efetivação do projeto comercial e marítimo português. Com a centralização das expedições

²⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 44

marítimas, o monarca lusitano, através do navegador Bartolomeu Dias, em 1488, dobrou o cabo das Tormentas (assim denominado pela dificuldade em ultrapassá-lo) pela primeira vez. D. João II, deslumbrado com tal feito, alimentou fortes esperanças de, enfim, conquistar às Índias, rebatizando o cabo como o “da Boa Esperança”. Com a descoberta da extremidade Sul do continente africano, a ideia ptolomaica de que a África se unia ao continente asiático, fazendo do oceano Índico um mar fechado, cai por terra e a imagem do mundo começa a ser alterada. Após a travessia do cabo, os portugueses enviaram embaixadas a Calecut, Ormuz e Sofala, promovendo a abertura das rotas comerciais para as Índias. Já no Atlântico, D. João II, estabeleceu o monopólio do ouro, escravos e especiarias. Construiu a fortaleza de São Jorge da Mina, instalou feitorias ao longo da costa africana e efetuou o povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe.

Para Godinho (2007), durante o reinado de D. João II, Portugal atingiu o apogeu da política expansionista. O rei, tentando cada vez mais efetivar os seus objetivos, envolveu-se em diversas questões diplomáticas, dentre as quais, a mais importante foi configurada com a chegada de Cristóvão Colombo nas Américas em 1492. Com a descoberta do “Novo Mundo”, por uma expedição financiada por Castela, a coroa portuguesa se sente ameaçada. Tanto que, no ano seguinte, as duas coroas ibéricas se reúnem para partilhar o mundo sob a tutela do papa Alexandre VI. Em 1494, o Tratado de Tordesilhas estava assinado, concedendo a Portugal o direito sobre todas as terras descobertas que estivessem a leste do meridiano, e, para a Espanha, todas as terras a oeste. Através do acordo, o reino português estabeleceu, também, o monopólio comercial do Atlântico até o oceano Índico.

Depois de tantos feitos, D. João II contribuiu para uma forte afirmação de poder, consolidando as bases de um Estado moderno em Portugal. Entretanto, o rei não viu partes de seus planos se concretizarem, deixando para seu primo e sucessor, D. Manuel I, a realização do seu maior desejo: a chegada às Índias.

Dando continuidade ao projeto joanino, D. Manuel I participou ativamente nos processos relacionados ao descobrimento e o estabelecimento das redes comerciais com as Índias conectando várias partes do mundo. Ostentando tal feito, o soberano português auto se atribuiu o título de “Senhor da Conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Como nos atenta Thomaz, através deste título, o rei visava legitimar a posse e o seu poder sobre a área “que corresponde a toda a redondeza do Índico” e, por fim, o direito de implantar uma rede de navegação e comércio.

As ações empreendidas por D. Manuel I, privilegiaram a expansão para além do Oriente. Tanto, que nos primeiros anos do século XVI, os portugueses já haviam acumulado um grande número de vitórias pelos mares asiáticos, criando um verdadeiro império marítimo que abraçava os quatro cantos do mundo. Entretanto, Portugal, durante o primeiro século de seu expansionismo, adotou uma política pautada na manutenção e controle dos circuitos mercantis, instalando feitorias e fortalezas pela costa do continente africano e asiático, estabelecendo um “sistema de comunicação entre vários espaços” (THOMAZ, 1998, p.208). Desse modo, ressalta-se que os lusitanos, até então, apesar de terem estruturado uma importante rede comercial intercontinental, não haviam realizado e efetivado conquistas territoriais importantes e, nem se quer, tinham desenvolvido uma política colonial, da Guiné ao Índico, as fortalezas lusas não correspondiam a conquistas militares. Eram guarnições fortificadas, destinadas a proteger o trato oceânico. Os portugueses não se arriscavam pelo interior, negociavam nas praias. A partir de 1509, Afonso de Albuquerque assume o governo do Estado português na Índia, alterando a velha política comercial, iniciando as primeiras investidas militares no oriente, conquistando a cidade de Goa. A incorporação dessa localidade contribuiu para a introdução de um novo paradigma de presença dos portugueses pelo mundo, abrindo novos horizontes, estratégias e práticas de expansão marítima. Posto isto, Thomaz (1998, p. 197) declara que “Albuquerque construiu para D. Manuel um verdadeiro império marítimo na Ásia e deu à presença portuguesa no Oceano Índico a forma definitiva, que se manteria por mais de um século com alterações insignificantes”. Thomaz ressalta, ainda, que a ocupação de Goa, em nenhum momento representou a intenção de se construir um império territorial, mas sim, um processo gradual de incrementar a territorialidade dos diferentes espaços ligados à rede comercial portuguesa.

Goa é ocupada para fornecer a esta uma capital administrativa em posição central, facilmente defensável e auto suficiente em matéria de abastecimento e víveres. As demais posições em terra são-no ou para assegurar a articulação da rede com os espaços abastecedores e consumidores”, portanto “a territorialidade é um fim instrumental (THOMAZ, 1998, p. 214-215).

Nota-se que mesmo com implantação de uma política voltada para a territorialidade, “em que, pela política dos casamentos mistos, procurou-se enraizar na sociedade local a presença portuguesa” (THOMAS, 1998, p.214). O projeto expansionista manuelino sempre esteve vocacionado para o mar. No entanto, as medidas de ocupação territorial iniciadas por Afonso de Albuquerque podem ser consideradas um dos pilares da política empreendida pelo sucessor de D. Manuel I, o seu filho, D. João III.

Um outro aspecto bastante marcante do reinado de D. Manuel foi, fortemente, influenciado pelas tendências messiânicas e milenaristas que florescia em Portugal. O soberano português desenvolveu uma verdadeira obsessão em libertar Jerusalém dos muçulmanos e iniciar uma nova era cristã. Thomaz (1998, p.196) afirma que as suas políticas na Ásia foram apenas um trampolim para a Terra Santa, pois, como o próprio historiador declara, “nenhuma das conquistas portuguesas na Ásia durante a primeira metade do século XVI se pode atribuir verdadeiramente à iniciativa real: Goa, Ormuz e Malaca foram conquistadas por decisão de Afonso de Albuquerque”.

D. Manuel, acreditava que ele estava predestinado a cumprir planos divinos, sendo o responsável pela manutenção da paz, justiça e da supremacia da fé cristã. Procurando materializar tais ideias, o rei definiu o seu projeto de conquista pautado em atacar o Império Mameluco pelo mar Roxo, destruir Meca e recuperar Jerusalém. Estas aspirações foram determinadas a partir da crença de que o Messias retornaria encarnado através de um imperador cristão. O messianismo português foi sendo construído ao longo da Idade Média, fundamentado, principalmente, através das formulações milenaristas de Joaquim de Fiore, um abade calabrês do século XII, que desenvolveu os seus pensamentos tendo como referência o Apocalipse de São João. Para ele, a história da humanidade seria dividida em três idades de acordo com o desenvolvimento do Mundo e da Igreja: a primeira idade a do Deus Pai, corresponde ao tempo anterior a Jesus Cristo, a segunda idade a do Deus Filho, inicia-se pela revelação do Novo Testamento e pela fundação da Igreja de Cristo, e a terceira, que há de vir, está relacionada ao advento do Império do Divino Espírito Santo. Para o religioso, esse período seria precedido por grandes conflitos com os islâmicos antes de chegarmos à idade da glória e da perfeição - o milênio. A partir de então, os discursos políticos resultantes do messianismo manuelino, adquirem um aspecto providencialista, fato que contribuía para o processo de legitimação da expansão marítima portuguesa como o cumprimento de uma nova era cristã.

A índole messiânica de D. Manuel foi construída a partir de um conjunto variado de circunstâncias religiosas, históricas e políticas. A própria história de Portugal oferece importantes subsídios para a manutenção e legitimação do ideais celestes do monarca. Para exemplificar, é possível citar o milagre de Ourique que, mais tarde, associar-se-á ao caráter de inspiração divina do primeiro rei de Portugal e também de D. Manuel. Outro exemplo, é o caso de Ormuz, em que os anjos devolvem aos mouros as flechas enviadas contra os portugueses. A sua subida ao trono, em 1495, foi outro importante fato utilizado pelo rei para se auto identificar como um possível Messias. Paralelamente a história do rei Davi - o filho caçula escolhido por

Deus para reinar sobre seu povo - D. Manuel foi o quinto de uma linhagem dinástica colateral, tendo alcançado o trono depois de uma série de mortes inesperadas de seus irmãos mais velhos, do príncipe herdeiro e finalmente a do rei, que faleceu sem conseguir legitimar o seu filho bastardo como herdeiro. Por último, o significado do nome *Emmanuel* - “Deus conosco” - juntamente com a esfera armilar com sua divisa, peça escolhida pelo soberano como um emblema, refletia a ideia de esperança para a redenção humana e se constituía como a expressão máxima das profecias bíblicas.

Após o ano de 1521, durante o reinado de D. João III, o messianismo defendido pelo seu pai foi relegado. O Governo Joanino adotou medidas mais concretas, menos idealistas. Fato que pode ser justificado pela conjuntura complicada que se estendia pelo reino e por toda Europa no período em que o herdeiro manuelino subiu ao trono. A coroa necessitava resolver problemas graves que variavam desde as recorrentes secas à peste. Economicamente, Portugal passava por uma severa crise decorrente dos altos investimentos necessários para a manutenção e administração do Império Ultramarino. Além disso, a Coroa enfrentava algumas tensões políticas geradas pela contestação do rei francês Francisco I em relação à divisão do mundo pelos ibéricos através do Tratado de Tordesilhas. Já o rei espanhol Carlos V abriu uma discussão sobre a posse das ilhas das Molucas e a demarcação do antimeridiano. No cenário continental, transformações agudas atingiram a Europa. Várias economias entraram em colapso; o Império Turco se expandia comprometendo ainda mais a geopolítica europeia da época. No campo religioso, Martinho Lutero desencadeia as Reformas Protestante e Católica, redefinindo vários aspectos religiosos e até mesmo políticos em curso durante as primeiras décadas do século XVI. Através de circunstâncias tão difíceis de serem resolvidas, não caberia espaço para o ideário religioso de ordem messiânica e milenarista. Durante o reinado D. João III, o pragmatismo se torna a opção mais viável para tentar colocar as peças políticas e econômicas nos seus devidos lugares.

O projeto expansionista de D. João III, sofreu significativas alterações. Durante o seu reinado, as rotas para oriente não são mais encaradas como uma estratégia para a conquista de Jerusalém; passam a ser analisadas somente pelo viés econômico. A partir dos anos trinta do século XVI, a manutenção dos territórios portugueses nas Índias começam a se desgastar. Os altos investimentos, a desorganização administrativa, a dificuldade em recrutar militares e homens para as demais funções, associados a longa distância entre Portugal e a Ásia contribuíram para uma nova fase da expansão marítima portuguesa. Ao contrário de seu pai, que não voltou o seu olhar para a América, D. João III viu através do novo mundo uma nova

alternativa econômica para resolver os problemas da Coroa, dando início a colonização e exploração do litoral das terras descobertas por Pedro Alvares Cabral em 1500. Com a chegada de Martim Afonso de Sousa, em 1531, foram criadas as capitanias hereditárias e os primeiros engenhos de açúcar foram instalados, dando início à política de colonização. Nos anos seguintes, ocorre a nomeação do primeiro governador geral da colônia, Tomé de Sousa e criação da primeira sede oficial da América portuguesa, na cidade de Salvador.

Na Índia, apesar das adversidades, D. João III insiste em dar continuidade na política de territorialidade iniciada por Afonso de Albuquerque durante o reinado de D. Manuel; política continuada por D. Sebastião (1557-1578), que durante o seu breve reinado também se empenhara na criação de um Império português no norte da África, visando combater os mouros e ampliar os domínios controlados pela fé cristã, fato este que segundo Buescu (2008, p.89), foi retomado em decorrência de “um conjunto de valores, ressentimentos e projetos que habitaram as almas dos portugueses a partir da segunda metade do século XVI”. Com a morte inesperada do soberano na batalha de Alcácer-Quibir, quando tinha apenas 24 anos de idade, a Coroa portuguesa perde a sua linha de nobreza, pois o jovem rei não deixara herdeiros. Assim, no ano de 1580, ocorre a anexação de Portugal pela Espanha.

Os portugueses, ao longo do séculos XV e XVI, promoveram a abertura do mundo, ampliando os limites da Terra. Além disso, foram eles que inauguraram, segundo Barreto, novas modalidades de comunicação intercivilizacional, levando os europeus a se auto afirmarem como a civilização dominante frente à realidade natural e humana. Barreto (1987, p.10) destaca, ainda, que foram eles que “realizaram a metamorfose do impossível em possível, do desconhecido em conhecido, ao serem os primeiros a, sistematicamente, enfrentar e transformar o obstáculo de silêncio e medo que é o grande mar oceano em via de comunicação planetária”. Contudo, como afirma Canas (2003), a Cartografia foi, entre diversos outros fatores, um dos elementos fundamentais para o sucesso dos Descobrimientos portugueses.

4 A CARTOGRAFIA DA CONQUISTA: OS MAPAS COMO INSTRUMENTO DE PODER E LEGITIMAÇÃO DO NOVO MUNDO

“Diz-se que as descrições dos países em seus mapas são traiçoeiros para si mesmos, pois fornecem conhecimentos aos funcionários e generais de países inimigos que podem ser prejudiciais àqueles.” Esta frase do teólogo Anton Friedrich Büsching, escrita no ano de 1787, é extremamente pertinente para ilustrar o papel exercido pelos mapas durante o período das grandes conquistas do século XVI. À medida em que as informações referentes ao novo mundo começavam a ser trabalhadas através dos cartógrafos e cronistas, os materiais produzidos por eles passavam a ser mantidos sob o maior sigilo possível. Os mapas das terras recém descobertas se tornaram os objetos mais cobiçados e valorizados pelos contrabandistas, acirrando, ainda mais, as disputas travadas pelas principais coroas da época, já que as informações reveladas por essas produções eram vitais para o fortalecimento e continuidade do empreendimento colonial gerido, principalmente, pelos reinos ibéricos.

Os mapas são capazes de despertar interesses variados. Ao mesmo tempo em que eles instigam uma curiosidade meramente locativa que faz parte do instinto humano, esses objetos ultrapassam os limites da ingenuidade e se transformam em verdadeiros instrumentos de poder, conquista e dominação. Com a incorporação de novos continentes a partir do século XVI, as questões políticas se ampliam, a concorrência desmedida pelas novas terras levam os reinos envolvidos nessa disputa a se interessarem, demasiadamente, pelo conhecimento geográfico desses locais. Para tal efeito, as produções cartográficas se tornam fundamentais para sustentar as pretensões territoriais e resolver litígios de fronteira. Harley (2009, p.18) afirma que “possuir o mapa, era possuir a terra”. Considerando as palavras do autor, podemos elencar os mapas como verdadeiros instrumentos jurídicos que serviam para autenticar e legitimar a posse sobre as áreas que eram descobertas. Nesse sentido, Portugal e Espanha, recorrentemente, fizeram da Cartografia uma verdadeira e eficiente arma para resolver as suas questões geopolíticas.

Durante o período dos descobrimentos o ato de se produzir um mapa se configurava em um exercício de poder. À medida em que uma descoberta geográfica era representada cartograficamente, a territorialidade sobre aquela área passava a ser exercida. Ressaltando a seguinte ideia, Black (2005) afirma que, primeiramente, os produtores de mapas ficavam bem mais preocupados em registrar a existência de um novo lugar em vez de sua forma precisa. Partindo desta compreensão, Harley (2009) aponta que, metaforicamente, os mapas expressam

o poder e controle sobre os espaços, criando, assim, uma ligação entre o mapa e o território representado. Portanto, a produção de um mapa permite converter a realidade concreta em uma abstração do espaço. Lopes (2016, p.43) salienta que tal tarefa “exige do cartógrafo um conhecimento matemático sobre o espaço representado, bem como sobre a distribuição de poder no terreno. No essencial, o mapa é um instrumento para o exercício do poder sobre o território”.

Ressaltando os princípios defendidos por Harley que culminaram em um processo de renovação de análise cartográfica, na qual o autor reforça a importância de se analisar os aspectos simbólicos dos mapas, considerando-os subjetivos e, por fim, detentores de um sistema de imagens refletoras de uma textualidade, é possível relacionar tal perspectiva ao processo de dominação de um espaço. Como já foi mencionado no decorrer desta pesquisa, para o estudioso em questão, os mapas são possuidores de uma retórica que é expressada a partir de todos os elementos que os compõem. Assim sendo, as produções cartográficas emitem discursos cheios de intencionalidades, conferindo a autoridade desejada em relação ao espaço que se pretende territorializar, dominar e, enfim, legitimar. Harley, se baseando no que Foucault denomina de exercício de “poder jurídico”, salienta o fato de que o mapa cria um “território jurídico”, facilitando a vigilância e o controle do espaço.

Assim, os mapas se constituíram como um importante meio de assimilação das possessões territoriais do novo mundo. A sociedade europeia da época dos grandes descobrimentos, juridicamente, não aceitava provas “inteiramente em testemunhos verbais” (GREENBLATT, 1996, p.80 apud DIAS, 2011, p.6). Os registros escritos sempre conferiam uma maior autoridade. Portanto, Dias (2011) destaca que as informações registradas através dos mapas efetivavam a produção da legitimidade e legalidade da posse.

Utilizando, novamente, as palavras de Raffestin (1993), “produzir uma representação do espaço já é uma apropriação”; porém tal exercício não conferiu uma simples tarefa. Ao passo em que os contornos do mundo eram redesenhados, a sua superfície se transformava em um tabuleiro de um jogo arriscado, em que uma “jogada” mal articulada era sinônimo de perdas incontáveis. Nesse cenário de risco, as grandes nações envolvidas no processo de dominação do novo mundo passaram a utilizar todos os atributos cartográficos em favorecimento dos seus ideais. Uma verdadeira batalha se acirrava cada vez mais e a Cartografia passou a ser a peça mais valiosa, a que fornecia as melhores condições de se conquistar a vitória. A geometria, os símbolos, as cores, a projeção, enfim; todos os elementos constituidores de uma mapa passaram a ser manipulados gerando mensagens e discursos ideológicos que eram, constantemente, explorados pela política colonialista da época. Para tal efeito, Lestringant (2009), declara que a

Cartografia renascentista passou a forjar as fronteiras naturais dispondo do futuro dos povos, remodelando a estrutura dos continentes e controlando calculadamente à deriva dos arquipélagos.

Tendo como orientação a discussão teórica e metodológica elaborada no decorrer do primeiro capítulo, neste, serão discutidos os meios utilizados por Portugal, através da Cartografia, para a legitimação das suas possessões territoriais sul-americanas. Considerando algumas aproximações realizadas ao longo desta pesquisa, podemos assegurar que, durante o século XVI, os mapas foram, para os lusitanos e também para as demais nações colonizadoras, os instrumentos mais eficientes e acessíveis para justificar e legalizar a posse.

4.1 Mapas: e as diferentes expressões do poder no contexto das conquistas ibéricas

Os mapas foram um dos primeiros instrumentos a serem utilizados pelo homem para impor alguma espécie de ordem e estrutura ao espaço, pois, através de uma abstração da realidade, eles oferecem aos seus observadores a chance de ver determinadas partes do mundo, muitas vezes, inacessíveis. Posto isto, Brotton (2012) observa que mesmo nos dias de hoje, o viajante mais dedicado não irá conseguir conhecer nada além do que uma fração da superfície terrestre de mais de 510 milhões de quilômetros quadrados. Partindo desta compreensão, em paralelo ao século XVI, tal situação era ainda mais complexa. Considerando toda a limitação da época, grande parte das informações referentes aos lugares mais remotos do planeta eram compartilhados através dos mapas, e foi desse modo que as terras recém descobertas se tornaram acessíveis aos seus futuros soberanos. Brotton, (2012, p.14) a partir de uma abordagem metafísica, compara a produção cartográfica a um ato divino da criação terrena, uma substituição, “uma representação” poderosa do espaço físico que nos conduz a produzir e imaginar “como poderia ser a aparência do mundo incognoscível. Os cartógrafos não apenas reproduzem o mundo, eles o constroem”. Portanto, com a expansão marítima europeia, o mundo novo começou a ser traçado a partir da régua, do esquadro e do compasso de um cosmógrafo, que, muitas vezes, manipulava os atributos cartográficos de acordo com os ideais políticos, religiosos e econômicos de suas coroas.

O estudioso das ciências humanas, Bruno Latour, ressalta que os mapas da Europa renascentista, além de facilitarem o controle das terras distantes, proporcionaram um maior

conhecimento e poder para as pessoas que nunca haviam visto estes lugares. Por fim, Lautour afirma que os mapas são artefatos capazes de reduzir a imensidão de zonas geográficas longínquas a um desenho sobre o papel. Assim, os “Senhores, sem sair da biblioteca real, podiam, apenas com os olhos, percorrer os territórios incorporados, estudar os problemas administrativos ou elaborar estratégias visando intensificar o controle estatal” (QUADROS, 2008, p.30). Analogamente aos autores citados Sánchez (2013, p.147) destaca que “em um contexto dominado por uma monarquia autoritária ou por aspirações imperialistas, os mapas permitem ao soberano contemplar, de um ponto de vista privilegiado, todos aqueles lugares onde se desejaria estar, mas não se pode estar. Posto isto, tal condição evidencia uma das muitas operações de poder que podem ser executadas através de um mapa. Desse modo, conforme o capitalismo ganhava força, a representação do território passou a ser um dos principais meios para a institucionalização da propriedade, permitindo ao Estado criar um discurso espacial conveniente as suas pretensões.

As mudanças políticas, intelectuais, teológicas e geográficas, a partir do Renascimento, tornaram-se velozes demais para serem assimiladas e sistematizadas pela comunidade erudita da época, gerando, assim, uma ruptura dos padrões cosmográficos da qual o mundo era representado e compreendido. O geógrafo David Harvey compreende que essas mudanças foram fortemente aceleradas em decorrência de uma nova mentalidade influenciada pelos princípios capitalistas que se configurava. Com isso, a concepção cosmográfica definiu, passando a ser substituída por uma Cartografia estrategista amparada por uma Geografia forçada a administrar impérios, mapear e planejar o uso da terra e os direitos territoriais, e coletar e analisar dados úteis para fins de negócios e de administração estatal.

Com a consolidação da economia capitalista mercantil, Harvey destaca que as influências dessa nova estrutura política e social acarretaram o fortalecimento da interligação entre o dinheiro, tempo e espaço. Para o autor, essa combinação favoreceu a manutenção do poder político, que foi, racionalmente, trabalhado através do calendário, do relógio e pelos mapas. Em paralelo a Harvey, John Brian Harley (2009) salienta que pode-se igualmente considerar que os mapas são parte integrante de algumas mudanças estruturais de longo prazo que marcaram a passagem do feudalismo ao capitalismo. A economia mundial e sua nova divisão geográfica do trabalho foram produzidas com a ajuda de documentos geográficos, incluídos os mapas. Portanto, “assim como o relógio (símbolo gráfico da autoridade política central) introduziu a “disciplina do tempo”, as linhas dos mapas introduziram uma “disciplina do espaço” (HARLEY, 2009, p.8).

A partir de uma realidade mais pragmática, a sociedade quinhentista, marcada por profundas transformações, em especial a descoberta de uma quarta parte do mundo, passará a enxergar de forma mais cristalina o espaço como algo “conquistável e contível para fins de ocupação e ação humana” (HARVEY, 1989, p.223). Portanto, conforme o geógrafo Douglas Santos aponta, com o Renascimento, a noção de espaço foi reinventada e, conseqüentemente, a sua representação acompanhou tal processo. Sob as égides do capitalismo, o espaço além de se tornar uma importante mercadoria, adquire também uma força política maior, fato que interfere, diretamente, nas funções mais elementares de uma produção cartográfica. Nesse sentido, Brian Harley afirma que o “simples” fato de se denominar ou situar um elemento sobre o mapa, possui, frequentemente, uma carga política. Partindo dessa perspectiva, o autor prossegue dizendo que “os mapas prestam-se a legitimar a realidade da conquista e do império. Eles contribuem para criar mitos que ajudam a manter o *status quo* territorial” (HARLEY, 2009, p.5).

Com a abertura de novas rotas comerciais e, conseqüentemente, o acirramento da competição internacional pela incorporação de novos territórios, os mapas começaram, gradualmente, a serem elaborados de forma mais funcional, prática e objetiva, já que “a objetividade na representação espacial veio a ser um atributo valorizado porque a precisão da navegação, a determinação dos direitos de propriedade da terra, as fronteiras políticas, os direitos de passagem e de transporte etc. passaram a ser um imperativo econômico e político” (HARVEY, 1989, p. 223). Por fim, Harvey destaca que essa nova tendência cartográfica, marcada pelo rigor matemático e geométrico, foi determinante no processo de transformação do espaço como uma coisa usável, maleável e, portanto, capaz de ser dominada pela ação humana. Com a redescoberta do sistema de coordenadas geográficas de Ptolomeu no século XV, a geometria passou a fornecer a linguagem básica do discurso cartográfico. Os mapas serviram para promover a política colonial. Muitos territórios foram reivindicados no papel antes de serem efetivamente ocupados. Portanto, conforme Harley (2005) aponta, a “sintaxe euclidiana” se tornou a principal estrutura do controle territorial, “a natureza gráfica dos mapas permitia aos seus usuários imperiais um poder arbitrário, facilmente dissociado de responsabilidades sociais e suas conseqüências. O espaço podia ser dividido sobre o papel. Assim, o Papa Alexandre VI delimitou as possessões portuguesas e espanholas no Novo Mundo” (2009, p.5). Por sua vez, “as representações euclidianas do espaço podiam ser transformadas numa paisagem física espacialmente ordenada” (HARVEY, 1989, p.231), e se tornando “indissociável da afirmação do poder monárquico” (RAVEL, 1990, p.144).

Ressalta-se que as viagens exploratórias promovidas pelos ibéricos contribuíram, radicalmente, na maneira em que os europeus concebiam o espaço e o tempo, levando-os a reconstruírem a sua visão de mundo. De uma perspectiva etnocêntrica, a cultura europeia ocidental passa a ter que refletir sobre os “outros mundos”. As quantidades vertiginosas de informações referentes às terras recém descobertas que chegavam à Europa tiveram que ser, gradualmente, absorvidas e representadas, revelando um “globo finito e potencialmente apreensível”. Por conseguinte, “o saber geográfico se tornou uma mercadoria valiosa numa sociedade que assumia uma consciência cada vez maior do lucro. A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual dele” (HARVEY, 1989, p. 221). Considerando as palavras de Harvey, entendemos que, durante os primeiros anos da Idade Moderna, os mapas, além de servirem como um importante instrumento de organização espacial, eles, também, adquiriram a capacidade de organização econômica. Sobre tais espectros, o Estado passou a definir questões políticas e militares visando estabelecer um plano consistente de legitimação e de poder sobre o espaço conquistado.

Seguindo as ideias de Harvey, John Brian Harley, amparado pelas discussões de Foucault²⁸ em torno das modalidades do tempo e do espaço, passa a defender a Cartografia como uma importante fonte de saber e poder. Para ele, o conhecimento gerado pelas produções cartográficas, dificilmente, é dissociado das operações de poder. Portanto, os mapas, a partir desta perspectiva, poderiam ser, também, analisados na categoria que Foucault qualifica como “atos de vigilância”, posto que as informações cartográficas podem ser utilizadas para o controle do espaço/território e, conseqüentemente, dos indivíduos que habitam a área que foi mapeada. Com as grandes descobertas associadas aos imperativos mercantis da época, os mapas “facilitaram a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado. Como instrumentos de vigilância, eles se prestam, ao mesmo tempo, à coleta de

²⁸ Foucault foi um dos pensadores que mais se preocupou com a espacialidade do poder. O autor dizia que “seria preciso fazer uma história dos espaços - que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes - que estudasse desde grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitar” (FOUCAULT, 1979, p. 212). Observa-se que ele, ao discutir sobre as disposições espaciais, as repartições, as espacializações, enfim, sobre as mais variadas abordagens referentes à dimensão espacial do exercício do poder, sempre o faz privilegiando os micro- espaços, tais como: a organização espacial dos hospitais, dos asilos, das escolas, dos quartéis e das fábricas. No decorrer da década de 80, os geógrafos franceses Paul Claval, na obra Espaço e Poder, e Claude Raffestin, em Por uma Geografia do Poder, começaram a trazer os estudos foucaultianos para o campo da Geografia. Impulsionado por essa perspectiva, Harley procura adaptar as considerações de Foucault referentes aos micro- espaços para o macro – espaço, defendendo a ideia de que as representações cartográficas sempre estiveram associadas aos grupos dominantes e estes, ao longo da história, fizeram da confecção de mapas uma das armas de inteligência especializadas para adquirir um poder, administrá-lo, codificá-lo e legitimá-lo” (HARLEY, 2009, p.4).

informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e à vigilância direta de sua conduta” (HARLEY, 2009, p.4). Por fim, à medida em que as ambições territoriais e sociais se ampliavam, maior se tornava a demanda de mapas por parte do Estado.

No contexto da formação dos grandes impérios, as informações extraídas através das representações cartográficas, “apoiaram, sistematicamente, o exercício direto do poder territorial”. Os elementos cartográficos passaram a ser trabalhados visando à “expansão do governo central e como instrumento de propaganda territorial com o objetivo de legitimar as identidades nacionais. Enfim, as produções cartográficas se tornaram a moeda de “negociações políticas, de divisões, vendas e tratados feitos sobre os territórios coloniais, e nos quais, uma vez tornados permanentes pela imagem, estes mapas adquiriam, frequentemente, força de lei” (HARLEY, 2009, p. 5).

Conforme os contornos do mundo eram redesenhados, Portugal e Espanha ampliavam os seus olhares para os mapas. Em um cenário cada vez mais competitivo, o conhecimento cartográfico se tornou um dos principais meios para a construção de um Império Ultramarino. Cada vez mais conscientes dessa importância, as monarquias ibéricas adotaram a política do sigilo. Embora ineficaz, os dois reinos traçaram diversas estratégias objetivando monopolizar e resguardar, ao máximo, todo o material que trazia alguma informação pertinente em relação às terras recém descobertas. Para tal propósito, foram desenvolvidas em Lisboa e Sevilha, respectivamente, a Casa da Guiné, Mina e Índia e a *Casa de la Contratación*, centralizando todos os assuntos referentes à navegação e ao comércio externo. Através dessas organizações, começaram a ser produzidos, copiados e impressos os mapas que vieram a ser denominados de “Padrão Real” ou “Padrão Oficial”. Segundo Antonio Sánchez²⁹, a “padronização cartográfica” foi estabelecida com intuito de fortalecer o projeto político, ideológico e religioso das coroas em questão. Logo, portugueses e castelhanos, tentando legitimar as suas conquistas, foram levados a forjar a ideia de uma Cartografia oficial. A exemplo disso, desde o tratado de Alcáçovas-Toledo em 1479 até ao de Tordesilhas em 1494, além da disputa pelas ilhas Molucas e a demarcação do antimeridiano, entre outros episódios, os padrões reais foram considerados como os principais documentos que os dois adversários políticos aceitavam como juridicamente válidos.

²⁹Para mais informações ver: SÁNCHEZ, Antonio. **La espada, la cruz y el Padrón. Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la Monarquía Hispánica (1503-1598)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013.

Antonio Sánchez (2013) destaca ainda, que os padrões reais foram utilizados pelos reinos ibéricos a partir de duas categorias específicas. Primeiramente, os mapas eram utilizados de forma mais pragmática, sendo confeccionados de acordo com as necessidades práticas dos pilotos. Já na segunda categoria, os mapas eram inseridos ao espaço da metáfora, da admiração, da reputação, da ostentação, das conotações simbólicas e ideológicas, e, também do figurativo, do alegórico e do emblemático. Marques (1994) nos atenta que, devido ao uso intenso, os exemplares pertencentes à primeira categoria foram praticamente destruídos, enquanto que a maioria dos mapas dessa época que resistiram ao tempo correspondem à segunda categoria.

Portanto, como já mencionado no decorrer do segundo capítulo, a conquista cartográfica do oceano Atlântico e do novo mundo foi marcada pela sistematização das ciências empíricas, unindo a teoria com a prática, a ciência com a experiência. Assim, ao passo que os limites dos impérios ultramarinos se ampliavam, os mapas eram instrumentalizados, não apenas como dispositivos híbridos, como imagens fidedignas mascaradas por um consistente quadro retórico, mas também como “garantia de poder, seja para intervenções bélicas e militares, por seus benefícios como obras de arte sujeitas a trocas judiciais ou por suas qualidades como mídia de propaganda, entre muitas outras facetas” (SÁNCHEZ, 2015, p.39). No contexto das disputas luso-castelhanas, Lopes (2016) ressalta que desde a escolha dos marcos, o Tratado de Tordesilhas e as formas simbólicas e até a própria toponímia representam uma forma de apropriação, pois os lugares são nomeados segundo a vontade dos europeus que lá chegaram. Assim, o autor concluiu que esses esforços consistiam nas primeiras tentativas deliberadas de estabelecer convenções cartográficas, desde as formas e símbolos, a esboços de projeção de coordenadas, fruto da coleta exaustiva de informações astronômicas, notadamente latitudes.

Essa associação entre o uso prático e simbólico dos mapas se tornou indispensável para o cumprimento das aspirações mercantins coloniais dos reinos ibéricos. De modo indissociável, a técnica e a arte geraram diferentes formas de apropriação. Para Harley (2005), essa dualidade do mapa impregna vários discursos cartográficos e explica porque os mapas são sempre um ato ou uma declaração política. Assim, o autor prossegue dizendo que o poder simbólico, juntamente, com a precisão da medida se tornou um novo talismã da autoridade.

Neste caso, os padrões reais, devido ao seu caráter jurídico atribuído pelas circunstâncias em que eles foram produzidos é, explicitamente, um ato político. Entretanto, muitos exemplares eram *Reais*, não somente porque surgiram em decorrência de um documento oficial idealizado e confeccionado pela administração monárquica ou ainda porque foram patrocinados por uma casa real, mas também, porque representavam as partes de um mundo onde o rei se fazia

presente. O Padrão constituía um poderoso instrumento de apresentação visual do rei, tanto para os seus súditos como para os seus inimigos e competidores. O rei e sua soberania se convertem em território através do Padrão. “Ali onde o rei não chega, não apenas se ergue um padrão de pedra em sua lembrança, mas também se representa o seu poder em forma de soberania territorial por meio de imagens cartográficas” (SÁNCHEZ, 2013, p.146).

A oficialização da cartografia pelos reinos ibéricos foi um dos principais mecanismos de efetivação de novos territórios. Conforme (ANDERSON, 2008), o mapa será um elemento importante para a materialização de uma identidade espacial. Com os desdobramentos da expansão marítima, Portugal e Espanha perceberam que a institucionalização de um padrão real conferia além de um status jurídico, um status de autoridade. Para isto, os elementos que compõem uma representação cartográfica foram forjados e manipulados, se convertendo em emblemas da conquista e da posse. Fortalecendo tal raciocínio, Pierre Bourdieu (1989, p.11) considera que os mapas através de sistemas simbólicos “cumpram a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação”.

Segundo Antonio Sánchez (2013), as necessidades imperiais do controle do espaço materializado pelas representações cartográficas proporcionaram a conquista de um novo mundo como imagem. Para o autor, as coroas ibéricas desenvolveram uma verdadeira obsessão em capturar o mundo por meio de mapas, pois “a cultura visual cartográfica representava um dos artefatos mais atrativos para promover uma estratégia científica sustentada nos interesses de um estado patrimonial” (SÁNCHEZ, 2013, p.38). Harley (2009) afirma que, na imposição do poder, o nível simbólico revela uma importância cartográfica maior. Segundo o autor, é a partir deste nível, que os mapas são mais imagéticos e persuasivos. Neste sentido, as monarquias ibéricas, através do uso simbólico dos mapas, transformaram em imagem os seus ideais. Assim, as duas nações competidoras construíram “mapas com palavras e discursos com mapas, e com ambos levantaram seus impérios” (SÁNCHEZ, 2012, p. 146).

4.2 A divisão do mundo entre os ibéricos

A partir das viagens exploratórias empreendidas pelos portugueses ao longo do século XV, o eixo mediterrânico desloca-se para o atlântico. Com isso, ergue-se um novo cenário geopolítico marcado por relações conflituosas, “desde o direito à navegação através de um

oceano cristão até a distribuição de terras desconhecidas” (SÁNCHEZ, 2013, p. 89). Posto isto, as coroas ibéricas dispuseram da Cartografia como uma ferrameta do poder, percebendo, rapidamente, que as representações cartográficas seriam indispensáveis para a regulamentação, sistematização e institucionalização de tratados e acordos diplomáticos.

Já mencionamos que, no século XV, Portugal inicia de modo pioneiro a expansão marítima. Tal processo foi amplamente amparado por uma série de documentos elaborados a partir de uma delimitação cartográfica das áreas em disputa. Portanto, “mais do que expressar rumos, distâncias e coordenadas, a cartografia demarcou as divisões políticas do mundo recém alcançado pelos portugueses”(LOPES, 2016, p. 171), alicerçando um grande império e sobretudo despertando a competição e ambição de seu vizinho peninsular. Nesse sentido, Sánchez (2013) afirma que os eventos diplomáticos que se sucederam, entre o final dos quatrocentos e início dos quinhentos, evidenciaram a estreita vinculação entre a Cartografia, o autoritarismo e a soberania territorial. Desse modo, podemos observar, através das representações cartográficas referentes ao período mencionado, as relações geopolíticas que se configuravam. Conforme as delimitações geográficas eram expressadas pelos mapas, as disputas, as intenções políticas, comerciais e religiosas ganhavam contornos mais definidos.

Assim, tanto o Tratado de Tordesilhas, como a questão da ilhas das Molucas e a consequente tentativa de demarcação de uma antimeridiano cruzando o oceano Pacífico expressam o protagonismo adquirido pela Cartografia diante das disputas em torno da construção e manutenção dos impérios ultramarinos ibéricos. Os mapas simplificaram as informações sobre uma determinada região, sintetizando o que era conhecido e compreendido, suposto ou até ignorado acerca de um determinado espaço ou território. Por fim, a Cartografia foi fundamental para a expressão do poder monárquico, estabelecendo, juridicamente, os domínios territoriais disputados entre portugueses e espanhóis.

4.2.1 Os antecedentes de uma disputa: Do Tratado de Alcáçovas-Toledo ao Tratado de Tordesilhas

As hostilidades entre portugueses e catelhanos se remontam desde a Idade Média, mas é no final do século XV que uma disputa inédita passaria a ser o foco principal das atenções de ambos reinos pelos próximos anos. A rivalidade territorial luso-castelhana se deslocava da península para o oceano. *O Mare Clausum*, que garantia exclusividade ao empreendimento

português, seria contestado pela primeira vez. Em 4 de setembro de 1479, firmava-se o Tratado de Alcáçovas-Toledo entre os Reis Católicos da Espanha e o rei Afonso V de Portugal. O acordo visava acabar com as hostilidades provocadas pela Guerra de Sucessão Castelhana (1475-79), iniciada em decorrência da morte do rei Henrique IV de Castela em 1474. Com o rei falecido, duas correntes partidárias se estabelecem reivindicando o trono de Leão e Castela: os que defendiam D. Joana a *Beltraneja*, filha do rei e os defensores da infanta Isabel I de Castela. Fortemente motivado em conquistar o reino vizinho e controlar grande parte da península criando um império ibérico, o soberano português casa-se com D. Joana e tal fato reacende as disputas entre os dois reinos. Após sucessivas batalhas Afonso V desiste de suas aspirações, favorecendo os Reis Católicos.

Com o Tratado de Alcáçovas retificado em Toledo pelos Reis Católicos da Espanha e Afonso V de Portugal em seis de março de 1480, várias questões foram acordadas, entre elas, a determinação de uma política referente às navegações pelo Atlântico africano e a distribuição dos territórios, conforme as zonas de influência entre ambos reinos. Entretanto, nesse período, Portugal já dominava, em grande parte, as ilhas atlânticas e também a costa africana. Diante da assinatura do acordo a Coroa portuguesa, legalmente, passaria a controlar a Guiné, as ilhas da Madeira e Porto Santo, os Açores e as ilhas de Cabo Verde. Castela exerceria a sua soberania somente sobre as ilhas Canárias. Para Sánchez (2013, p. 93), com este e outros acordos futuros, “longe de alcançar a paz final, o tratado de 1479 levaria a uma longa e controversa disputa entre as duas potências marinhas que só seriam resolvidas com o Tratado de Limites, não ratificado, de 1750 e formalizado em 1777 com o Tratado de São Ildefonso”.

Podemos ressaltar que o Tratado de Alcáçovas foi determinante para a geopolítica colonial ibérica. Entre os acordos alcançados, o estabelecimento de um paralelo ao sul das Canárias impediam os castelhanos de navegarem pelas águas do Atlântico, permanecendo então o princípio do *Mare Clausum*, o qual foi defendido por Afonso V em carta enviada ao príncipe D. João, atribuindo a pena de morte aos que ousassem tal feito. Porém, Portugal, ao assegurar os seus direitos internacionais ao sul das Canárias, deixava em aberto a livre navegação pela imensidão do Atlântico ocidental. Posto isto, a paz gerada pelos acordos firmados em Alcáçovas seria precocemente abalada em 1493, com a chegada de Cristóvão Colombo em Lisboa, comunicando ao sucessor de Afonso V, D. João II as notícias de sua grande aventura ao oeste do Atlântico.

A viagem de Colombo, desencadeou uma nova etapa de rivalidades e reivindicações entre as potências ibéricas, sinalizando o fim das alianças firmadas em 1479. A partir de 1493,

inicia-se um período marcado por fortes tensões diplomáticas, “em que os protestos e as exigências de portugueses e castelhanos criaram um terreno fértil para discussões políticas, econômicas e religiosas que seriam resolvidas em termos pseudocientíficos com representações cartográficas” (SÁNCHEZ, 2013, p.93). Assim, ao passo em que as bulas papais iam sendo concedidas aos reinos ibéricos, os mapas se revelavam imprescindíveis para resolver os problemas de litígio. Nesse sentido, a Coroa espanhola adquiriu, logo, a consciência de se fazerem visíveis as suas pretensões, tanto que a corte exigiu que Colombo apresentasse uma carta representando as suas descobertas, objetivando persuadir Portugal em relação ao domínio castelhano frente à nova realidade geográfica.

Extremamente descontente com os resultados expostos pela viagem de Colombo, D. João II enviou um embaixador para Castela com o intuito de lembrar aos Reis Católicos o Tratado de Alcáçovas, alegando que Colombo tinha invadido águas portuguesas. A reivindicação do monarca português se baseava em uma interpretação da bula *Aeterni Regis*, ratificada no ano de 1481. Dessa maneira, com o apoio papal, Isabel e Fernando haviam concordado que qualquer novo território ou ilha descobertos no Atlântico, com exceção das Canárias, pertenceriam a Portugal. Contudo, como aponta Bown (2013, p. 141), “Tratados, claro, se baseiam no princípio de que os termos permanecem válidos apenas enquanto os princípios subjacentes continuem substancialmente inalterados”. Assim, os soberanos de Castela e Aragão, certos de que essas novas terras, ou a nova rota para Índias, representavam algo inteiramente diferente e imprevisto, poderia ser analisado, portanto, fora dos limites do tratado. Tal situação marcava o início de uma desgastante batalha diplomática pelas águas do Atlântico, antecipando as descobertas e as conquistas. Assim, no final do século XV, a geopolítica do mundo foi alterada e legitimada através dos mapas e pelas concessões papais. Conforme Sánchez (2013), a consulta papal transformou o Atlântico em um oceano cristão e isso acabaria sendo uma questão duplamente conflitiva marcadas pelo lucro e pela religião. Para Bown:

Essas bulas foram a base da reivindicação jurídica europeia sobre as novas terras “descobertas”. Elas apresentavam uma justificativa para a conquista da América nativa e foram a cunha que levou as nações europeias a centenas de anos de guerra, defendendo ou desafiando a legitimidade de suas reivindicações (BOWN, 2013, p.143).

Buscando encontrar uma resposta para as questões levantadas pelo rei português, Isabel e Fernando, em abril de 1493, semanas depois da volta de Colombo à Espanha, solicitaram ao papa espanhol Alexandre VI a concessão das ilhas descobertas pelo navegador genovês. No

mês seguinte, em favor a sua terra natal, o papa emitiu a primeira de uma série de três famosas bulas, concedendo aos Reis católicos e a seus herdeiros em perpetuidade, livre poder, autoridade e jurisdição de todos os tipos sobre a totalidade das novas terras, anulando o monopólio português dos descobrimentos e a posse das Índias Orientais por completo, deixando Portugal sem os privilégios concedidos pela bula *Romanus Pontifex* de 1455.

Alexandre VI, evitando um conflito ainda maior entre os reinos ibéricos, alegava que apoiava a Espanha e Portugal igualmente, deixando claro que os portugueses foram beneficiados por ele nas questões envolvendo as minas de ouro da Guiné. Entretanto, o papa pressionado politicamente pelos monarcas de seu país, produziu “mais duas bulas, datadas de 3 e 4 de maio, como se fossem adendos da bula original de doação” (BOWN, 2013, p. 145). A segunda das bulas alexandrinas a *Eximiae Devotionis*, foi uma reformulação da primeira bula, enfatizando os direitos concedidos a Portugal em anos anteriores e cedendo à Espanha os mesmos direitos atribuídos ao país vizinho sobre as suas descobertas na África. Nesse sentido, Sánchez (2013) afirma que a primeira bula, emitida em três de maio de 1493, carecia de argumentos mais científicos e geográficos diante da solicitação castelhana. Portanto, o papa, recém empossado, emitiu a terceira bula no dia seguinte, legitimando, definitivamente a propriedade dos territórios descobertos por Colombo a Castela. O novo texto era em parte uma reafirmação da primeira *Inter Caetera*. Sanando as falhas da bula anterior, foi estabelecido, também, a demarcação de uma linha imaginária³⁰ de polo a polo separando as águas pertencentes a ambos reinos.

A linha citada no documento pontifício foi a base do Tratado de Tordesilhas. Sánchez (2013) destaca que se a primeira bula *Inter Caetera* proclamava a soberania de Castela, a segunda definia as zonas sobre as quais esse poder soberano poderia ser exercido. Após a última bula alexandrina ser concedida em setembro de 1493³¹, ampliando as doações à Coroa castelhana de todos os territórios asiáticos que fossem descobertos a partir do Ocidente, as discussões sobre a demarcação de um meridiano, separando as possessões entre os reinos

³⁰ Muitos autores afirmam que a ideia de demarcação de uma linha sobre o Atlântico, separando os territórios pretendidos entre Portugal e Espanha, foi concebida por Cristóvão Colombo a partir de suas próprias observações pseudocientíficas. Já Armando Cortesão coloca em dúvida essa questão, alegando que a criação desse meridiano foi sugerida pelos Reis Católicos ou por parte dos cosmógrafos de D. João II.

³¹ A bula *Dudum Siquidem*, datada de 26 de setembro de 1493, é considerada, por muitos autores, como uma reafirmação da bula *Inter Caetera*, de 4 de maio. Esse novo documento concedia à Espanha direito sobre todas as terras a oeste e a sul, assinalando até a Índia como terra aberta aos espanhóis. Reafirmava também que os navios de nenhuma outra nação deviam navegar, explorar ou até pescar nessas águas sem permissão por escrito, “mesmo por motivos de caridade ou fé”, e que os monarcas espanhóis e português iriam mantê-las (as terras) para sempre defendê-las contra quem se opusesse (BOWN, 2013, p. 152).

competidores ganham um novo vigor. Entre os meses que iam desde o despacho das bulas papais até o Tratado de Tordesilhas, D. João II tentou de diversas formas diminuir os impactos provocados pelos documentos expedidos por Alexandre VI. A exemplo disso, o rei português, insistentemente, solicitou aos Reis Católicos a modificação da posição do meridiano trasladando-o mais para o oeste em relação ao que havia sido estipulado na segunda bula de maio de 1493. Enquanto isso Fernando e Isabel organizavam uma junta cosmográfica, reunindo diversos documentos entre mapas e outros instrumentos para legitimar as suas reivindicações.

Os estudos cosmográficos foram determinantes na resolução dos problemas políticos gerados pelas viagens de Colombo. Nesse sentido, Sánchez (2013) ressalta que a carta de marear, elaborada pela equipe de Colombo representando as ilhas descobertas, é retratada pela historiografia espanhola como um dos principais documentos utilizados no processo de efetivação do Tratado de Tordesilhas. O autor também afirma que, para os estudiosos portugueses, os mapas produzidos por parte dos cosmógrafos do rei D. João II tiveram o mesmo peso do que as produções do reino vizinho. Eles alegam que grande parte das cartas confeccionadas a mando do soberano lusitano foram influenciadas pela carta de marear de Pêro da Covilhã³², enviada a Portugal ao rei em 1491 e que essas cartas sustentaram a ideia joanina de demarcar o meridiano a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Posto isto:

Em qualquer de ambos casos, tanto a carta de Colombo como a de Covilhã constituem um exemplo esclarecedor do que François Dainville denominou de cartografia jurídica; aqueles mapas levantados em contexto de tensão diplomática e de litígio que foram utilizados como provas testemunhais em juízos ou na resolução de uma disputa geográfica” (SÁNCHEZ, 2013, p. 97).

Partindo dessa perspectiva, os mapas jurídicos foram os principais argumentos materiais, exercendo a capacidade de representar o poder e os direitos de um soberano sobre os espaços conquistados.

Após as deliberações papais, as negociações entre as duas potências prosseguiram. Em março de 1494, as delegações de Portugal e Espanha se reuniram na cidade de Tordesilhas.

³² Em 1487, D. João II enviou Pêro da Covilhã, juntamente com Afonso de Paiva, para uma longa missão no oriente. Disfarçados de mercadores e treinados por cosmógrafos régios, os dois seguiram para Cairo no Egito, um dos maiores centros mulçumanos da época em busca de notícias do mítico reino de Preste João e da Índia. Pêro da Covilhã transportava com ele uma carta de marear onde teria que anotar todas as informações pertinentes dos locais em que ele estivera. Segundo vários historiadores, essa carta continha um rico conhecimento sobre os litorais da costa oriental da África e de algumas partes do continente asiático. Dessa forma, as informações levantadas por Covilhã traziam dados mais precisos e atualizados sobre essas regiões, revelando uma distância bem maior entre Europa e Ásia a partir do Oeste em relação as estimativas de Toscanelli, estudioso que influenciou o projeto de Colombo.

Após três meses de discussões, os países conflitantes, no dia sete de junho chegaram a um acordo histórico conhecido como Tratado de Tordesilhas. Preservando em grande parte as prescrições das bulas concedidas no ano anterior, poucos itens foram acrescentados. Entre essas novidades, ficou decidido que, dentro de dez meses a partir da assinatura do tratado, ambas coroas deveriam despachar navios com especialistas em navegação e cosmografia para se encontrarem nas ilhas de Cabo Verde, com o propósito de se determinar a localização da fronteira em alto mar. Posteriormente, com a demarcação da fronteira, seria produzido um mapa, representado o meridiano separando os interesses territoriais entre portugueses e espanhóis. Segundo Sánchez:

Essa linha de demarcação parecia ser a melhor ferramenta cartográfica para dirigir e orientar aqueles que não eram nem cartógrafos e nem pilotos, pessoas não familiarizadas com os mapas, mas que necessitavam adquirir informação. Um simples golpe de vista permitiria saber de quem era cada território (SÁNCHEZ, 2013, p.98).

Segundo Bown (2013, p.153), “o desvio mais significativo das proclamações de Alexandre VI foi o da localização da linha oficial de demarcação”. Insistentemente, D. João II, contestando os privilégios jurídicos concedidos pelo papa a Espanha, uniu a essa situação os seus conhecimentos cosmográficos³³ para mudar a linha oficial mais para oeste, alegando que os navios portugueses estavam constantemente navegando por essas águas e os limites eram muito estreitos. Tal ideia foi apresentada para os espanhóis como uma medida de segurança para a navegação em alto mar ao sul do Atlântico. A delegação espanhola aceitou a mudança, entretanto, a Rainha Isabel ficou bastante desconfiada mediante a solicitação do rei português. Para ela D. João II estava escondendo alguma informação valiosa³⁴. Para muitos autores, como

³³ Segundo Cortesão (1960), os portugueses, desde a segunda metade do século XV, já possuíam uma noção muito acurada em relação ao tamanho real da Terra. Toscanelli, letrado que influenciou os estudos colombinos, afirmava que a distância entre a Europa e Ásia era em torno de 130°, cerca de 1820 léguas ou 10920 Km. Porém, a distância real é de 229°, ou seja, de acordo com os parâmetros atuais algo correspondente a 4293 léguas ou 25418 Km. Partindo da análise desses cálculos, Portugal iria explorar a noção equivocada de Colombo para renegociar os termos com a Espanha. Apesar de não terem a medida precisa da distância entre o continente europeu e o asiático, tinham os dados que mais se aproximavam. A exemplo disso, podemos citar a famosa carta de Fra Mauro, produzida em 1459 a pedido de D. Afonso V. O mapa indica uma distância de 238° entre a Europa e a Ásia (4284 léguas ou 25361 Km). Sendo assim, enquanto os lusitanos quase atingiram a distância real entre as duas faixas continentais, apresentando uma falha de nove léguas apenas, Colombo com base em Toscanelli, equivocava-se em cerca de 2473 léguas. Posto isso, Lopes nos atenta para o fato de que é “importante mencionar que os cálculos apresentados apenas ilustram a situação, pois ainda é difícil precisar o quanto valia uma légua, havendo variações de um lugar para lugar. No entanto, demonstram a enorme discrepância entre o estado da arte da geografia e da cartografia entre os dois países ibéricos” (2016, p.150).

³⁴ Para Cortesão (1960), a insistência de D. João II, muitas vezes em tom ameaçador, em deslocar a linha por mais 100 léguas a oeste, acabou por despertar a curiosidade dos Reis Católicos. Respaldados pelas novas bulas de Alexandre VI, eles ordenaram, através de uma carta expedida em 5 de setembro de 1493, a exploração das terras e ilhas à altura da Guiné e ao sul.

por exemplo, Jaime Cortesão, o monarca de Portugal suspeitava da existência de terras ao sul do Atlântico. Apesar de carecer de fontes, Cortesão afirma, categoricamente, que D. João II sabia da existência do Brasil e que a sua insistência em deslocar a raia demarcatória teria sido para proteger seu descobrimento. Para o Estado português, o estabelecimento dessa linha teve grande valor, “permitindo que se pusesse um fim às reivindicações rivais da Espanha” (BOWN, 2013, p.156).

Consolidado os acordos, Sánchez (2013) aponta que em toda a história cultural da fronteira, Tordesilhas abrigava, por um lado, o caráter medieval de separar dos âmbitos expansivos cristãos com um propósito claro de evangelização do diferente. Por outro lado, o meridiano apresentava, também, um signo distintivo de modernidade, algo revolucionário e extraordinário. Uma fronteira geográfica e astronômica que descrevia os contornos das novas terras e anunciava, através dos mapas, os limites de separação entre um território e outro. Seguindo esse raciocínio, aparentemente, o Tratado de Tordesilhas forneceu aos reinos competidores uma solução a uma questão complicada de se resolver. Contudo, na realidade, os compromissos que foram assumidos perante os acordos assinados em 1494 geraram uma série de inconvenientes para serem debatidos. Devido à falta de um método confiável para a determinação longitudinal, o traçado de um meridiano de polo a polo acarretaria sérios problemas mais tarde, principalmente, depois do descobrimento das ilhas Molucas, ascendendo novamente as disputas diplomáticas entre portugueses e espanhóis.

Anteriormente à questão das ilhas Molucas, a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500, despertaria novas discussões relacionadas ao meridiano de Tordesilhas. Após os descobrimentos de Cabral, o rei Manuel I de Portugal, sucessor de D. João II, acionou os seus cartógrafos para a elaboração de cartas e planisférios representando as terras portuguesas ao leste da linha divisória. Assim fizeram também os cartógrafos a serviço dos reis Fernando e Isabel, interessados nos territórios que se encontravam ao oeste dessa linha. Decorrentes deste período, os planisférios de Cantino (FIGURA 12) e King Hamy, datados de 1502, foram confeccionados e completados a partir das informações obtidas através da expedição de Cabral. Ambos os mapas assumem os acordos firmados em Tordesilhas cartografando o famoso meridiano. Segundo Sánchez, esses dois mapas foram os modelos para muitos outros mapas, especialmente, os que foram encomendados pelos soberanos ibéricos, constituindo assim, parte:

Do que Richard Kagan e Benjamin Schmidt denominam – cartografia oficial-, isto é, aqueles mapas construídos por cosmógrafos, cartógrafos, pilotos ou viajantes que haviam sido patrocinados e sufragados pela Coroa, que ocuparam um lugar central para a emergência de suas monarquias que contribuíram para a propagação e defesa

dos regimes políticos para os que serviam e que estavam estreitamente vinculados à ideia de soberania territorial, um sistema de governo onde a monarquia constitui uma unidade geopolítica definida e delimitada (SÁNCHEZ, 2013, p. 101).

Partindo dessa perspectiva, Sánchez afirma que o Tratado de Tordesilhas evidenciou a verdadeira natureza dos mapas produzidos durante os descobrimentos, revelando os seus recursos retóricos e expressões autoritárias de soberania e possessão. Para o autor, a representação cartográfica foi a principal ferramenta com que se fez valer a soberania de um império sobre a jurisdição territorial que marcava o seu domínio e que, em muitas ocasiões estiveram sujeitos a fortes medidas de autoritarismo monárquico. Assim sendo, a disputa pelo controle das ilhas Molucas e os descobrimentos geraram “formas de governança política e burocratizadas onde a Cartografia, em muitos casos, era considerada, se não segredo de Estado, ao menos era tratada como questão de Estado” (SÁNCHEZ, 2013, p. 101). Tanto, que durante todo o século XVI, especialmente na primeira metade, ao passo em que a quarta parte do mundo era desbravada, as regras impostas pelo Tratado de Tordesilhas eram, recorrentemente, desobedecidas. Portugueses e espanhóis iniciaram uma verdadeira disputa cartográfica, alterando, de acordo com as suas conveniências, os meridianos para oeste ou para leste. É nesse contexto que ficou conhecida a tese de falsificação cartográfica³⁵, defendida por importantes estudiosos como Jaime Cortesão (1960), Avelino Teixeira da Mota (1973), entre outros.

Conscientes da importância da Cartografia para a expansão e manutenção dos seus impérios, Portugal e Espanha não mediram esforços para verem, representados em um mapa, a linha de delimitação, separando as suas possessões. Ambos os reinos investiram muitos recursos, visando conhecer as medidas astronômicas e encontrar um método eficiente para determinação das longitudes. Desse modo, as implicações geradas pelo Tratado de Tordesilhas, “conferiram ao mundo dos mapas ibéricos um caráter mais político, ideológico e propagandístico” (SÁNCHEZ, 2013, p.103). Portanto, grande parte dos planisférios produzidos durante os primeiros anos do século XVI, não expressavam apenas os descobrimentos. Passaram a revelar, acima de tudo, a soberania de quem os realizou. Essa reorientação política dos mapas concedeu à Espanha e a Portugal uma hegemonia marítima sem precedentes. Mesmo

³⁵ Trata-se de uma tese bastante contestada. Muitos autores alegam que o traçado do meridiano de Tordesilhas era alterado devido à dificuldade de se calcular as longitudes. No entanto, Jaime Cortesão afirma que portugueses e espanhóis se aproveitaram desse problema técnico para forjar as fronteiras de seus territórios de acordo com os seus interesses. Para mais informações ver: CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1960.

a Europa não reconhecendo o tratado, os ibéricos, após anos de disputa, conseguiram, através dos mapas, moldar uma nova geopolítica legitimando as suas possessões.

4.3 Os reflexos do Tratado de Tordesilhas: a representação de um mundo dividido através dos mapas de Juan de La Cosa e Cantino

As viagens de Colombo modificaram, rapidamente, as visões geográficas do mundo. A Cartografia desse período, ainda bastante influenciada pelos mitos medievais e pelos estudos ptolomaicos, viu-se diante de um grande problema: as tradições antigas de mapeamento do mundo não podiam mais ser conciliadas com os relatos que chegavam até a Europa sobre as novas terras que foram encontradas na última década do século XV. Por fim, os eventos políticos resultantes dessas descobertas, além de impulsionar o desenvolvimento científico da Cartografia, promoveu, também, a instrumentalização dos mapas, convertendo-os em ferramentas poderosas para a consolidação da soberania e legitimação territorial. As nações que protagonizaram a partilha do novo mundo conseguiram levar adiante os seus projetos expansionistas cartografando os seus interesses e reorganizando a imagem do mundo de acordo com as suas ambições; o que resultou num hemisfério português e outro espanhol.

As primeiras expressões desse novo cenário foram as cartas de Juan de La Cosa (1500) (FIGURA 11) e de Cantino (1502) (FIGURA 12). Elas testemunharam o nascimento de uma nova geopolítica, apresentando à Europa a configuração do mundo estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas: um mundo global dividido entre duas grandes potências marítimas. Essas obras apresentam grande importância para a história do mundo e das Américas. A carta de La Cosa foi o primeiro mapa a representar uma imagem das recentes explorações europeias no Novo Mundo junto à Europa, África e Ásia. Sánchez (2013) destaca que, para o imaginário europeu da época, essa carta derrubou o lema *Non Terrae Plus Ultra*³⁶. Já o trabalho de Cantino (FIGURA 12), destaca-se por uma infinidade de razões, pois ele “não só mostra os resultados

³⁶ Segundo a mitologia romana, a expressão latina *Non Terrae Plus Ultra* – não há terras mais além – foi utilizada por Hércules, quando este colocou duas colunas no Estreito de Gibraltar definindo uma das fronteiras do ecúmeno e também os limites seguros para a navegação, considerando que até o Medievo existiam várias lendas sobre os perigos do Mar Oceano (Oceano Atlântico). Com a descoberta de Colombo em 1492, tais palavras perderam o seu poder simbólico de tal forma que o soberano Carlos I da Espanha passou a utilizar a expressão *Plus Ultra* como lema nacional, objetivando mostrar o dinamismo comercial do seu império. Hoje a frase está escrita no brasão de armas da bandeira espanhola.

das explorações de Colombo, como também é a direta expressão cartográfica das viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral, incluindo, ainda, os primeiros resultados dos reconhecimentos e indagações dos Portugueses no Oriente” (MARQUES, 1994, p. 49).

Marques, ao analisar a representatividade que esses mapas tiveram no contexto dos descobrimentos, ressalta que a obra de Cantino (FIGURA 12) teve mais peso do que a obra de Juan de La Cosa (FIGURA 11). Para o autor, o trabalho do cartógrafo basco é mais limitado, “pois não tem a riqueza, perfeição e completude do português, sobretudo em relação ao Oriente, como também mais problemático (e mesmo duvidoso), pois em relação a ele se põem algumas questões não esclarecidas, de datação e adições” (MARQUES, 1994, p.49).

Juan de La Cosa, também conhecido como Juan o *Vizcaíno*, foi um piloto e explorador espanhol, nascido na região da Cantábria, que acompanhou Cristóvão Colombo em sua segunda viagem. Posteriormente, realizou outras viagens ao Novo Mundo, produzindo várias cartas, que estão perdidas. Em 1500 presenteou os seus soberanos, Fernando e Isabel, com uma carta universal em pergaminho, onde se representavam, pela primeira vez sobre um mapa, os territórios descobertos por Colombo alguns anos antes. Segundo Sánchez (2013), o planisfério de La Cosa foi elaborado com base em três modelos cartográficos diferentes: o portulano, o ptolomaico e o português.

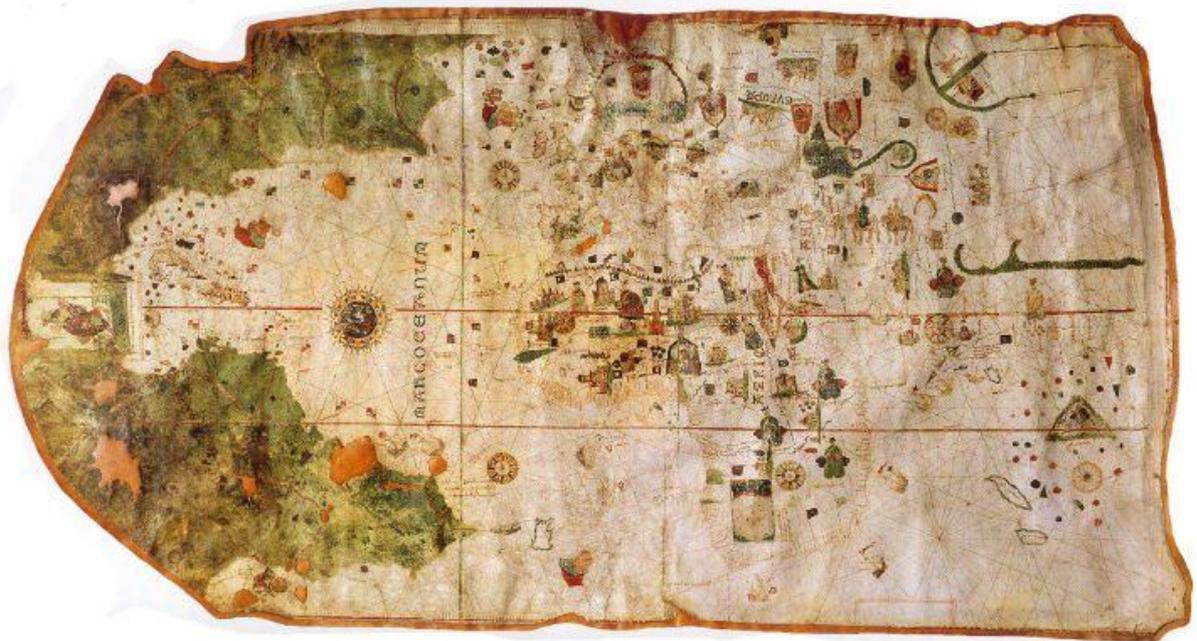


Figura 9 - Mapa de Juan de La Cosa (1500).

Fonte: <http://bibliotecavirtualdefensa.es/BVMDefensa/i18n/consulta/registro.cmd?id=16822>. Acesso em: 17 jan. 2017.

Dois anos após a produção de *La Cosa*, surgiu o primeiro exemplar português contendo registros do Novo Mundo. A mais antiga das cartas náuticas portuguesas ainda existente, recebeu esse nome devido a uma ação desempenhada pelo espião Alberto Cantino. Oficialmente, em Portugal como mercador de cavalos, Cantino, na verdade, fora enviado à corte de Lisboa a mando de Hércules D'Este, duque de Ferrara, para reunir informações sobre os descobrimentos. O nobre italiano, temeroso diante das ameaças que pairavam sobre a participação das cidades da Itália no comércio das especiarias, ordenou que o seu agente retirasse, clandestinamente de Portugal, o mapa. Como exatamente ele conseguiu realizar isso não se sabe. Os riscos envolvidos eram consideráveis, devido ao decreto do rei D Manuel, segundo o qual quem fosse pego passando segredos cartográficos seria condenado à morte. Apesar dos riscos, Cantino fez com que a carta chegasse ao duque no final de 1502.



Figura 10 - Mapa de Cantino (1502).
Fonte: MARQUES, 1994. p.55.

Através do ato de Cantino, é possível compreender a importância que os mapas tiveram no contexto comercial e político do século XVI. “Os mapas de regiões descobertas e conquistadas se tornaram objetos de venda, roubo, traição e falsificação consciente” (DREYER-EIMBCKE, 1992, p. 220). Desse modo, os dois primeiros planisférios a incorporar

as terras recém descobertas apresentam uma série de questões que evidenciam diferentes intenções frente a um cenário altamente competitivo. Mediante a riqueza de detalhes e informações apresentadas pelos mapas de La Cosa (FIGURA 11) e de Cantino (FIGURA 12), estudar, por completo, essas obras se converteria em uma tarefa bastante extensa. Portanto, atendo-se à proposta desta pesquisa, o continente americano será privilegiado.

A América, apresentada por La Cosa, foi elaborada de acordo com as fontes expedicionárias castelhanas e contemporâneas do próprio autor. Figuradas em tons verde, as terras do novo continente foram dispostas conforme os interesses da Coroa espanhola. O traçado correspondente as Antilhas é bastante definido. As ilhas aparecem todas nomeadas e cercadas por bandeiras castelhanas. Diferentemente, as áreas costeiras vizinhas do arquipélago são representadas de modo impreciso. A região correspondente à América Central continental foi estampada por uma grande figura de São Cristóvão³⁷. A parte norte do continente se estende até ao Ártico, onde estão desenhadas várias bandeiras inglesas em referência aos descobrimentos de João Caboto a mando do rei Henrique VII. Na região sul-americana, aparece o contorno de um litoral bastante semelhante à costa nordestina do Brasil. De oeste para leste, partindo da costa colombiana até o extremo oriente do continente, estão dispostas várias bandeiras de Castela, sinalizando a posse daquelas áreas. Na costa brasileira, aparecem, também, próximo ao cabo de Santa Maria da Consolação, duas embarcações castelhanas e, por debaixo delas, uma legenda atribuindo o descobrimento desse local a Pizón e não a Cabral. Mais para o leste ainda, destaca-se uma ilha contornada de azul acompanhada da seguinte informação: ilha descoberta por Portugal - sinalizando a descoberta efetuada por Pedro Álvares Cabral em 1500. A partir desses últimos fatos apresentados, ressalta-se que a representação da América do Sul, devido a sua localização, sendo a área mais atingida pelas definições do Tratado de Tordesilhas, constitui-se como a parte do continente mais manipulada. As legendas e a iconografia figurada por La Cosa denunciam as intenções do autor em favorecer a posse do Novo Mundo à Espanha, deixando para Portugal uma pequena ilha.

³⁷ Para os historiadores da Cartografia a figura de São Cristóvão, o padroeiro dos viajantes, foi fixada no mapa ocupando uma área em que o conhecimento geográfico era pouco aprofundado. Essa técnica descende da cartografia medieval e foi, amplamente, utilizada durante os primeiros anos do século XVI. Outra explicação, brevemente mencionada no segundo capítulo, remete ao fato de que esse símbolo estaria associado a Cristóvão Colombo, que se associava a esse santo. Da mesma maneira em que São Cristóvão teria atravessado o menino Jesus sobre os ombros por um rio, o navegador levava Cristo ao outro lado do oceano. Revelando, dessa forma, o componente religioso presente no contexto das grandes navegações.



Figura 11 - A representação da América no mapa de Juan de La Cosa.
 Fonte: <<http://bibliotecavirtualdefensa.es/BVMDefensa/i18n/consulta/registro.cmd?id=16822>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

Três linhas geográficas são representadas no planisfério: duas linhas vermelhas indicando o equador e o trópico de Câncer e uma outra na cor azul figurando um meridiano desconhecido que corta o arquipélago dos Açores de norte a sul. Várias discussões foram levantadas a respeito desse meridiano, contudo, o que parece ser um consenso entre os estudiosos é que, provavelmente, essa linha não corresponde ao meridiano de Tordesilhas. Para alguns historiadores ela representa os locais onde a demarcação magnética eram nulas. Confrontando as demais ideias, vários autores sugerem que essa linha representa a demarcação estabelecida pelo papa Alexandre VI através da bula *Inter Caetera* de 1493. Essa última teoria é fortemente atrativa³⁸, mas, no entanto, é confrontada com o fato da substituição da bula papal pelos termos do Tratado de Tordesilhas. Todavia, independentemente da resposta para essa questão, o referido planisfério foi projetado a partir de diferentes escalas, e o que se percebe é que o continente americano foi cartografado em algumas partes sem referências geométricas. Certos contornos do mapa foram, simplesmente, imaginados pelo cartógrafo. Posto isto, La Cosa, movido pela falta de recursos tecnológicos, aproveitou-se dessa deficiência, realocando as terras recém descobertas de acordo com os seus princípios e interesses, privilegiando a Espanha.

³⁸ Muitos autores defendem, categoricamente, que a linha desconhecida que aparece no mapa de Juan de La Cosa (FIGURA 11) remete à raia fixada pelo papa Alexandre VI, devido ao fato de que esta linha foi demarcada a partir do centro geométrico do arquipélago dos Açores, correspondendo a uma distância de 100 léguas a oeste de Cabo Verde. A partir da análise desses dados, o resultado encontrado confere aos números estipulados pela decisão papal em 1493.

Dessa forma, a distribuição das terras apresentada pelo mapa de Juan de La Cosa (FIGURA 11), reflete as questões levantadas pelos acordos que se firmaram anterior a sua confecção. Desse modo, o meridiano desconhecido, mesmo não correspondendo à representação do Tratado de Tordesilhas, adquire uma função ativa operada através do poder da imagem, expressando a noção de um mundo dividido. Por fim, “da mesma maneira que a palavra e o texto, a imagem pode, a seu modo, ser o veículo de todos os poderes e de todas as resistências” (GRUZINSKI, 2006, p.15).

O mapa de Cantino (FIGURA 12) foi cartografado a partir de várias folhas de pergaminho, coladas lado a lado, sobre uma tela com dimensões de 1,050m por 2,200. Não se sabe qual o cartógrafo o produziu; no entanto, é fato que esse mapa é o resultado de uma impressionante cópia de um padrão oficial português que era guardado nos Armazéns da Guiné e das Índias. Representando todo o mundo, o mapa é ricamente decorado por iluminuras, contendo símbolos heráldicos e outros sinais representativos que, provavelmente, foram desenhados em fases diferentes. Segundo Sánchez (2013), a carta universal de Cantino (FIGURA 12) revelou um novo modelo cartográfico, marcado por um sistema geométrico e gráfico cujas escalas de latitudes eram determinadas pela navegação astronômica. Para o autor, este planisfério gerou uma inovadora maneira de se representar o mundo e dominará grande parte da cartografia do século XVI em toda a Europa. Sendo, então, considerado o primeiro planisfério moderno do mundo, a obra que foi vendida a Cantino por doze ducados de ouro - um alto valor para época - trouxe, além de uma série de inovações, a imagem mais completa das áreas descobertas por Portugal até aquele momento.

A representação da América no mapa de Cantino (FIGURA 14), assim como na carta de Juan de La Cosa (FIGURA 13) aparece colorida de verde. Três partes são, visivelmente, distinguidas: as Antilhas, especificamente, Cuba, Jamaica, Hispaniola, Porto Rico, as Bahamas e muitas outras pequenas ilhas coloridas de vermelho e azul, e, por fim, as Américas do Sul e do Norte. Sobre as Antilhas, mais precisamente sobre a ilha Hispaniola, está figurada uma bandeira castelhana e há uma inscrição declarando a posse daquelas ilhas ao rei de Castela. Junto à inscrição, uma legenda alude aos descobrimentos de Colombo sobre aquelas terras. Na costa norte do Caribe, vemos, pela primeira vez, a península da Florida representada de forma isolada não sendo destacada por nenhuma bandeira de posse ou qualquer outro símbolo. No entanto, o pequeno pedaço de terra é situado em posição correta e com toponímia portuguesa. Já na parte norte do continente americano, a ilha da Terra Nova é disposta a leste do meridiano de Tordesilhas, reafirmando a posse desse local, temos várias bandeiras

portuguesas e uma legenda atribuindo o seu descobrimento ao navegador lusitano Gaspar Corte-Real. A porção sul-americana, bastante projetada para o leste, é delimitada na extensão norte-sul pelo golfo da Venezuela e pelo cabo de Santa Marta. Dividida pelo meridiano de Tordesilhas, encontramos a oeste da linha três bandeiras castelhanas, confirmando a soberania dos reis Fernando e Isabel. A leste do limite, em território brasileiro, estão duas bandeiras próximas de uma legenda que certificam os descobrimentos realizados por Pedro Álvares Cabral.

Por ser uma das poucas áreas terrestres atravessadas pelo Meridiano de Tordesilhas, os elementos gráficos que aparecem na América do Sul ganham cores mais vivas em relação às outras partes do continente. Uma série de alegorias são apresentadas em conformidade com uma escrita rebuscada e hierarquizada. As bandeiras são dispostas, geralmente, nas extremidades das áreas cartografadas ressaltando as delimitações territoriais. Segundo Lopez (2016), todos esses elementos expressam, no conjunto, uma complexa relação entre o poder das imagens e a afirmação da soberania. A exemplo disso, os portugueses deram um enfoque especial aos seus domínios na América. No Brasil, eles enfatizaram as riquezas da terra representando uma natureza exuberante; árvores e aves iluminam o território da futura colônia.

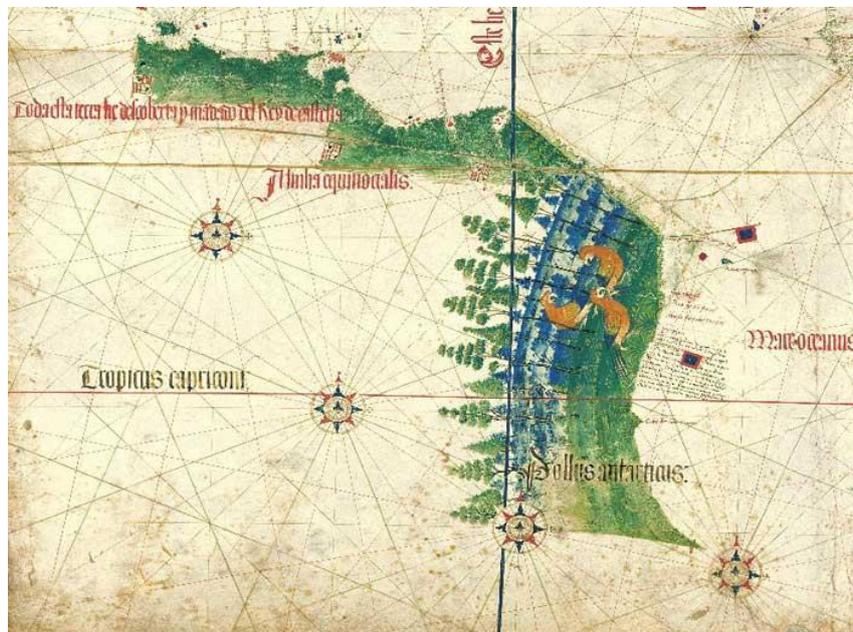


Figura 12 - A representação da América do Sul através do mapa de Cantino (1502).

Fonte: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/cartografia-e-cartografos/planisferio-anonimo-de-1502-dito-lde-cantino.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Em relação à disposição das terras no mapa de Cantino, Jaime Cortesão destaca que os portugueses, a partir de um erro voluntário, teriam deslocado os continentes africano e asiático

para leste, conseqüentemente, promovendo, também, o deslocamento da costa brasileira para o mesmo sentido. Essa articulação geométrica dos continentes, também utilizada pelo cartógrafo Juan de La Cosa, como já dito no decorrer desse tópico, passou a ser uma prática recorrente, adotada, especialmente, pelos portugueses. A divisão de Tordesilhas atribuiu quase toda a América do sul aos castelhanos, e tal fato serviu de reagente na tentativa de incluir uma maior parte das terras descobertas dentro do hemisfério português. Portanto, “quanto à América austral, tudo leva a crer que estejamos em face duma deformação geral do mundo, espécie de caricatura geográfica, com fins de soberania política” (CORTESÃO, 1960, p.219).

Ao comparar as representações da América através dos mapas de Juan de La Cosa (FIGURA 13) e Cantino (FIGURA 14), fica bastante evidente o jogo cartográfico que se iniciou com a era dos Descobrimentos. Para tal efeito, percebe-se que em Juan de La Cosa (FIGURA 13), o realce dos territórios descobertos é disposto mais para o oeste, refletindo os interesses de Castela; enquanto em Cantino (FIGURA 14), o Novo Mundo é posicionado mais para o leste em favorecimento a Portugal. Percebe-se, então, que a divisão do mundo acertada em Tordesilhas não encerraria as divergências políticas e territoriais entre os ibéricos. A criação de uma linha limitando as possessões portuguesas e espanholas se transformou em mais um elemento ativo para ser manipulado. Após a assinatura do acordo, as duas potências ultramarinas travaram uma disputa silenciosa, cujas principais armas foram os mapas.

4.3 Entre mitos e símbolos: a legitimação da conquista do Brasil analisada através do mapa Terra Brasilis

Como vimos no tópico anterior, a representação oficial mais antiga do território brasileiro aparece no planisfério de Cantino (1502). No decorrer do século XVI, o desenho do Brasil nos mapas não apareceu somente na Cartografia portuguesa. Espanhóis, holandeses, franceses e alemães demonstraram forte interesse pelas terras descobertas por Cabral. Entretanto, apesar de muitos historiadores definirem o século XVI como o período áureo das conquistas marítimas e da Cartografia portuguesa, é importante ressaltar que as representações cartográficas produzidas nesta época, referentes ao Brasil, foram relativamente escassas, principalmente na primeira metade desse século. Como aponta Costa (2007), entre outros estudiosos, isso se explica pelo fato da adoção de uma “política do sigilo”, mantida por Portugal.

Contrariando a explicação anterior para essa situação, pode-se inferir, também, que durante as primeiras décadas do século XVI, D. Manuel não demonstrou tanto interesse pelas terras descobertas no Novo Mundo, visto que as rotas comerciais para as Índias eram o principal foco da política mercantil de Portugal. Conforme aponta Luís Felipe Barreto, “o Brasil, é uma zona de quase esquecimento no quinhentismo português” (BARRETO, 1983, p. 169).

Independente da explicação levantada para esta abnegação cartográfica de Portugal ao Brasil, o pouco conhecimento geográfico referente ao espaço recém descoberto, foi sem nenhuma dúvida, o maior desafio para os cartógrafos da época. Nota-se que, até meados do século XVI, as representações portuguesas não enfatizavam, exclusivamente, o território brasileiro. Na maioria desses mapas, os contornos do Brasil eram figurados sutilmente. A exemplo disso, podemos citar os planisférios de Cantino (FIGURA 12) e Bartolomeu Velho.

Retratando o território brasileiro, o mapa Terra Brasilis (FIGURA 15), um padrão oficial pertencente ao *Atlas Miller* de 1519, é a primeira e mais notória representação exclusiva do Brasil, sendo a única produzida durante os primeiros anos do século XVI que resistiu ao tempo. Exibindo uma grande quantidade de elementos pictóricos e simbólicos, essa bela obra elaborada a mando de D. Manuel, esconde entre os seus atributos relações sócio-espaciais, intencionalidades e mensagens de cunho político e ideológico, que foram utilizadas por Portugal no processo de legitimação da conquista das suas possessões na América. Perante esses fatos, faz-se importante a análise desse mapa, já que através dele, várias questões levantadas no decorrer deste trabalho podem ser respondidas e exemplificadas.

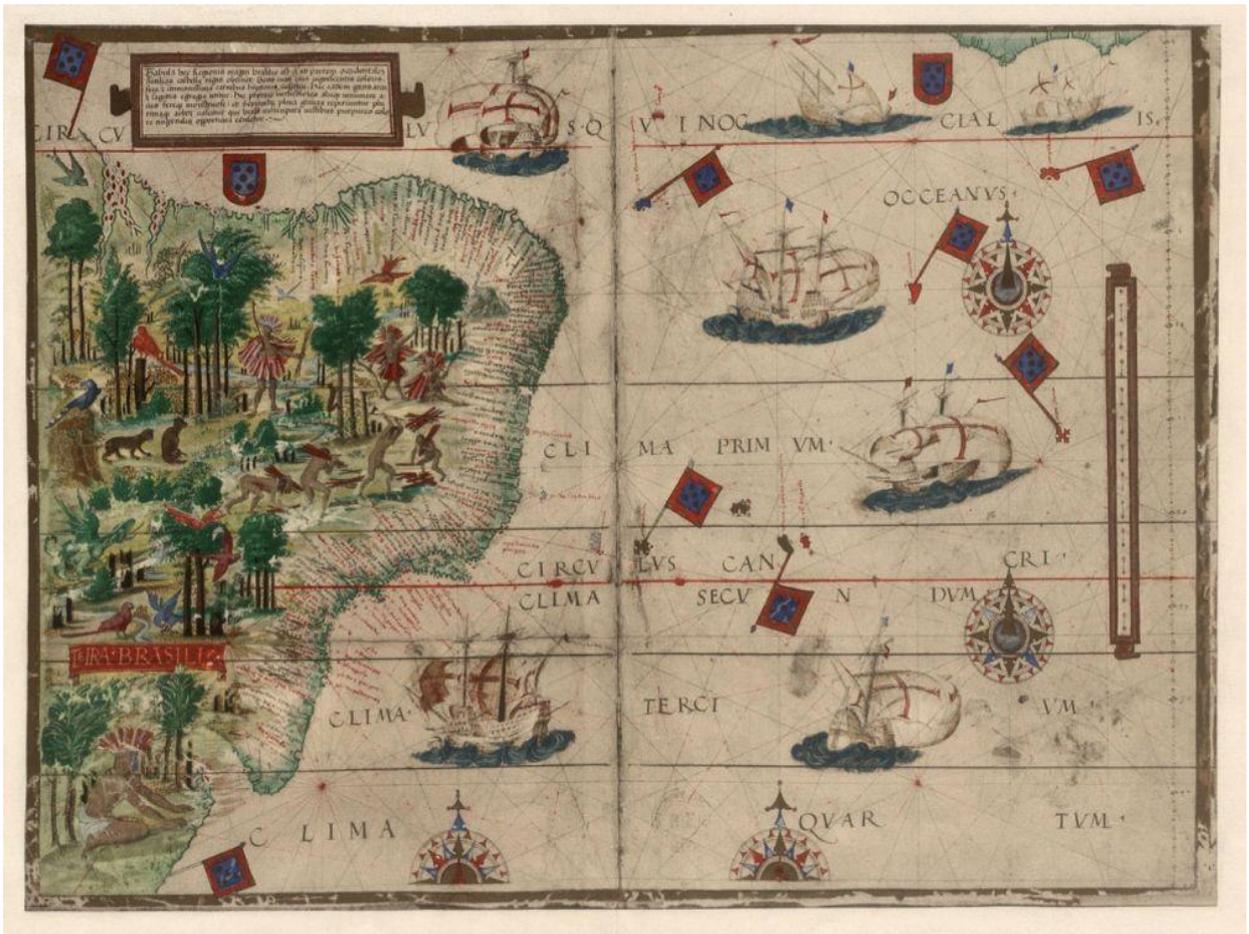


Figura 15 - Mapa Terra Brasilis (1519).

Fonte: Biblioteca Nacional Digital -

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.html>. Acesso em: 22 jul. 2017.

A carta Terra Brasilis (FIGURA 15) mostra a costa do Brasil e parte do Atlântico central desde as duas largas aberturas do Amazonas até o Prata. Esta impressionante obra, uma das mais luxuosas do século XVI, foi produzida por Pedro (pai) e Jorge Reinel (filho) a mando do cartógrafo oficial da corte portuguesa, Lopo Homem. Embora elaborado pouco tempo depois da viagem de Cabral ao Brasil, o exemplar já apresentava mais de cem referências espaciais indicando diferentes pontos da costa brasileira. O litoral detalhado, nomeado com topônimos portugueses, contrasta com um interior desconhecido preenchido por ricas iluminuras representando a fauna, a flora e a população nativa. Tal fato evidencia uma prática bastante comum na Cartografia do século XVI. O “não descoberto”, as terras incógnitas eram, corriqueiramente, decoradas por uma iconografia que, por muitas vezes, eram identificadas de acordo com os ideais europeus.

Segundo Íris Kantor (2007), a representação do interior nas cartas quinhentistas constituía uma metáfora das possibilidades de apropriação do espaço real. Para a autora, os cartógrafos criavam uma entidade geográfica, em que eram dispostos alguns elementos ou signos (Bandeiras, Brasões, Fortes e Fortalezas, linha das Tordesilhas) que remetiam a direitos de domínio ou titularidade da posse dos territórios dos impérios.

Dentre as variadas iluminuras, em sua forma iconográfica, que aparecem no Terra Brasilis (FIGURA 15), destaca-se a extração de pau-brasil efetuada pelos nativos. Para muitos autores, esta representação cartográfica pode ser interpretada como o primeiro mapa temático (econômico) da América Portuguesa. Ilustrando essa questão, aparecem quatro índios nus realizando todo o processo de extração do pau-brasil, desde a queima do tronco e corte da árvore até o carregamento dos pedaços para uma clareira. Retratando a natureza edênica do lugar, são ilustrados diversos desenhos referentes às paisagens e cenas da vida nativa. O mapa é cortado por alguns cursos d'água – provavelmente indicando as bacias amazônica e platina. Seguindo as suas margens, aparecem figuradas iluminuras de aves, representando papagaios e araras de diferentes cores, além de macacos e outros quadrúpedes. São retratados, também, entre a vegetação, três índios vestidos de saias e cocares confeccionados de penas coloridas. Essas alegorias revelam, por fim, as expectativas e intencionalidades mercantis que os portugueses estabeleceram em relação ao novo território.

No litoral representado pelo mapa de 1519, as caravelas, ostentando a cruz de Cristo,³⁹ aparecem distribuídas por todo o Atlântico, ilustrando a hegemonia de Portugal sob este oceano. Os “senhores do mar” distribuem, também, várias bandeiras pelas águas atlânticas a fim de defenderem suas rotas marítima e comerciais e demonstrarem que as ilhas de Fernando de Noronha, Martim Vaz, Trindade, Santa Helena e Ascensão faziam parte de suas possessões. Seguindo o padrão das cartas portulanas do século XIV e XV, o Terra Brasilis (FIGURA 15) apresenta diversas rosas dos ventos indicando trinta e duas direções das quais partem as linhas de rumo.

Na parte superior da esquerda do mapa, encontra-se uma legenda escrita em latim cujos dizeres fazem referência aos indígenas, à fauna e à flora. Jaime Cortesão afirma que esses escritos evidenciam a intenção de estabelecer uma unidade geográfica e humana em relação ao

³⁹ A Cruz de Cristo, que também aparece representada no mapa de Cantino, evidencia o cruzamento da esfera geopolítica desses mapas com a esfera religiosa. Segundo Cortesão (1960), a cruz de Cristo começou a ser utilizada após a concessão da bula *Inter Caetera* de 1456, que estabelece à Ordem dos Cavaleiros de Cristo os direitos espirituais sobre os territórios descobertos.

espaço continental. Referindo-se aos aspectos humanos, é interessante observar o trecho que destaca a bestialidade dos nativos segundo a visão do europeu:

Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do Rei de Castela. Quanto à sua gente, é de cor um tanto escuro. Selvagem e cruelíssima, alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas. Aqui [há] papagaios multicores e outras inúmeras aves e feras monstruosas. E encontram-se muitos gêneros de macacos e nasce em grande quantidade a árvore que, chamada brasil, é considerada conveniente para tingir o vestuário com a cor púrpura” (CORTESÃO; MOTA, 1960, p.57-58).

A antropofagia⁴⁰ era comum entre os nativos do Brasil; um ritual praticado especialmente pela família Tupi-Guarani. Entretanto, no decorrer do século XVI, os europeus converteram as práticas antropofágicas em canibalismo e, assim, o indígena brasileiro passa a ser representado como um ser bestial. Esse discurso de base cristã criava uma relação sócio espacial, separando os fiéis e não fiéis, os bárbaros e civilizados. Essa imagem estereotipada se tornou um elemento bastante presente na cartografia quinhentista. A exemplo disso, podemos destacar as obras de Diogo Homem, de 1558 e 1568 (FIGURAS 16 e 16 A).

⁴⁰ É importante ressaltar que existe um certo dilema em relação à denominação aplicada ao ato de se comer carne humana – *Antropofagia* ou *Canibalismo*. Grande parte dos autores que estudam essa temática fazem uma distinção conceitual entre essas palavras, considerando a expressão *canibalismo* própria para o ato de se alimentar de carne humana, no sentido nutricional, enquanto o uso da palavra *antropofagia* está ligada a um ritual. A exemplo disso, Lévi-Strauss, defendia a ideia de que existem “duas formas de antropofagia” uma ritual e a outra devida à carência alimentar. Contudo, essa prática de consumir a carne humana no sentido de canibalismo, aparece fortemente associado ao índio como um ato de selvageria, bestialidade e barbárie.



Figura 16 e 16A (Detalhe) – Atlas de Diogo Homem, de 1558.

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa59ag.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.

Neste recorte do mapa de Diogo Homem (1558) (FIGURA 16 A), é possível observar índios *seminus*, assando um corpo humano e vários membros em uma fogueira. Ao lado do grupo de nativos, há uma árvore com partes de um corpo penduradas em seus galhos. Conforme Chartier (2002) nos atenta, as percepções do social nunca geram discursos neutros. Dessa forma, é possível inferir que os europeus, ao enfatizarem essas características acerca dos indígenas, buscavam uma justificativa para as ações da Coroa e da Igreja, com o propósito de submeter a terra e a gente aos seus interesses. Além do mais, essa representação de um índio selvagem, canibal e demoníaco gerava um certo temor, afastando potenciais invasores. Assim, a legenda encontrada no Terra Brasilis (FIGURA 15) cumpria tal missão, advertindo os leitores quanto aos perigos da terra. Como nos atenta Max Justo Guedes (1970, p. 467), a Cartografia de origem portuguesa “é calcada, exclusivamente, na experiência, incapaz de se deixar influenciar pela fantasia (exceto quando, intencionalmente, destinada a mistificar potências rivais)”.

O mapa produzido pelos Reineis e Lopo Homem apresenta um papel ativo no contexto geopolítico da época. O Terra Brasilis (FIGURA 15) foi encomendado por D Manuel para presentear o rei francês, mas, na verdade, tal ação apresentava possíveis interesses políticos. O soberano português procurava afirmar os domínios lusitanos sobre o território recém descoberto

na América, além de demonstrar o poder militar naval e a efetiva ocupação da colônia. Essa medida foi tomada em um momento em que a França promovia constantes investidas ao litoral brasileiro. Portanto, através dessa atitude, o rei de Portugal converteu o padrão real Terra Brasilis (FIGURA 15) em uma manifestação simbólica e ideológica, demonstrando a sua autoridade, prestígio e reputação pela imagem.

Em relação aos aspectos que conferiram a uma unidade geográfica, os limites territoriais do Terra Brasilis (FIGURA 15) foram definidos através dos estuários do Amazonas e do Prata, ambos pertencentes à Coroa espanhola, conforme os acordos firmados pelo Tratado de Tordesilhas. Porém, duas bandeiras portuguesas - uma ao norte da região amazônica e outra ao sul do estuário platino - reivindicam para Portugal a soberania sobre a vastíssima zona intermédia. Deste modo, assim como no mapa de Cantino (1502) (FIGURA 12), mais uma vez comprovando a tese de falsificação cartográfica defendida por Jaime Cortesão, os portugueses, estrategicamente, estenderam os seus territórios a oeste e ao sul. Para o historiador português, uma outra estratégia adotada por Portugal referente à delimitação territorial da América Portuguesa, foi a representação do mito geográfico da Ilha Brasil⁴¹, sendo o Terra Brasilis (FIGURA 15) o primeiro mapa a trazer figurado esse elemento. Nas palavras do autor, esse mito pode ser identificado no mapa a partir de uma série de atributos cartográficos:

Lá está a grande protuberância oriental da América do Sul, firmemente traçada desde as duas largas aberturas do Amazonas (com o contorno da ilha de Marajó, quase inteiramente delineado) até ao vastíssimo rasgão do estuário do Prata, e parte da costa que se lhe segue ao sul. Ao alto da carta, numa larga cartela, uma legenda em latim ensina que “Esta é a carta da região do Grande Brasil”, situado ao ocidente das Antilhas de Castela, referindo se, a seguir, aos habitantes, à fauna e à floresta da nova terra (CORTESÃO, 1960, p.287).

A representação desse mito aparece figurado no mapa de forma bastante sutil. É possível perceber o encontro da rede hidrográfica amazônica com a do Prata próximo a um dos índios que estão vestidos com uma saia colorida. Cortesão ressalta que a existência ou não de uma ilha Brasil seria um entre tantos outros equívocos cartográficos que foram cultivados tanto pela diplomacia portuguesa, como pela diplomacia imperial brasileira, constituindo assim, uma pré-figuração geográfica do Brasil Independente.

⁴¹ Jaime Cortesão definiu esse conceito em 1944 a partir dos estudos que ele fez sobre João Afonso, piloto português a serviço da França, durante a primeira metade do século XVI. Segundo o historiador, o navegador fala, nas suas obras, da existência duma ilha Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e o Prata, que se ligava por um grande lago, que se podia navegar e já se tinha navegado, respectivamente da foz de um para o outro. Este conceito mítico foi desenvolvido por João Afonso em "*Voyages Aventurcux*", Poitiers, 1559.

A insularidade da América Portuguesa teve as suas origens a partir da lendária Ilha Brasil, também denominada de Ilha de São Brandão ou *Hy Brazil* - um mito medieval associado a São Brandão, o navegador⁴². A história conta que, entre os séculos VI e VII, o santo irlandês teria empreendido várias viagens pelo oceano Atlântico, encontrando uma ilha paradisíaca a oeste da Irlanda. Do Medieval até o século XVII, a ilha foi representada em diversos mapas. Cortesão analisa que esse mito, associado a outros relatos fantásticos sobre um Brasil edênico, foi a base para a consolidação do mito geográfico da insularidade da América Portuguesa representado em várias cartas; fato que, mais tarde, haveria de ajudar na apropriação efetiva do território que veio a ser o Brasil.



Figura 13 – Carta náutica Pizzigiano (1424). Este mapa traz representadas as míticas ilhas atlânticas de Antília (em vermelho) e Santanezes (em azul), e acima, a ilha do Brasil representada por um pequeno círculo. Fonte: LESTER, 2012, p. 238.

⁴² Para mais informações ver, CANTARINO, Geraldo. **Uma ilha chamada Brasil: o paraíso irlandês no passado brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

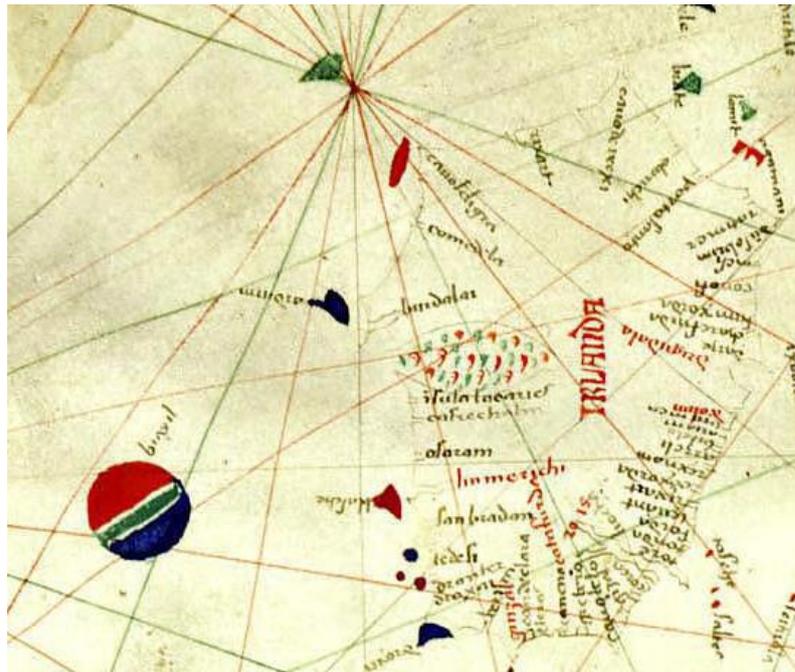


Figura 14 – Detalhe da carta náutica de Pizzigiano, mostrando a ilha mítica do Brasil.

Fonte: LESTER, 2012, p. 238.

O mito da Ilha Brasil defendia a existência de um grande lago no centro do território brasileiro por onde estariam em comunicação os rios da bacia amazônica e da bacia do Prata. Conforme a interpretação do historiador Jaime Cortesão, tal ideia consistiu em uma operação geopolítica e simbólica utilizada para promover o expansionismo da América Portuguesa. Desse modo, os cartógrafos, aproveitando-se das imprecisões cartográficas e técnicas da época, a mando da Coroa portuguesa, teriam falseado as representações do Brasil, criando uma concordância geométrica entre os acidentes geográficos e o meridiano de Tordesilhas de forma a ressaltar uma suposta fronteira natural dos domínios lusos, “pois os limites de uma ilha são inquestionáveis; ninguém pode, segundo essa visão, colocar em dúvida que uma ilha tem uma unidade própria, pelo fato de ela ser cercada de água de todos os lados”(ZANOTELLI, 2000, p.36). Portanto, como afirma Cortesão, essa ideia de um Estado perfeitamente delimitado desde a sua origem é uma criação política que foi estabelecida, antecipando a solução aos possíveis problemas e conflitos de soberania entre Portugal e Espanha.

Cortesão ressalta que o mito da Ilha Brasil, apesar de já aparecer em mapas produzidos no começo do século XVI, ganhou maior expressão na segunda metade desse século. Para o autor, de todas as obras quinhentistas que figuram a Ilha Brasil, a carta de Bartolomeu Velho de 1561 (FIGURA 19) é a mais notória. Através de uma complexa rede hidrográfica, o

cartógrafo português liga os rios Prata e o Pará, assim nomeados, através da grande *Lagoa Eupana*⁴³, formando, então, uma grande ilha. São representados também os rios, Paraguai e São Francisco. Nota-se que a inclusão da foz do Rio Amazonas e da bacia platina no território português coincide com a linha divisória de Tordesilhas. “Ela é colocada como que sobrepondo-se a uma “delimitação natural”, feita já pelos rios e lago, que comunicam entre si” (MARQUES, 1988, 455). A estratégia embutida nessa questão evidencia os esforços de Portugal em consolidar a posse da “Ilha”. Dessa forma, o conceito da Ilha Brasil, ligado ao desvio do meridiano de Tordesilhas, foi utilizado “para justificar a expansão da soberania portuguesa ao território pretensamente insulado, tornou-se doutrina assente e corrente, ponto de fé entre lusos e luso-brasileiros durante os séculos de quinhentos e seiscentos” (CORTESÃO, 1960, p. 359).

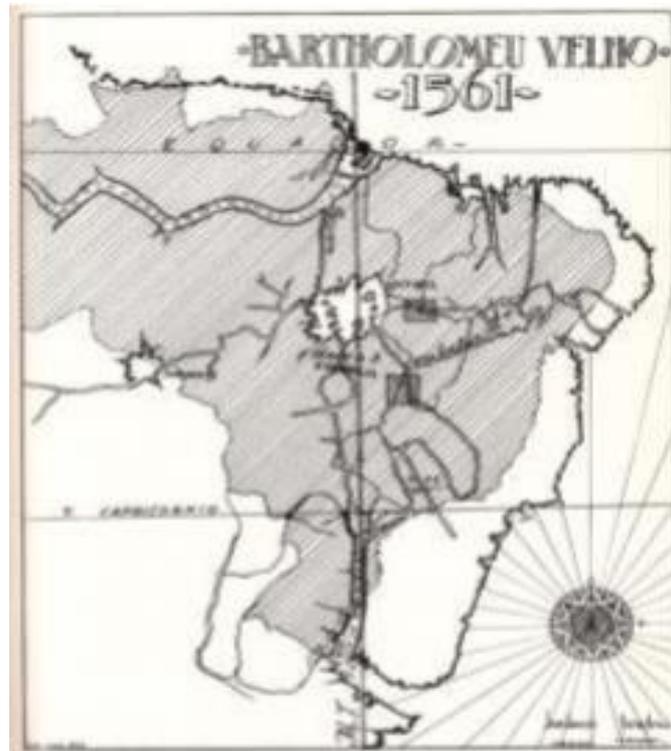


Figura 15 - Detalhe do mapa de Bartolomeu Velho (1561), representando o mito da Ilha Brasil.
Fonte: CORTESÃO, 1964.

⁴³ A lagoa Eupana é considerada, conforme os estudos de Jaime Cortesão, um mito geográfico. O historiador destaca que esses mitos, muitas vezes, eram concebidos a partir de uma realidade geográfica mal conhecida. Para o autor, o que ele classifica como mitos geográficos, correspondiam a uma necessidade de efetivar grandes ações expansionistas. A exemplo disso, podemos citar o processo de expansão territorial do Brasil, através do qual, os portugueses tentaram consolidar esses mitos representando-os cartograficamente.

Jaime Cortesão e Maria Fernanda Alegria apontam que o mito da Ilha Brasil perdurou até o início do século XVIII, sendo, ainda, questionado nos acordos que levaram ao Tratado de Madri em 1750. Por conseguinte, vale ressaltar que a concepção desse mito foi extremamente bem estruturada pelos diplomatas portugueses. Utilizando de forma prática o conceito de fronteira natural, coincidindo os acidentes geográficos com as jurisdições políticas, Portugal transformou o princípio de fronteira natural no principal instrumento de demarcação territorial. Nesse contexto Kantor (2007, p.80) sublinha “que o mito da Ilha Brasil é mobilizado, agora, porém, já como uma ideologia geográfica, mais do que como um saber em que se projetavam os horizontes de expectativa da colonização”. Dessa forma, a tese da intencionalidade dos erros cartográficos utilizada pela diplomacia portuguesa reforça a importância da cartografia como um eficaz instrumento jurídico. A defesa do mito Ilha Brasil, ou seja, da continuidade das fronteiras fluviais criava um argumento legítimo no processo de demarcação das fronteiras. Portanto, as representações do Brasil como uma ilha, reafirmavam o princípio de uma só terra, de um território já demarcado.

A partir dessa breve análise do mapa Terra Brasilis (FIGURA 15), constata-se um dos atos políticos mais explícitos amparados pela Cartografia. Da sua origem aos seus elementos constituidores é possível perceber as estratégias adotadas por Portugal no processo de afirmação e manutenção da soberania sobre as terras americanas. Entre mitos e símbolos os portugueses construíram, reivindicaram e legitimaram as suas conquistas através das imagens refletidas pelos mapas. Nas palavras de Heidegger (1958, p.46 apud SÁNCHEZ, 2013, p.35), “na época da conquista do mundo como imagem, especialmente o Novo Mundo, um espaço desconhecido que não era novo e todos nós sabemos disso, se fez novo através da representação da imagem pelos mapas”. Assim, a América Portuguesa foi projetada e inventada pelos lusitanos no sentido em que, por fim, foi representada, cartografada. Conforme Sánchez, para conquistar e apresentar o mundo como imagem já não bastava afirmar que se contemplou, que se viu, que se esteve ou que se veio dele; era necessário mostrá-lo no pergaminho ou no papel através da imagem. “Este, e não outro era o testemunho válido. O ouvido dá lugar a visão. O argumento oral se converte em uma evidência gráfica” (SÁNCHEZ, 2013, p. 36).

5 VELHOS MAPAS; NOVAS ABORDAGENS: A CARTOGRAFIA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Resenharemos, neste capítulo, as discussões acerca do Objeto de Aprendizagem (OA) elaborado conforme as exigências do Mestrado Profissional em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL- MG). O material desenvolvido consiste em um recurso virtual direcionado aos alunos dos ensinos Fundamental II e Médio. O conteúdo deste trabalho tem como foco a História da Cartografia inserida no contexto da Expansão Marítima empreendida pelos ibéricos entre o final do século XV e a primeira metade do século XVI. A partir desse recorte histórico e temporal, as novas metodologias de análise e interpretação geradas pelo processo de renovação teórica da Cartografia Histórica e História da Cartografia serão empregados, objetivando despertar e realçar a compreensão dos usuários frente aos elementos constituidores dos mapas apresentados.

É importante sublinhar que o material contempla todas as disciplinas pertencentes à grande área de Ciências Humanas e suas Tecnologias⁴⁴, oferecendo, portanto, diversas possibilidades de atividades para serem trabalhadas, além de sua temática específica. Assim, da História à Filosofia, os recursos disponíveis estimulam a desconstrução de uma imagem bastante naturalizada de que os mapas são ferramentas ligadas exclusivamente à Geografia. Pretende-se, então, evidenciar que, atualmente, a produção cartográfica não está somente associada à representação espacial. Os mapas são tidos como textos capazes de revelar as características culturais, a mentalidade e as ideologias de uma época. Desse modo, sem desconsiderar as questões técnicas envolvidas à produção cartográfica que nos remetem diretamente a aspectos geográficos como território, fronteiras, limites e localização, faz-se necessário, também trabalhar e incutir nos educandos, além da dimensão espacial, uma dimensão temporal, proporcionando novas descobertas e estimulando a reflexão.

Considerando a diversidade de recursos didáticos (jornais, revistas, literatura, cinema, música, fotografias, obras de arte, jogos, visitas a museus entre outros) que podem ser utilizados para aprimorar o ensino de História, verifica-se que os materiais cartográficos são pouco utilizados e/ou, quase sempre, analisados de maneira equivocada. Como foi levantado

⁴⁴ Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram a História, Geografia, Sociologia e Filosofia como conhecimentos formalizados em disciplinas escolares pertencentes à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

anteriormente, mesmo em um cenário de novas perspectivas teóricas e metodológicas, os mapas ainda continuam aparecendo nos livros de História como meros elementos espaciais e ilustrativos. Muitas vezes são dispostos sem qualquer contextualização ao processo que está sendo representado. Posto isso, o uso do Objeto de Aprendizagem (OA) desenvolvido visa, portanto, apresentar uma alternativa para a resolução desse problema.

Segundo o educador Marc Prensky (2001), estamos vivendo em um momento marcado pelo encontro de duas gerações diferentes: os “nativos digitais” e os “imigrantes digitais”. Para o estudioso, a tecnologia se apresenta como algo orgânico em relação aos primeiros; já os segundos, apesar de incorporarem e necessitarem da tecnologia, ainda enfrentam algumas dificuldades diante dessa nova realidade. Seguindo esse raciocínio, nota-se que, no ambiente escolar, muitas vezes, a tecnologia é relegada, não pela falta de recursos, e sim, devido à insegurança e dificuldades dos docentes frente ao uso desses materiais ligados ao mundo digital. Desse modo, em uma “*Cibersociedade*”, a tecnologia se tornou um imperativo para a educação que precisa ser discutido e implementado. Nesse sentido, a dinamização da utilização de recursos digitais na forma de Objetos de Aprendizagem (OA) responde positivamente a essa questão, tornando-se uma ferramenta facilitadora em relação aos desafios impostos por uma sociedade em constante mutação.

5.1 Os mapas e o Ensino de História

Como já discutido no primeiro capítulo, nos últimos anos a Cartografia passou por grande processo de renovação teórico metodológico, gerando novas propostas de análise fundamentada, principalmente, nos estudos do historiador e geógrafo John Brian Harley. Para o autor, “os mapas passaram a ser considerados como textos capazes de articular e ajustar relações sociais” (2005, p. 34). Partindo desse raciocínio, as representações cartográficas não são, somente, o produto, o resultado de uma série de leis geométricas. São, também, parte constitutiva de um conjunto de norma e valores de ordem social, político e cultural. Considerando essa nova abordagem, a cartografia se torna uma importante ferramenta para o Ensino de História, fornecendo subsídios para compreender a construção do espaço e reconstruir as paisagens do passado.

No decorrer da história, a Cartografia sempre foi indispensável para o processo de acumulação de conhecimento, fazendo dos mapas uma importante fonte documental que pode

ser analisada a partir da percepção e olhar dos seus autores. Para Santos (2013, p. 24), “essa importância é sobejamente conhecida; entretanto, ela ganha novas conotações e interpretações ao longo do tempo, fruto de uma necessidade constante do homem de representar seus pensamentos, angústias, ideologias e interpretações do mundo”. Assim, gradualmente, os mapas foram capazes de nos fornecer respostas que vão muito além de informações básicas relacionadas à representação e localização espacial. A Cartografia, além de contribuir para o entendimento do espaço atual e do passado, também nos fornecem subsídios para refletir as relações sociais, econômicas e políticas de diferentes períodos históricos, permitindo associar o ontem ao hoje. Dessa forma, a utilização dos mapas, especialmente os históricos como recursos didáticos pelo Ensino de História, leva alunos e professores a reconhecer a espacialidade como uma construção dos homens através do tempo.

Em geral, o que se percebe é que, na prática, os mapas, por uma série de motivos que ainda precisam ser debatidos, são utilizados no Ensino de História como recursos auxiliares aos documentos escritos. O mapa como linguagem⁴⁵, apto a revelar diferentes nuances dos tempos passados, como por exemplo, as relações de poder, ainda não vem sendo totalmente explorado. Segundo Harley, conforme citado por (Fonseca; Oliva, 2013, p. 57) esse problema ocorre porque “os pesquisadores tendem a relegar os mapas, junto com as outras representações visuais (fotografias, quadros etc.), a fontes de menor importância do que a palavra escrita”. Portanto, ao trabalhar os mapas, deve-se deixar claro que eles não são apenas documentos visuais; a propósito, como aponta Harley, os mapas são ao mesmo tempo icônicos, linguísticos, numéricos e temporais. A partir desse alerta, é possível criar mecanismos que levem os alunos a sistematizarem o conhecimento geográfico e histórico. Atualmente, apesar dos movimentos de renovação teórico-metodológicos propostos pela Nova História da Cartografia, os mapas não estão sendo abordados e analisados de acordo com essas novas tendências de pesquisa. Reforçando tal ideia, segue a transcrição:

O mapa é uma presença forte no mundo contemporâneo e uma presença bastante familiar desde há muito tempo no ambiente escolar. Talvez essa familiaridade tenha gerado certa acomodação em relação aos modos como os mapas são utilizados na escola. É como se eles fossem indiscutíveis e não precisassem, portanto, ser alvo de reflexão. Basta usá-los! Porém, de alguns poucos anos para cá surgiu um alerta. Os mapas escolares (e também os outros) estão merecendo revisão quanto ao modo como são concebidos e quanto aos seus resultados como representação do mundo. A suspeita é a de que eles não se renovam segundo as exigências da realidade atual e

⁴⁵ Com o processo de renovação teórica da Cartografia, os mapas passaram a ser considerados como uma forma de linguagem, estudo amparado pela semiologia gráfica, cujas regras buscam observar um conjunto de práticas e procedimentos que levam em conta os valores de percepção para a produção cartográfica.

não incorporam os novos recursos teóricos e práticos que estão à disposição no ambiente científico (FONSECA; OLIVA, 2013: 8).

Infelizmente, a acomodação em torno dos mapas produz efeitos danosos para o Ensino em geral. A análise simplória da cartografia em detrimento de uma cartografia renovada, impede que esta seja considerada uma forma de linguagem. Os prejuízos deste fato são imensos. Segundo Barbosa (2011), a subtração da linguagem cartográfica impossibilita aos estudantes terem uma visão panorâmica e uma compreensão crítica do mundo. Não se pode educar privilegiando uma única linguagem. O aluno precisa estar apto, ao final do período escolar, em todas as linguagens. Francischett (2001, p. 38) ressalta que “a apropriação da linguagem cartográfica é um aspecto de relevante importância, principalmente, quando se trata de pensar na educação do indivíduo habilitado a participar na interlocução e na comunicação de sua época”. Assim, a utilização dos mapas durante as aulas de História, Geografia ou de qualquer outra disciplina, além de facilitar no entendimento de diferentes processos sociais e espaciais, diversifica o uso das linguagens, favorece a interdisciplinaridade e desperta o pensamento crítico dos alunos.

Nesse sentido, Bueno e Souza (2012, p. 17) ressaltam que é preciso “reconhecer que o mapa possui fundamental importância sobre um ensino dinâmico e inovador”. Portanto, as atividades cartográficas, quando trabalhadas de acordo com as novas tendências metodológicas, explorando a subjetividade e a interdisciplinaridade, conduzem os alunos a questionarem os fatos históricos, ao passo que aquela visão superficial e locativa que todos nós temos ao observar um mapa pela primeira vez consegue ser quebrada, além de levá-los a compreender as mudanças e permanências ocorridas ao longo do tempo. Partindo dessa perspectiva, a cartografia, aplicada ao Ensino de História, tem a missão de levar o estudante a discutir e compreender a construção do espaço; construção essa que vai além dos aspectos de ordem geográfica, buscando ressaltar os processos sociais, posto que “todas as ações humanas, além de situadas no tempo, também são espacialmente localizadas” (CAMPOS, 2009, p. 103). Sendo assim, Rosângela Doin de Almeida salienta que “saber ler mapas faz com que a pessoa consiga pensar sobre territórios e regiões que não conhece”. Desse modo, quando o aluno é levado a interpretar os mapas históricos, ele consegue imaginar e construir imagens do passado.

Assim, promover reflexões sobre as dinâmicas espaciais e temporais envolvidas à cartografia facilita no processo de construção do saber histórico. É importante fazer com que o aluno perceba, através desse binômio “espaço e tempo”, que os mapas são artefatos

socioculturais. Dessa maneira, conseqüentemente, o estudante é levado a reconhecer a função social e histórica dos mapas. Para tanto, cabe ao docente coordenar discussões para que os estudantes consigam extrair das representações cartográficas o que elas têm a dizer dos mundos sociais do passado, levando-os a questionar o seu conteúdo, as “verdades” desses documentos; verdades estas, na sua maioria, naturalizadas e hierarquizadas. Por fim, os mapas são recursos facilitadores para o processo de ensino-aprendizagem e, quando condicionados à problematização histórica efetiva às práticas interdisciplinares, despertam reflexões, estimulam a investigação e quebram paradigmas.

5.2 O uso dos objetos de aprendizagem como recursos pedagógicos e a sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem

As inovações tecnológicas, sobretudo as que remetem ao campo da informação e comunicação, trouxeram à tona um novo modelo de sociedade. Como aponta Morin (2005), sob a ótica do paradigma da complexidade, estamos vivenciando uma era marcada pelo surgimento de novos campos científicos que alteraram e redimensionaram a vida cotidiana, onde o “conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança” (HARGREAVES, 2003, p.33).

No âmbito educacional, o desafio imposto por esta nova sociedade é imenso; novas formas de construir e reconstruir o conhecimento se apresentam. A escola se viu diante da necessidade de desenvolver competências e habilidades que conduzam os alunos a participarem e interagirem num mundo global altamente competitivo e flexível. Ou seja, as transformações sociais decorrentes do desenvolvimento tecnocientífico alteraram, expressivamente, o modo de aprender. É nesse contexto que surgem os Objetos de Aprendizagem (OA), buscando atender as demandas e propostas pedagógicas contemporâneas.

Por se tratar de um assunto relativamente novo, ainda não existe um consenso para definir o conceito de Objetos de Aprendizagem (OA). No entanto, entre as diferentes definições que estão sendo construídas ao longo do tempo, uma das mais utilizadas, atualmente, é a de Wiley. O autor conseguiu de forma simples responder a diversas questões ligadas ao tema. Segundo o estudioso, podemos dizer que Objeto de Aprendizagem (OA) é qualquer “recurso

digital que pode ser *reutilizado* para apoiar a aprendizagem” e “que possa ser entregue através da rede sob demanda, seja ela grande ou pequena” (WILEY, 2000, p. 6-7).

Portanto, conforme a definição proposta por Wiley (2000), a principal característica técnica dos objetos de aprendizagem é a sua reutilização em diferentes contextos e plataformas, possibilitando que um mesmo objeto seja adequado e modificado de acordo com o grupo que o utilizará e reusado sem comprometimento da sua edição original. Entre as características pedagógicas dos Objetos de Aprendizagem (OA), o referido autor destaca a cognição e a interatividade.

Dias e Leite (2012) afirmam que Objeto de Aprendizagem (OA) é qualquer recurso ou ferramenta que permite o suporte do processo de ensino aprendizagem, através de entidades digitais reutilizáveis que podem ser trabalhados de forma isolada ou em combinação, mas que são independentes em relação a outros objetos. Entretanto, dependem da mediação realizada pelo professor para que a informação transmitida se converta em conhecimento. Seguindo esse raciocínio, é importante destacar que a utilização dos Objetos de Aprendizagem (OA) requer do profissional em educação uma nova postura didática e metodológica. É essencial que ele compreenda a aprendizagem como um processo ativo, percebendo o aluno como um portador de comportamentos já estabelecidos que são trazidos para o ambiente escolar. Dessa forma, a utilização desses recursos, quando bem trabalhados pelo docente, faz com que os alunos deixem de ser apenas receptores de conteúdo, e se tornem ativos no processo de construção do conhecimento. Assim como afirma Braga (2014, p. 29), “quanto mais o OA permite que o aluno se aproprie de informações, reflita e seja ativo em seu processo de aprendizagem, mais interativo ele é. [...] Mas para estabelecer verdadeira interatividade, o aluno precisa se sentir participante da ação”.

Contudo, para que os benefícios ocorram é necessário que o professor tenha clareza dos objetivos que deseja alcançar. Portanto, os Objetos de Aprendizagem (OA) não devem ser utilizados apenas como recursos diferenciados, como uma mera novidade que atraia a atenção do aluno naquele momento; eles devem ser utilizados como ferramenta cognitiva de aprendizagem atreladas a uma estrutura articulada entre a teoria e a prática, gerando condições para que alunos e professores atuem em conjunto no processo de ensino aprendizagem. Por fim, conforme Braga salienta (2014, p. 29), “o objeto tende a complementar o ensino, mas para isso, deve estar associado a uma estratégia pedagógica”.

É fato que a tecnologia provocou mudanças na concepção de ensinar. Hoje o professor se depara com uma realidade mais dinâmica e interativa. Nessa perspectiva, a escola deve repensar uma série de questões. A exemplo disso, um dos principais desafios consiste no ato de se apropriar das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs)⁴⁶ que fazem parte do cotidiano do aluno e inseri-las no currículo escolar, transformando-as em ferramentas de decodificação, análise e interpretação das informações. É preciso, então, sistematizar a utilização das tecnologias em sala de aula, evitando, por fim, que esta seja tida como um simples instrumento mecânico e repetitivo.

Para o ensino da História, o uso dos recursos digitais na forma de Objetos de Aprendizagem (OA) adquire uma grande importância, tornando as atividades didáticas mais atrativas, ao passo que a tecnologia consegue simular realidades que muitas vezes são abstratas para os alunos, além de criar um ambiente mais interativo, proporcionando as trocas de conhecimentos, saberes e experiências. Ferreira (1999) aponta que o ensino ativo permite que o aluno desenvolva a sua capacidade de ser crítico, de se expressar, de questionar, de criar e de ter uma autodisciplina nas tarefas escolares.

Nesse sentido, os Objetos de aprendizagem (OA) contribuem para que o aluno “assuma uma maior responsabilidade na condução do seu próprio processo educacional” (KENSKI, 2003, p.137), sendo levado a pesquisar e investigar, tornando-se mais autônomo. Complementando tal ideia, Sá Filho e Machado (2003) afirmam que o uso da tecnologia na Educação oferece grandes possibilidades no processo de aprendizagem e na aquisição de um conhecimento novo, se se considerar o engajamento pessoal do aluno. A partir dessa perspectiva, evidencia-se uma forte relação entre a utilização de recursos mais atrativos e o despertar para a autonomia, investigação e reflexão, fazendo com que o aluno se torne mais interessado pelas atividades propostas pelo professor.

Nesta nova sociedade em constante mutação marcada por intensos fluxos de informações, não se concebe mais padronizações. Hoje a tarefa de ensinar deve estar focada na diversidade dos alunos, não se limitando a um único modelo, “é preciso introduzir, em cada momento, ações que se adaptem às novas necessidades informativas que surgem constantemente” (ZABALA, 1998, p.51). É necessário dar espaço para os que aprendem de forma diferenciada, utilizando vários recursos diversificando as aulas. Diante desse cenário os

⁴⁶ Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC – é uma designação aplicada ao conjunto de tecnologias que suportam os sistemas de informática e de comunicação.

Objetos de aprendizagem conseguem atender a tais questões, proporcionando a cada indivíduo modos específicos para aprender.

Assim, considerando a complexidade da Educação, ressalta-se que a utilização dos Objetos de Aprendizagem não resolve todos os problemas ligados ao processo de ensino aprendizagem, mas se apresenta como uma importante ferramenta interativa capaz de potencializar e estimular a produção do conhecimento.

5.3 A estruturação do Objeto de Aprendizagem (OA)

O Objeto de Aprendizagem (OA) desenvolvido constituiu-se de um recurso virtual pedagógico, elaborado a partir do *eXeLearning* - um software de código aberto e com acesso gratuito, desenvolvido pela Comissão de Educação Terciária do Governo da Nova Zelândia em parceria com a Universidade de Auckland. O programa foi escolhido pela facilidade de manuseio, já que de forma simples e prática, sem exigir conhecimentos técnicos aprofundados, é possível criar páginas da *web* para a publicação de materiais educacionais com o uso de diversas mídias.

Dentre as praticidades e facilidades técnicas apresentadas por esta ferramenta, podemos citar as condições de disponibilidade, acessibilidade e portabilidade; características apontadas por Wiley (2002) como fundamentais no processo de elaboração de um Objeto de Aprendizagem (OA). Os conteúdos produzidos a partir dessa ferramenta podem ser exportados para vários formatos, entre eles em forma de arquivo SCORM.zip⁴⁷, facilitando a disponibilização dos dados para diferentes ambientes virtuais de aprendizagem.

O *eXelearning* apresenta diversos dispositivos institucionais - *iDevices*⁴⁸ - que podem ser trabalhados pelo autor de acordo com a proposta pedagógica de cada atividade de aprendizagem, ou seja, adaptando os conteúdos apresentados conforme as necessidades dos usuários. Nesse sentido, Bulegon, Mussoi e Tarouco (2010) salientam que o *eXelearning*, enquanto ferramenta de autoria, não garante a contextualização do conteúdo e nem a

⁴⁷ De acordo com Fabre et al. (2005, p.1), SCORM (*Sharable Content Object Reference Model*) é um conjunto unificado de padrões e especificações para conteúdo, tecnologias e serviços para e-learning. Define um modelo de agregação de conteúdo (*content aggregation model*) e um ambiente de execução (*run-time environment*) para objetos educacionais baseados na *web*.

⁴⁸ O “i” vem de instrucional, dando à palavra o sentido de “ferramenta ou unidade instrucional”.

aprendizagem dos estudantes, mas agrega uma nova tecnologia que facilita o processo de aprendizagem e pode contribuir para uma melhor compreensão dos conceitos estudados. Portanto, o *eXelearning* se instituiu como um instrumento de apoio para enriquecer as aulas inovando as atividade didático-pedagógicas.

Em relação ao conteúdo do Objeto de Aprendizagem, foi elaborada uma sequência didática sobre a História da Cartografia, enfatizando a Era dos Grandes Descobrimientos (final do século XV e início do século XVI). A estrutura do trabalho foi organizada em três etapas. A primeira introduz uma problematização inicial do tema a partir de textos e de um documentário intitulado A Grande História dos Mapas. Após a leitura e a exibição do vídeo, o professor deve levantar discussões, analisando as concepções prévias dos alunos. Na segunda, os estudantes são direcionados a explorar as principais informações referentes aos mapas produzidos durante o período dos Descobrimientos, através de atividades que serão executadas com intuito de organizar os novos conhecimentos desenvolvidos pelos alunos no decorrer da aula. Na terceira etapa, objetivando verificar a aprendizagem dos alunos, foram elaboradas atividades que os conduzam a interpretar, problematizar e refletir sobre o tema proposto.

Como já mencionado na introdução deste capítulo, os materiais apresentados por este Objeto de Aprendizagem (OA) foram elaborados visando à aplicabilidade dos novos recursos teórico-metodológicos desenvolvidos pela Nova História da Cartografia. Para tanto, os textos, vídeos, atividades e imagens apresentados trazem alguma informação para que o aluno seja guiado a analisar, subjetivamente, os mapas, principalmente, os exemplares que trazem o Novo Mundo cartografado. Assim, na segunda etapa da sequência didática, os planisférios de Juan de La Cosa (1500), o de Cantino (1502) e o mapa intitulado de Terra Brasilis (1519) são utilizados para exemplificar como os atributos cartográficos eram manipulados pelas potências marítimas que desejavam se apropriar das terras recém descobertas. As questões levantadas em torno da análise dos referidos mapas e, sobretudo, os conhecimentos construídos pelos alunos serão utilizados para interpretar as situações problematizadas desde a primeira etapa. Para finalizar, na última etapa, uma segunda bateria de atividades (as *iDevices* escolhidas foram textos livres, questões reflexivas e de verdadeiro ou falso, e ampliador de imagens) foi criada com o objetivo de encaminhar o aluno a aplicar o conhecimento que ele desenvolveu durante a aula e, também, possibilitar ao professor verificar a aprendizagem do educando.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de renovação teórica e metodológica que atingiu o campo da história da cartografia nas últimas três décadas, novos estudos começaram a ser desenvolvidos a partir do questionamento da neutralidade e objetividade dos mapas, trazendo à tona discussões sobre o uso político da cartografia em diferentes contextos históricos, principalmente no que se refere ao período da colonização. Contudo, este trabalho nos permitiu evidenciar que, apesar do crescente número de publicações nesta área, há, ainda, muito a ser explorado. Assim, os passos conclusivos dessa investigação não encerram de maneira alguma os intensos debates que se instauraram em relação ao tema abordado.

Entretanto, ao analisar a Cartografia produzida durante os primeiros anos do século XVI, verifica-se um processo de consolidação dos mapas como um importante instrumento de poder. Com as viagens de exploração iniciadas pelos portugueses a partir de 1415⁴⁹, Portugal se tornou o principal centro especializado em técnicas náuticas e cartográficas da Europa. Desde muito cedo, os lusitanos perceberam que esses conhecimentos, especialmente o cartográfico, seriam fundamentais para a concretização de novas conquistas.

Portanto, no final do século XV e início do XVI, consciente da importância dos mapas, Portugal, tentando resguardar os conhecimentos adquiridos em suas viagens, instituiu a política do sigilo em torno dos descobrimentos. Nesse período, a Coroa portuguesa manteve uma política de resistência à produção de documentos cartográficos ou à impressão deles, sempre por motivos estratégicos, considerando que as suas possessões, em especial a da América do Sul, constituíam alvos constantes da cobiça de outras nações. Além dessa questão, os portugueses, objetivando ampliar os seus domínios e legitimar a ideia de um território maior, desenvolveram, de forma exímia, técnicas para forjar e manipular a sua produção cartográfica. Assim, conforme o conhecimento cartográfico era aperfeiçoado, os cartógrafos engendraram novas artimanhas para cumprir os desígnios reais, trasladando, deliberadamente, as linhas imaginárias, introduzindo símbolos tendenciosos e criando mitos. Como aponta Marques (1994, p.65):

Desde logo se desenvolveu uma cartografia nacionalista apresentando representações da Linha de Tordesilhas, muitas vezes, além da foz do Prata e do Amazonas, marcos

⁴⁹ Considerando as discussões realizadas no segundo capítulo, a data de 1415, ano que marca a tomada da cidade marroquina de Ceuta, independente da abordagem, é apontada pela a maioria dos historiadores, como o marco das grandes viagens de exploração dos portugueses.

e bandeiras portuguesas para Oeste deslocadas, deformações várias tendentes a subtrair espaço sul-americano ao vizinho hispânico.

Assim, ao comparar a cartografia portuguesa com as de outras nações, como por exemplo a espanhola, não encontramos, de modo algum, tantos atributos carregados de ideologia e alterações geométricas. Em síntese, sobre a produção cartográfica do primeiro quartel do século XVI, podemos inferir que Portugal foi o primeiro país da Europa moderna a racionalizar o uso dos mapas, visando controlar e legitimar a posse. Os portugueses transformaram as representações cartográficas em documentos oficiais e, para tanto, eles foram os pioneiros na criação de um modelo cartográfico oficial, o “*Padrão Real*”. Esses mapas passaram a representar um ideal monárquico, refletindo os desejos e ambições de Portugal em edificar um verdadeiro império global. Posto isto, é válido afirmar que eles foram, também, o modo cognitivo que a Coroa portuguesa utilizou para conhecer as terras que estavam sendo descobertas.

Os mapas se tornaram um meio de mensagem. Ao mesmo tempo em que eles revelavam o desconhecido para os soberanos, eles emitiam, também, um discurso expansionista, representando a autoridade do rei em sua ausência. O monarca chegava às terras conquistadas através do traçado desenhado pelos cartógrafos, que faziam visível a soberania real e a pretendida grandeza imperial no territórios distantes que o rei nem sempre podia alcançar. “Os mapas se converteram em um portador de soberania, eles projetavam uma imagem de respeito e obediência construindo um poder que se faz onipresente longe da corte” (SÁNCHEZ, 2013, p.305).

Considerando essas reflexões, os portugueses fizeram dos mapas um discurso condensado que fornecia “as balizas para os projetos de utilização/ocupação” (QUADROS, 2008, p.30). Através das representações cartográficas, eles afirmavam posse, ou seja, utilizavam “os mapas por antecipação para projetar e legitimar a suas futuras ambições territoriais” (HARLEY, 2009, p.11). As distorções geográficas, o poder simbólico dos mapas e os mitos, como o da Ilha Brasil, foram importantes meios para a criação de territórios e territorialidades. Desse modo, podemos presumir que os mapas foram a primeira forma de apropriação do espaço; através deles as nações competidoras, especialmente os portugueses, materializavam as suas intenções, os seus projetos políticos, e, por fim, demarcavam juridicamente os seus direitos sobre a área pretendida.

Contudo, Sánchez (2013) destaca que os mapas produzidos durante os primeiros anos da colonização não foram somente um modelo epistemológico de compilação e representação de uma nova informação geográfica, mas também, um espelho político e moral que permite fazer uma leitura diferente dos meios utilizados por Portugal para conquistar e legitimar os novos espaços que estavam sendo descobertos. Nesta direção, através de uma análise pautada nos aportes teóricos discutidos no primeiro capítulo, percebem-se as determinações ideológicas dos mapas que foram estudados no decorrer deste trabalho. Dessa forma, consegue-se romper com a neutralidade, ou como afirma Harley, com o “silêncio cartográfico” ao evidenciar as intencionalidades dos cartógrafos na criação de espacialidades e territorialidades.

É importante salientar que, mesmo com as brechas que toda pesquisa apresenta, essa investigação foi capaz de demonstrar como a Cartografia foi utilizada na construção ideológica dos projetos políticos durante a colonização portuguesa, possibilitando, assim, uma desconstrução daquilo que se era tomado como verdade em relação à prática cartográfica, cuja subjetividade era negada.

REFERÊNCIAS

- ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. **Mapa: imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- ALEGRIA, Maria Fernanda. Arcaísmos e progressos na evolução do conhecimento cartográfico do Mundo (Séculos XV a XVIII), **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, v. 12, p. 267-291, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Aduino (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193-207.
- ALMEIDA, Rosângela Doin. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edilson. Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. **Geografia: Revista do Departamento de Geociências Londrina**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6721>>. Acesso em: 5 mai.2017.
- BARBOSA, Tulio. O ensino de geografia pela cartografia histórica. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 127-144, jan. 2011. ISSN 2178-0463. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/42>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- BARRETO, Luis Filipe. **Descobrimientos e renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- _____. **Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural**. Lisboa: Gradiva, 1987.
- BLACK, Jeremy. **Mapas e histórias. Construindo imagens do passado**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOWN, Stephen R. **1494**. São Paulo: Globo, 2013.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2012.
- BRAGA, Juliana Cristina. **Objetos de Aprendizagem**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.
- BROTTON, Jerry. **Uma história do mundo em doze mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BUENO, Mírian Aparecida; SOUSA, Ludmila de Lima. Cartografia e ensino de história: uma oficina e uma oportunidade de reflexão da prática interdisciplinar no Ensino Fundamental. In: SILVA, Maria da Conceição; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (Org.). **Ensino de História: aprendizagens, políticas públicas e materiais didáticos**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

BUESCU, Ana I. **D. João III**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

BULEGON, Ana Marli ; TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. **Objetivos de aprendizagem, eXe Learning e Moodle: recursos auxiliares para o desenvolvimento do pensamento crítico no Ensino Médio**. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifra.br/index.php/VIDYA/article/download/23/13>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

CAMPOS, Helena Guimarães. **História e linguagens**. São Paulo: FTD, 2009.

CANAS, António Costa. **Cartografia náutica portuguesa** [texto na internet]. Instituto Camões, Lisboa, 2003. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b01.html>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

CANTARINO, Geraldo. **Uma ilha chamada Brasil: o paraíso irlandês no passado brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CASTRO, José Flávio Morais. **História da Cartografia e Cartografia sistemática**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História cultural – entre as Práticas e Representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel Clássico, 2002.

CORTESÃO, Armando; TEIXEIRA DA MOTA, Avelino. **Portugaliae Monumenta Cartographica**. Lisboa, 1960. v. 1.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1960.

_____. **Esparsos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. v. 1.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império global**. São Paulo: Planeta, 2016.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIAS, Thiago Alves. O espaço cartográfico enquanto escrita do poder. In: **Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011, Paraty... Paraty: UFMG, 2011. p. 1-11.

Disponível em:

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DIAS_THIAGO_ALVES.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DIFFIE, Bailey W.; WINIUS, George D. **A Fundação do Império Português: 1415-1580**. Lisboa: Veja, s.d. v.1.

DREYER-EIMBCKE, Oswald. **O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica**. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

DUTRA, Diego Pimentel de Souza. **A cultura dos descobrimentos em Portugal: um estudo da relação entre a sabedoria do mar e o conhecimento acadêmico na Renascença**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

EDNEY, Matthew. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. **Varia História**, vol. 23, n. 37, Belo Horizonte, Jan./Jun. 2007, p. 30-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752007000100003>. Acesso em: 2 jul. 2016.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Ensino de História e a incorporação das novas tecnologias da Informação e comunicação: uma reflexão. **Revista da História Regional**. v. 4, n. 2 1999. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v4n2/carlos.htm>>. Acesso em: 12 out. 2017.

FONSECA, Fernanda Padovesi ; OLIVA, Jaime. **Cartografia**. Coleção: Como eu ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A Cartografia no ensino de Geografia: a aprendizagem mediada**. 2001. 219f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

GUEDES, Max Justo. O reconhecimento do litoral brasileiro na primeira década do século XVI. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 287, p. 467, 1970.

GIRARDI, Gisele. Apontamentos para uma cartografia da Cartografia Geográfica brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 237-250, out. 2011.

_____. Mapas alternativos e educação geográfica. In: **Revista Percursos**, v. 13, n. 2, p. 39-51, 2012. Disponível em: <<http://200.19.105.203/index.php/percursos/article/view/2759/2196>>. Acesso em: 22 jan. de 2018.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhosos: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa: problemas das origens e da linha da evolução**. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

GOMES et al. Comunicação na Cartografia. **Revista Don Domênico** - Periódico de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico, v. 5, jun. 2013. Disponível em: <http://faculdadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos5edicao/1ed5.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da Cartografia. In: **Revista GEOUSP** - Espaço e Tempo, n. 16. USP: São Paulo, p. 67-79, 2004. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/402>>. Acesso em: 27 dez. 2015>.

GRANHA, G. S. P.; SANTOS, Clézio dos. **Visualidades Cartográficas e Geografia: multiplicidades das imagens no ensino básico**. Nova Iguaçu: AgBook, 2014. v. 1.

GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GURGEL, Abílio Castro. **Breve História da Cartografia dos primórdios a Gerardus Mercator**. São Paulo: BT Acadêmica, 2015.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança**. Porto: Porto Editora, 2003.

HARLEY, J.B. "A Nova História da Cartografia". **O Correio da Unesco**, São Paulo, UNESCO, ano 19, agosto, n. 8, p. 4-9, 1991.

_____. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la Cartografía. México, Fondo de Cultura, 2005.

_____. « Mapas, saber e poder », **Confins [Online]**, 5 | 2009, posto online no dia 24 Abril 2009, URL: <<http://confins.revues.org/5724>; DOI: 10.4000/confins.5724>. Acesso em: 27 dez. 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JACOB, Christian. Por uma história cultural da cartografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura n. 39, p. 221-236, 2016.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. In: *Vária História*. v. 23, n. 37. Belo Horizonte, p. 70-80, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-877520070000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 jul. 2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

KIMBLE, G. H.T. **A Geografia na Idade Média**. 2.ed. Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2005.

KUVASNEY, Eliane. **Mapas e paisagens: apontamentos acerca da abordagem cultural na cartografia**. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37268106/Mapas_e_paisagens._apontamentos_acerca_da_abordagem_cultural_na_cartografia.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534288682&Signature=12uoZndOgs20M6OgGF9uywE4P2o%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMapas_e_paisagens._Apontamentos_acerca_d.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LESTER, Toby. **A quarta parte do mundo: a corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LESTRINGRANT, Frank. **A oficina do cosmógrafo ou a imagem do mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. **Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVIII)**. 2016. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

LUCÍRIO, Ivonete; HEYMANN, Gisela. O mundo na palma das mãos. **Superinteressante**. São Paulo, v. 56, mai. 1992. Disponível em: <http://super.abril.com.br/superarquivo/1992/conteudo_113048.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2017

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **A Cartografia dos descobrimentos**. Lisboa: Elo, 1994.

MARTINELLI, Marcello. **Curso de Cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

MENEZES, Leal Márcio Paulo; FERNANDES, Couto Manoel. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. **A Cartografia Escolar e o Ensino de Geografia no Brasil: um olhar histórico e metodológico a partir do livro didático (1913- 1982)**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIRES, Antônia Cristina de Alencar Pires. Costa Lima e o Teorema do Controle Ficcional. **Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 2, p. 97-110, out. 1994. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/download/1103/1204>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

QUADROS, Eduardo. A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica. **Mosaico**, v. 1, n.1, p. 27- 40, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewDownload/1103/1204>>. Acesso em 22 mar. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969.

RANDLES, William. **Da terra plana ao globo terrestre: uma mutação epistemológica rápida, 1480-1520**. Campinas: Papiros, 1994.

REVEL, Jacques. **A invenção da Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SÁ FILHO, C.S.; MACHADO, E.C. **O Computador como agente transformador da educação e o papel do objeto de aprendizagem** [texto na internet]. Universia Brasil, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2003/texto11.htm>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SÁNCHEZ, Antonio. **La espada, la cruz y el Padrón. Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la Monarquía Hispánica (1503-1598)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013.

SANTOS, Clézio. **Saberes cartográficos**. Nova Iguaçu: Agbook, 2013.

_____. **Cartografia geográfica e representação gráfica**. Nova Iguaçu: Agbook, 2015.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Correa. (Org.). **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Editora de UERJ, 2010, v. 1, p. 115-156. Disponível em: <https://www.academia.edu/904840/Cartografia_e_cultura_abordagens_para_a_geografia_cultural>. Aceso em: 12 jan. 2017.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Lusitanidade e Hispanidade: Realidades pioneiras na formação do Estado Moderno. **Mare Liberum**, n. 10, Lisboa, p.13-19, 1995.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **O mapa como meio de comunicação: implicações no ensino da geografia do 1º grau**. 1986. 205f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Cartografia, território e poder: dimensão técnica e política na utilização de mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, n. 2, p. 49-69, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127145002>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

THOMAZ, Luís F.F.R. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1998.

VARGAS, Milton. A imagem do mundo e as navegações ibéricas. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 14, p. 81-95, 1995.

VASCONCELLOS, Regina. **A Cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa**. 1993. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

VIEIRA, Eliane Ferreira Campos. **A Cartografia no processo de formação acadêmica do professor de Geografia**. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

WILEY, David. **The instructional use of learning objects**. 2000. Versão online disponível em: <<http://www.reusability.org/read/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1998.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. A ilha brasileira na cartografia do século XVI-XVII. **Dimensões: Revista de História**. Dossiê (Des)caminhos da Colonização. n. 11. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo / Centro de Ciências Humanas e Naturais, p. 35-38, 2000.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Guiné**. Lisboa: Civilização Editora, 1973.